

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E TERRITORIALIDADES**

**A ZONA PORTUÁRIA ENTRE A “PEQUENA ÁFRICA” E O PORTO  
MARAVILHA: DISPUTAS EM TORNO DA SIGNIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO  
PORTUÁRIO CARIOCA**

**MARINA ALVES DUTRA**

**Niterói**

**2015**

**A ZONA PORTUÁRIA ENTRE A “PEQUENA ÁFRICA” E O PORTO  
MARAVILHA: DISPUTAS EM TORNO DA SIGNIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO  
PORTUÁRIO CARIOCA**

MARINA ALVES DUTRA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, na Linha de Pesquisa Mediações, saberes locais e práticas sociais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>Dr<sup>a</sup> ANA LUCIA ENNE

BANCA EXAMINADORA

---

PROF<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> ANA LUCIA ENNE

---

PROF.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> RÔSSI ALVES GOLÇALVES

---

PROF. DR. LEOPOLDO GUILHERME PIO

**Niterói**

**2015**

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

**D978 Dutra, Marina Alves.**

A zona portuária entre a “pequena África” e o Porto Maravilha: disputas em torno da significação do território portuário carioca / Marina Alves Dutra. – 2015.

90 f. ; il.

Orientadora: Ana Lucia Enne.

Dissertação (Mestrado em Cultura e Territorialidades) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, 2015.

Bibliografia: f. 91-94.

1. Cultura. 2. Rio de Janeiro, RJ. 3. Porto Maravilha. 4. Gentrificação. I. Enne, Ana Lucia. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. III. Título.

## **Agradecimentos**

Se os primeiros momentos de uma formação humana começam quando, em casa, travamos nossos primeiros contatos com outras pessoas e aprendemos noções básicas de respeito e convívio, não poderia ter crescido em um ambiente mais especial. Nesse sentido, fui privilegiada por uma família que me proporcionou o amor e a segurança necessários para um existir feliz e criou um ambiente instigante, que me fez sempre ter o desejo de conhecer mais tudo que há no mundo e buscar formas diferentes de olhar a nossa realidade.

À minha grande companheira Renata, agradeço pelo carinho e pela paz, compartilhados diariamente há tantos anos e pelo apoio incondicional, nos tantos momentos em que pensei em desistir.

E se o processo foi difícil, porque é difícil enfrentar a pós-graduação, ter uma orientadora como a Ana Enne fez com que pudesse ser possível pensar uma academia permeada pela riqueza do mundo e renovar constantemente as motivações de estar ali. Muito obrigada por todo o incentivo e confiança em mim depositados.

Os grandes amigos que fiz ao longo da vida trouxeram leveza nos momentos pesados e ajudaram a complexificar todas as reflexões nos muitos momentos em que trocamos ideias sobre o que nos cerca e tomamos as ruas como espaço primordial às nossas trocas.

Finalmente, agradeço ao PPCULT pelo aprendizado que pude desenvolver coletivamente naquele espaço tão rico, diverso e mantido com tanta sensibilidade e competência; foi muito bom poder fazer parte desse programa, durante as aulas, nas trocas com os colegas, nos textos e impressões compartilhados...

## **Resumo**

Este trabalho busca trazer elementos que possam contribuir para o melhor entendimento dos novos processos de configuração do território portuário carioca sob as intervenções do Projeto Porto Maravilha. Para tanto, julgamos de especial interesse estabelecer relação entre o atual momento e a atuação do Estado na Reforma Passos, como distintos momentos de configuração espacial a partir de estágios diferentes de acumulação do capital, observando de que maneira os embates entre as frações de classe pela significação desse território se relacionam nas duas temporalidades históricas.

**Palavras-chave:** território, cultura, Rio de Janeiro, Porto Maravilha, gentrificação.

## **Abstract**

This work seeks to bring elements that can contribute to a better understanding of the new configuration processes of Rio's port territory under the operations of the Porto Maravilha Project. For this, we think its important to establish relation between now and the state's role in the Pereira Passos reform, as distinct moments of spatial configuration from different stages of capital accumulation, watching how the conflicts between class fractions by meaning that territory relate the two historical temporality.

**Keywords:**territory ,culture, Rio de Janeiro , Porto Maravilha , gentrification.

## Sumário

Introdução .....	p. 1
Capítulo 1: A construção urbana sob a lógica capitalista .....	p. 9
1.1 História, cidade e a ideologia do progresso .....	p. 13
1.2 Projeto Porto Maravilha e empreendedorismo urbano .....	p. 19
1.3 Espaços públicos, interesses privados: a lógica desigual da cidade contemporânea .....	p. 27
Capítulo 2: Classe, identidade e história no território portuário .....	p. 38
2.1 O Porto do Rio de Janeiro: histórico e formação do capitalismo brasileiro .....	p. 40
2.2 Cultura de classe e conflitos territoriais .....	p. 50
Capítulo 3: O Porto carioca entre a ancestralidade e a requalificação .....	p. 63
3.1 Embates do tempo e do espaço pela significação territorial .....	p. 68
Considerações finais .....	p. 87

## Introdução

Apesar de vir de uma formação em História pela Universidade Federal Fluminense, e, ao longo da trajetória na graduação, ter estado em pesquisas que privilegiassem, majoritariamente, o aspecto econômico da pesquisa histórica, as manifestações humanas de ordem cultural sempre exerceram enorme atração sobre meus interesses. Concomitantemente às atividades acadêmicas, o envolvimento na promoção de atividades culturais, que buscassem promover uma reflexão acerca da realidade e formas mais democráticas de ocupação do espaço universitário do que os eventos acadêmicos nos quais circulam somente estudantes, sempre fez parte da minha formação paralela na UFF.

Mesmo o entendimento mais “duro”, elaborado coletivamente nas salas de aula, quase sempre trazia a importância de uma atuação profissional que estivesse atenta às contradições à nossa volta. A formação no campo do marxismo torna inexorável a compreensão da necessidade de atuação consciente do pesquisador, pelo entendimento de que não há produção do conhecimento isenta de posicionamento frente às contradições da sociedade – ou as legitimamos, ignorando sua existência, reproduzindo o atual estado de coisas, ou bem as enfrentamos, fazendo de nossas leituras uma arma para o desvelar das diversas formas de opressão.

Mas eu queria respirar novos ares, entender novas maneiras de analisar o mundo, conhecer novos métodos de elaborar as reflexões. Assim, a abertura do Programa de Cultura e Territorialidades gerou uma possibilidade interessante problematizar as formas como os territórios se configuram em consequência das medições e práticas culturais e achei que poderia ser um desafio interessante.

Os caminhos até o presente objeto foram longos e tortuosos: da proposta inicial de estudar a arte engajada do período da ditadura militar à pesquisa atual, de entender as transformações culturais da Zona Portuária carioca, foi possível fazer escalas na experiência pessoal com o História de Samba<sup>1</sup> e na importância do

---

<sup>1</sup>O História de Samba foi um projeto coletivamente desenvolvido por quatro anos e que iniciou na UFF, mas que acabou ganhando outros espaços; uma roda de samba aberta a músicos e aprendizes, colocada a serviço das pautas da esquerda.



samba para a disputa pelo acesso à terra no Quilombo do Grotão, em Niterói, como possibilidades de estudo. Cada uma das possibilidades levantadas suscitou inicialmente paixões irrefreáveis, mas que rapidamente esmoreceram por distintas razões, metodológicas ou emocionais. A escolha final foi pragmática: seria possível, a partir das transformações operadas pelo Projeto Porto Maravilha, ter meu encontro com a cultura popular, em momento de importantes questionamentos sociais acerca dos processos de elitização da região portuária. Achei que seria possível colaborar para um debate tão em voga a partir da minha formação marxista na história.

Isso porque andar pelas ruas da zona portuária do Rio de Janeiro é, hoje, uma atividade que pode causar um grande número de novas sensações, se comparadas com dez anos atrás: desde a estranheza dos que encontram uma nova gama de moradores e edificações voltadas ao entretenimento e turismo, passando pela constatação de um novo perfil populacional e de frequência, a desorientação dos modos de transitar pelos meios de transporte e novos trajetos propostos, e a ira despertada pelos constantes congestionamentos, ocasionados pelas obras que têm dado nova moldagem urbana à região. Os bairros que compõem esse espaço urbano e as alterações na estrutura urbanística que têm recebido estão hoje no centro de um debate que percebe o lugar da cidade como o local de expressão das relações sociais manifestadas territorialmente.

A sensação de quem desce a Ponte Rio-Niterói é a de estar num grande canteiro de obras, com retroescavadeiras, tapumes, escavações, guindastes para todos os lados. O desconcerto de saber estar num espaço que terá feições radicalmente diferentes num futuro próximo é acompanhado pelo sentimento do lugar fugidio, cujos trajetos se alteram tão logo são assimilados e descobrir onde se toma o ônibus na volta do trabalho tornou-se tarefa quase mensal.

A partir da bandeira da revitalização, como um conceito de significado necessariamente positivo, a atual gestão do Prefeito Eduardo Paes, em parceria com os governos estadual, federal e a iniciativa privada, vem intervindo na região portuária carioca de maneira massiva como o grande empreendimento de seu programa de governo, a partir da Operação Urbana Porto Maravilha. O projeto, que destaca melhorias na área, tem implementado uma recharacterização não só dos aspectos físicos de sua estrutura urbana, como também da composição social desses bairros e, conseqüentemente, das formas de vivência, atuação e

representação sobre esse território. Inserido no contexto de megaeventos – entenda-se a última Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos de 2016 – o projeto é, desde seu início, propagandeado pelo poder público como iniciativa no sentido de integrar a região a esse novo momento do desenvolvimento econômico vivenciado pela cidade<sup>2</sup>.

Esse novo desenho vem sendo adquirido através de um processo de exclusão social, definido por gentrificação, que tem por lógica a formação de uma configuração social que elitiza determinadas áreas a partir de iniciativas diretas e indiretas, que prefiguram, entre outras violações de direitos, a do direito à moradia, em primeiro plano. As remoções forçadas de mais de 20 mil famílias cariocas<sup>3</sup>, após terem suas casas arbitrariamente marcadas pela inscrição SMH, da Secretaria Municipal de Habitação – popularmente apelidada de “Sai do Morro Hoje” –, representam a faceta mais impositiva desse processo. Por outro lado, o investimento de recursos na melhoria da estrutura urbana e de serviços dessas áreas acarreta na valorização direta do valor atribuído ao metro quadrado dos imóveis, gerando uma subsequente elevação no preço dos aluguéis, e do custo de vida como um todo, que acaba por determinar a impossibilidade de manutenção das famílias mais pauperizadas da classe trabalhadora nesses territórios. O projeto Porto Maravilha, empreendido pelo atual Prefeito Eduardo Paes, vem a ser a coroação de um processo de empresariamento urbano, que vem se desenhando para a cidade do Rio desde a década de 90, na gestão de César Maia.

Porém, esse não é um fenômeno recente em sua essência; adequar a lógica de funcionamento de determinados espaços urbanos considerados essenciais ao desenvolvimento de políticas específicas em função dos ditames do padrão de acumulação capitalista é uma prática governamental historicamente conhecida pela sociedade carioca. A reforma urbana empreendida no início do século XX, mais especificamente entre os anos de 1902 e 1906, pelo então prefeito Pereira Passos ficou conhecida pelo modo violento e arbitrário através do qual foram empreendidas

---

<sup>2</sup> Essa informação pode ser verificada na página de apresentação do Projeto Porto Maravilha, localizada no endereço: <http://www.portomaravilha.com.br/web/sup/OperUrbanaApresent.aspx>

<sup>3</sup> “Com base em dados fornecidos pela Assessoria de Comunicação Social da Secretaria Municipal de Habitação, o número total de famílias removidas entre janeiro de 2009 e dezembro de 2013 é de 20.299.” (AZEVEDO; FAULHABER, 2015)

as obras de modernização do centro da cidade, alterando essencialmente a condição de vida da população mais pobre.

Essas reconfigurações espaciais em muito se relacionam com o modo pelo qual a população intervém na elaboração objetiva e simbólica dos territórios onde estabelecem suas relações sociais. Desse modo, a experiência compartilhada nos espaços de trabalho e sociabilidade, inextricavelmente sobredeterminadas em relação dialética, revelam traços essenciais da identidade das parcelas de classe envolvidas nos processos históricos em questão. O cenário econômico e social, portanto, tem determinação sobre as formas pelas quais os atores sociais vivenciam e expressam culturalmente a sua vivência através de, entre outras, as manifestações artísticas, que possuem grande importância no processo de elaboração da sua consciência e identidade de classe. Do mesmo modo, tais manifestações, através de suas formas associativas e discursos identitários, têm relevante participação sobre as práticas de sociabilidade que determinam a atuação e as formas de intervenção dos agentes sobre o espaço, nas suas possibilidades de organização e resistência.

Sendo o objeto de estudo a experiência da comunidade portuária, em especial da classe trabalhadora, analisada também em suas manifestações de ordem cultural, quando das mais significativas intervenções na estrutura urbana da zona portuária carioca, e a importância dessas manifestações para a organização e resistência desses trabalhadores ante a violência desses processos, torna-se indispensável dar destaque às formas de sociabilidade relacionadas à vivência coletiva e expressões culturais expressas nos espaços públicos, como forma de representação e organização das frações de classe ali posicionadas. Entendendo classe não como categoria estrutural estática ligada ao idealismo marxista, mas como processo e relação, são essenciais à sua compreensão elementos como aconivência em ambientes comuns de convivialidade e trabalho, entre trabalhadores livres e escravizados em luta pela emancipação, no processo de formação dessa classe. Assim, a cultura das ruas, das esquinas e dos botequins, ligada às formas de interculturação provenientes dessa experiência comum, está profundamente conectada à história das lutas e representações desses trabalhadores.

É possível, assim, pensar o Rio de Janeiro a partir dessa perspectiva que destaca analiticamente os dois momentos citados de intervenção sistemática do poder público municipal, em atuação conjunta com um projeto de governo federal, na região central da cidade, com o objetivo de adequá-la em consonância às prerrogativas econômicas de dois distintos momentos das relações capitalistas: a Reforma Passos e a Operação Urbana Porto Maravilha. Assim como é também possível entrever uma importante análise comparativa entre as permanências e rupturas do papel que as manifestações culturais ocupam nos conflitos relacionados às transformações operadas pelas políticas de governo municipais.

Se, no início do século XX, as dinâmicas próprias dos trabalhadores pauperizados da região portuária tinham no espaço das ruas território essencial tanto à elaboração de suas condições materiais de sobrevivência quanto para suas construções simbólicas de pertencimento e manifestação cultural, não é tão evidente o papel que os espaços públicos exercem na sociabilidade da população pobre, hoje, ameaçada pelas intervenções da nova reforma urbana. Embora possamos, numa análise superficial dos eventos que hoje atraem turistas e boêmios para a zona portuária, entrever um caráter de manutenção da força que o samba e outras formas de expressão cultural ligadas à ancestralidade africana possam ter na caracterização simbólica do território, é grande a possibilidade de que essas mesmas ocorrências possam, em decorrência dos atores sociais que as elaboram, estar inseridas na lógica de fetichização do espaço, que compõe o empresariamento urbano da região, logrado pela Operação Porto Maravilha.

Há, entretanto, fortes indícios de que estejam se dando embates materiais e simbólicos em relação ao lugar que ocuparão os elementos ligados ao histórico da cultura de trabalhadores descendentes de escravizados que ocuparam aquela região. A criação da Área de Especial Interesse Cultural (AEIC) do Quilombo da Pedra do Sal, de autoria do então vereador Eliomar Coelho (PSOL) – que inclui no perímetro de proteção os largos João da Baiana e São Francisco da Prainha, o trecho da Rua Argemiro Bulcão que sobe a Pedra do Sal e a Rua São Francisco da Prainha –, denota preocupação com a manutenção dos aspectos tradicionais e classistas ligados à ancestralidade africana. Iniciativas como o Mercado

Gastronômico de Quilombos<sup>4</sup>, que tem acontecido aos segundos domingos de cada mês, desde abril do presente ano de 2015, apontam para o fato de que a população tradicional cria também suas formas de articulação para usufruir das novas possibilidades econômicas, lutando para não perder o protagonismo no processo de transformação que se opera.

No entanto, ainda que se possa observar uma preocupação com as práticas e as formas de sociabilidade tradicionais, a composição social dos frequentadores dos espaços e projetos culturais desenvolvidos na região aponta para a possibilidade de que mais num processo de ampliação da inserção de meios intelectuais com variados interesses na preservação e exploração de um patrimônio, do que na manutenção orgânica de formas culturais atreladas à resistência de uma sociabilidade marginal ameaçada. A complexidade desse processo não permite respostas fáceis e definitivas, mas abre uma série de perguntas e problemas que podem nortear a análise.

Desse modo, há, nesta dissertação, o interesse de entender que papel simbólico e material ocupam as manifestações culturais ligadas às tradições das classes trabalhadoras, que um dia compuseram aquele território, para os moradores da região que têm ameaçadas as manifestações de sua existência, em conjugação com a possibilidade de remoção territorial.

A dissertação, portanto, seguirá um caminho não linear temporalmente, pois apresentará dois momentos históricos distintos e seguirá, então, uma ordem encadeada que inicia com os dias atuais e a apresentação do cenário que demonstrou o problema a ser estudado, seguida por uma necessária apresentação histórica e conceitual do objeto, terminando por um retorno à questão contemporânea, à luz das reflexões exploradas, apresentando alguns elementos da atualidade que consideramos importantes para o melhor entendimento das formas de exclusão e resistência materializados na região portuária.

---

<sup>4</sup> Com a realização de Casa de Zungu, Pedra do sal produções e turismo, Frente nacional de defesa de territórios de quilombos, “o evento conta com uma variada programação sócio cultural com shows e exposições de artesanato confeccionados exclusivamente por descendentes quilombolas que atuam em diversas instituições como: Casa de Zungu, Conselho Religioso do Quilombo da Pedra do Sal, Charanga de Afoxé dos Filhos de Gandhi, Bloco Afro Agbara Dudu, Rita Monteiro Comidas Caribenhas, Instituto Pérola Negra e FAFERJ, Zezé de Nanã da Bahia, Quilombo do Camorim, Quilombo de Pato de Minas Gerais, As N3gas, Grupo Dêre e Ilê Asè Ogum Obitojá, tramas do porto.” <https://www.facebook.com/events/945910868781796/>

Desse modo, o primeiro capítulo estará dedicado à questão do empresariamento urbano, expresso primordialmente na Operação Urbana Porto Maravilha, que, a partir de uma série de intervenções urbanísticas dos bairros que compõem a Zona Portuária do Rio de Janeiro, propõe uma remodelação na estrutura viária, de serviços, de conservação e de desenvolvimento socioeconômico. Estarão em questão as relações que a lógica política operada possui com o atual momento das políticas de financiamento e reprodução econômicas na lógica capitalista, bem como a sua materialização em formas específicas de reconfigurações territoriais e exclusão social, entendendo que se trata de um momento de reconfiguração da expansão do capital, à luz do processo histórico de segregação operado no interior das cidades, intercedendo sobre as maneiras de experiência e reprodução do ser e da consciência sociais.

O segundo capítulo retrocederá aos primeiros anos do século XX, quando podemos observar, sobre o mesmo território, outro momento de violenta intervenção urbana planejada de iniciativa municipal, momento em que também configurava-se a formação da classe trabalhadora carioca. Serão elaboradas teoricamente as relações entre trabalho, experiência, território, determinação, classe, identidade e cultura à luz do processo histórico da Reforma Pereira Passos. Este será um capítulo de especial relevância, pois nele será desenvolvido com mais fôlego o debate teórico acerca das relações entre o território, as relações de produção perpetradas entre os atores classe trabalhadora, que as compõem como traços identitários importantes na sua formação, organização e atuação, nas esferas material e subjetiva, sendo a região conhecida como “Pequena África”. É traçado um pequeno debate histórico da relação da comunidade portuária com as políticas econômicas e sociais no período que vai dos momentos finais da escravidão aos últimos anos da Reforma Passos, considerando as relações portuárias, como um complexo que envolve tanto a elaboração material daquele espaço e suas formas de apreensão, quanto suas imbricações com a construção da identidade da classe trabalhadora daquela região e as formas de resistência às formas de segregação sócio espaciais.

Por fim, o terceiro e último capítulo trará o exemplo de alguns embates pela significação do território portuário, à luz do entendimento do espaço urbano carioca operado na lógica do marketing urbano. A partir de alguns exemplos de

manifestações culturais, iremos refletir sobre as contradições geradas pelo processo de “requalificação” urbana do Porto Maravilha, levantando algumas questões sobre o protagonismo na contestação ou a objetificação das heranças da ancestralidade, sob a lógica identitária classista, nesse processo de transformação territorial. Para tanto, serão apresentadas, inicialmente, algumas conceituações teóricas sobre as formas de apreensão e novas significações propostas na elaboração da cidade espetacularizada. Assim, traremos, primeiramente, uma introdução em que iremos elaborar as noções teóricas que perpassam as práticas que tentam reconfigurar a cidade ao modelo contemporâneo empreendedor. Porém, partindo do entendimento de que esses processos nunca têm como resultado um território homogêneo, faremos um pequeno inventário das permanências de práticas culturais que resistem a essas investidas e analisaremos duas situações em que emergem contradições entre os agentes e embates pela significação do espaço. Ficará evidente que as questões raciais têm peso significativo no que diz respeito a tais disputas, porém, faremos uma opção por ressaltar os aspectos ligados às frações de classe ligadas ao passado de experiência do trabalhador portuário, conforme terá sido delineado no segundo capítulo.

## **Capítulo 1: A construção urbana sob a lógica capitalista**

O espaço urbano, como formação territorial das relações expressas no interior da sociedade capitalista, carrega em si as latentes contradições dos processos de hierarquização e subordinação entre as classes. Sob este aspecto, o Rio de Janeiro tem um longo histórico de exclusão territorial, baseado em políticas públicas que fazem demarcar no espaço da cidade as mais diversas formas de interesses econômicos e políticos. Perpetradas em ações violentas por parte do estado, tais processos evidenciam uma lógica de cidade voltada ao empresariado e que deixa como uma das principais marcas o latente desrespeito à cidadania e aos princípios da cidade como um espaço público, do comum e do diverso atuando democraticamente em sua constituição.

A reprodução da sociedade se dá, em linhas gerais, a partir da produção dos bens naturais ou historicamente necessários, bem como a partir da produção do espaço. A sociedade que produz e reproduz a vida produz, igualmente, o espaço geográfico através da específica relação do homem com a natureza. O espaço é, dessa forma, histórico, dinâmico e desigual, fruto e condição das contraditórias sociedades movimentadas pela luta de classes.

Partindo dessa compreensão marxiana de desenvolvimento histórico, Mézaros articula antropologia e ontologia para perceber a “base natural da historicidade especificamente humana”. É justamente a possibilidade de se relacionar transformando a natureza, por meio de trabalho, que confere ao homem características históricas - mutáveis. Nota-se, portanto, que na proporção em que se transforma, o homem transforma também o seu espaço – condição e produto da reprodução da vida. (MÉSZAROS, 2006)

O trabalho é a atuação da natureza humana na natureza material, transformando-a e transformando-se na mesma medida; um processo de satisfação e criação de novas necessidades. No entanto, a natureza a ser consumida pelo homem já foi modificada social e historicamente, fazendo do processo de produção



e reprodução uma dialética relação do construído (condição) e do “em construção” (produto). Contrariamente às percepções da Geografia tradicional, o espaço não é o palco da História ou apenas um cenário; além de produto histórico, o espaço permite e fornece as condições necessárias à produção e reprodução dos modos de produção. (CARLOS, 1994)

Na sociedade atual, o espaço urbano é produzido e consumido por agentes sociais concretos cujas ações derivam da dinâmica de acumulação de capital e das demandas de reprodução do capital. Tais agentes - os detentores dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos – atuam dentro de limites jurídicos que podem estar a serviço de um ou mais desses grupos. (CORRÊA, 1995)

Tratando-se, portanto, do modo de produção capitalista, os diferentes usos do solo materializam diferentes formas de apropriação do solo. Na medida em que a cidade é uma concentração de agentes desenvolvendo diferentes atividades, o uso do espaço também terá formas diferenciadas: o espaço como meio produtivo e como meio de consumo coletivo. Ao tratar-se de uma sociedade desigual, essas formas de uso serão diferenciadas internamente e expressarão a reprodução da mão de obra e a reprodução do capital.

Em síntese, compreende-se que o espaço como reprodução da vida é um meio de consumo coletivo e, nos moldes capitalistas, uma mercadoria. Por outro lado, o espaço como reprodução do capital é um meio produtivo e, portanto, um capital fixo. Não obstante, essa separação trata-se somente de uma divisão teórico-analítica, na realidade social essas categorias estão dialeticamente relacionadas. O trabalhador, por exemplo, para reprodução de sua vida é um consumidor, ou seja, parte do processo produtivo na realização da mais valia.

A própria lógica de existência do fenômeno urbano, entendido como a unidade administrativa linear da cidade, nas condições formativas da sociedade capitalista traz em sua constituição a intrínseca e violenta necessidade da suplantação de demandas daqueles que tem suas condições de existência subordinadas à lógica de mercado. Houve, historicamente, que se criar e implantar um ideal unívoco de existência cidadina num processo de construção hegemônica de

progresso e crescimento, a partir do qual se tenta justificar a opressão e exclusão de boa parte dos que deveriam ser os partícipes políticos da construção do seu espaço de existência: os cidadãos.

É observável na constituição da maioria das cidades uma clara distinção objetiva entre aqueles que têm poder de voz, atrelada a uma capacidade material de investimento de capital e são participantes das tomadas de decisão na intervenção urbana, e aqueles cuja própria existência é silenciada, seja na impossibilidade mesma de atuar nos espaços de deliberação, seja em formas subjetivas de diferenciação, em que se discriminam os elementos referentes à sua maneira de estar no mundo, deslegitimando sua capacidade de atuação.

O processo de alinhamento entre as noções de classe “pobre” e “perigosa” vincula, em relação dialética, os elementos objetivos e subjetivos constituintes da interação/conflito entre as classes sociais. Os instrumentos de dominação de ampla camada da população, identificada na classe trabalhadora – além de todos os fatores de dominação econômica –, passam, portanto, por um exercício ideológico de deslegitimação de suas práticas sociais e de suas formas de manifestação cultural, resultando em um cenário de divisão cultural, como pontuou Marilena Chauí. A autora prossegue dizendo que: “Graças às análises e críticas da ideologia, sabemos que o lugar da cultura dominante é bastante claro: é o lugar a partir do qual se legitima o exercício da exploração econômica, da dominação política e da exclusão social.” (CHAUÍ, 2006)

As camadas populares sofrem, então, ataques ao exercício da cidadania de múltiplas naturezas: privados de muitos dos direitos básicos de vivência na cidade, vilipendiados à lógica que lhes retira acesso à moradia e circulação, entre outros elementos não citados no texto, são também mutilados no aspecto da participação atuante dos rumos sociais, por terem um reconhecimento desigual frente às tomadas de decisão. Seria o que a filósofa Nancy Fraser propõe tratar de como questão de *status social*.

O *modelo de status* propõe tratar a questão do não-reconhecimento de determinado grupo dentro de um método que não pressuponha o debate ético acerca das identidades. Ela dirá que: “... o que exige reconhecimento não é a

identidade específica do grupo, mas o status dos membros do grupo como parceiros plenos na interação social. O não reconhecimento (...) [significa] a subordinação social no sentido de participar como um par na vida social.” (FRASER, 2007, p. 117)

Assim, a autora está preocupada com uma interação equânime entre os atores da vida social, para se atingir a elaboração de uma sociedade onde prevaleça a justiça. Para isso, ela considera essencial a elaboração de políticas segundo as quais se opere a redistribuição e o reconhecimento no sentido de superar pontualmente os casos que se constatarem, nos padrões institucionalizados de valor cultural, dilapidação de agentes sociais nas suas capacidades de atuação como pares na vida pública, operando então, o *reconhecimento recíproco* e a *igualdade de status*.

Embora pareça pouco provável que se atinja uma real justiça social, a partir de políticas que, apesar de importantes, são específicas ao dar conta de casos de subordinação de indivíduos, a reflexão aponta para um elemento importante. Ao afirmar a constituição de padrões institucionalizados de valor cultural que diferenciam a possibilidade de interação dos agentes sociais, Nancy Fraser afirma estarmos diante de uma sociedade em que se pratica a subordinação subjetiva dos que praticam o desvio das constituições hegemônicas.

Estamos, pois, diante de um quadro em que as formas de dominação social se completam através de diversas dinâmicas de exclusão. Elas operam, diariamente, nas cidades que, segundo um importante ponto levantado por Márcio de Oliveira (2011), se distanciam de seu ideal utópico de compartilhamento como um todo e afetariam os moldes de “cidadania e civilidade edificado no século XIX”, segundo o modelo cívico-territorial, mas que, na verdade, nunca se operaram de forma plena. Nas “novas” cidades, a cidadania fica necessariamente restrita à capacidade de ser um consumidor e usuário dos espaços espetacularizados. Porém, esse fenômeno não cristaliza uma ruptura com as formas cidadinas anteriores existentes na sociedade capitalista; ele representa, sim, um estágio avançado das formas de exclusão intrínsecas a esse modo de produção.

Hoje, em 2015, no contexto dos megaeventos por que passa a cidade do Rio de Janeiro, acompanhamos a intensificação dos processos pelos quais se opera a segregação socioespacial. As remoções de inúmeras famílias de áreas de interesse

à especulação imobiliária é uma das facetas da intervenção estatal, que promove outras tantas maneiras de criar uma urbe onde o convívio e o compartilhamento comum entre as diversas frações de classe que a compõem se tornam cada vez mais impensáveis. Porém os megaeventos não são a causa em si da formulação de políticas que caracterizam o novo papel empreendedor assumido pelo Estado, mas fazem parte da elaboração de um fenômeno recente de governança que prioriza o modelo de reestruturação, a partir de gestões locais, em alianças com a iniciativa privada, em disputa por investimentos.

As páginas que se seguirão estão dedicadas a uma tentativa de melhor compreender as atuais intervenções de estrutura urbana na zona portuária do Rio de Janeiro, materializadas na Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha, iniciada no ano de 2009<sup>5</sup>. Tal proposta se coloca à luz do entendimento do fenômeno urbano capitalista como um processo que, em diferentes fases de projeto desenvolvimentista, fez materializar na experiência cidadina a correlação de forças desigual que caracteriza sua estrutura social.

### **1.1 História, cidade e a ideologia do progresso**

O historiador Sidney Chalhoub, em seu livro *Cidade Febril*, ressalta ser importante desnaturalizar os processos e empenhar a reflexão acerca do início desse histórico de intervenção violenta por parte das autoridades sobre a vida dos habitantes. Segundo ele, o desmantelamento do cortiço conhecido como Cabeça de Porco, em janeiro de 1893, inaugura uma violenta maneira de gestar as diferenças sociais no Rio de Janeiro:

“Vamos localizar aqui dois pontos dessa forma de lidar com a diversidade urbana. O Primeiro é a construção da noção de que ‘classes pobres’ e ‘classes perigosas’ são duas expressões que denotam, que descrevem basicamente a mesma ‘realidade’. O segundo refere-se ao surgimento da ideia de que uma cidade pode ser apenas ‘administrada’, isto é, gerida de acordo com critérios unicamente técnicos ou científicos: trata-se da crença de que haveria uma racionalidade extrínseca às desigualdades sociais urbanas, e que deveria nortear então a conduta não-política, ‘competente’,

---

<sup>5</sup> De autoria do Poder Executivo municipal, a Lei Municipal nº 101/2009 trata da criação da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha e pode ser consultada no endereço: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/b39b005f9fdbe3d8032577220075c7d5?OpenDocument>

‘eficiente’, das políticas públicas. Essas duas crenças, combinadas, tem contribuído muito, em nossa história, para a inibição do exercício da cidadania, quando não para o genocídio de cidadãos.” (CHALHOUB, 1996, p. 20)

Desse modo – sem, obviamente, fazermos um trabalho de recorte-colagem entre distintas realidades históricas –, podemos traçar elementos de continuidade no modo gestor das contradições existentes à existência política da cidade, entre a forma administrativa que então se afirmava e os dias atuais. Isso é possível, pois o acontecido de outrora encontra-se situado no contexto de implementação/afirmação de uma, então, nova ordem econômico-social, embasada nos valores liberais de relação social e de produção, sistematizados no, então, recém-instaurado regime republicano. (FRAGOSO e SILVA, 1990)

Apesar das incontáveis sublevações populares e de diversas forças organizativas<sup>6</sup> que se opuseram, pontual ou estruturalmente, às formas de atuação do estado que, ao beneficiar os interesses dos setores de classe dominante, interferiam diretamente no cotidiano das pessoas, de lá pra cá não houve ruptura estrutural com o modelo de sociedade que, então, se implantava. Ocorreu, ao contrário, um paulatino, porém eficaz, enraizamento deste ideal de administração pública e sua lógica subsequente às relações sociais como um todo, que, mais recentemente, vem tomando a forma de governança empreendedora da cidade.<sup>7</sup> O desenho de uma gestão racional, atrelada à ideia de progresso, com pigmentos de todas as relações de produção e trabalho nela implicadas, tomou o contorno do senso comum do entendimento de funcionamento “natural” das relações sociais.

Não é simples, porém, compreender essa elaboração de uma sociedade evidentemente excludente, em face da necessidade de uma suposta aceitação coletiva frente à realidade marcadamente desigual em que vivem seus entes. Muitos

---

<sup>6</sup> No Rio de Janeiro da República Velha havia tensionamentos constantes entre setores das classes populares e agentes da ordem pública: a Revolta da Vacina é o caso de maior destaque pela proporção tomada, mas o confronto entre os chamados “vadios”, capoeiras, sambistas e os agentes da ordem pública que os tentavam enquadrar na lógica de trabalho capitalista era constante. Somase a isso, o crescente movimento operário, que começava a tomar força com o aumento da mão-de-obra assalariada que acompanhava o processo de urbanização e industrialização.

<sup>7</sup> A primeira gestão do prefeito Cesar Maia, de 1993, pode ser considerada como um momento em que ganhavam espaço no Rio algumas prerrogativas embrionárias do empresariamento urbano, como, por exemplo, “estímulo para investimentos de capitais em projetos de ordenamento, padronização e embelezamento da cidade, além da apropriação de expressões históricas e culturais com finalidades rentáveis, todas associáveis ao fomento turístico.” (XAVIER, 2012, p. 16) O debate sobre empreendedorismo ou empresariamento urbano será apresentado mais adiante.

autores marxistas empenharam-se, pois, em clarificar os mecanismos através dos quais se constrói e legitima no interior do funcionamento social a subsunção de determinadas classes a uma lógica opressora. Entre eles, o filósofo italiano Antonio Gramsci avançou até ponto satisfatório, ao elucidar a complexa relação dialética entre os elementos coercitivos e consensuais que compõem uma construção hegemônica de sociedade. Em geral, Marx e Lênin, ao analisarem o Estado, mediante o contexto histórico extremamente revolucionário em que viviam, percebiam o estado através de seu caráter coercitivo/repressor, pois ele ainda se encontrava pouco desenvolvido e se mostrava mais visivelmente através desta faceta. Assim, puderam formular uma teoria de estado e seu caráter classista, afirmando ser o estado um instrumento de dominação e tutela de uma maioria por uma minoria. Isso, no contexto filosófico da época, representava a “desfetichização” da aparente “autonomia”, “superioridade” ou “neutralidade” do estado, tão bem representada na filosofia Hegeliana.

Compreendendo esta limitação dos autores pregressos, Gramsci propõe uma adição ao conceito, tendo em vista que os autores clássicos não puderam acompanhar o surgimento e a evolução dos grandes sindicatos econômicos e dos partidos de massas, o parlamento eleito por sufrágio universal etc. “Ou seja, os organismos de participação política ao qual se adere voluntariamente (e, por isso, são privados) e que não se caracterizam pelo uso da repressão” (COUTINHO, 2007, pág. 125).

A teoria de estado em Gramsci, portanto, se baliza na “descoberta” dos ‘aparelhos privados de hegemonia’. Assim, o estado em Gramsci comporta duas dimensões:

*A sociedade política* [...] que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob o controle das burocracias executivas e policial-militar; e a *sociedade civil*, formada precisamente pelo conjunto de organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc. (COUTINHO, 2007, pág. 127).

O tratamento autônomo que estas duas esferas têm em Gramsci é legitimado por duas questões. A primeira questão se relaciona com a função que cada uma destas esferas exerce na tarefa de manter determinada organização social. Através da sociedade civil os setores dominantes buscam construir sua *hegemonia*, baseando-se no *consenso* ou *direção política*, enquanto que, na sociedade política, esta dominação é mantida através da *coerção*. É fundamental dizer que com a sociedade civil, aquilo que se entende por ideologia, ganha uma base material. E, neste ponto, se afirma a segunda questão que nos permite tal distinção, pois estas duas esferas se distinguem por uma *materialidade própria e específica*. “Em Gramsci, não há hegemonia, direção política e ideológica, sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera específica do ser social.” (COUTINHO, 2007, pág.129) Entretanto, havendo esta autonomia relativa entre as duas esferas do estado, jamais se perde de foco a unidade entre elas, e mais, a relação *dialética* que uma mantém com a outra. Vale a pena recordar a afirmação Gramsciana que diz que a disjunção entre sociedade política e civil é uma disjunção metodológica, analítica, não-orgânica. Como fenômeno social, na realidade específica, sociedade civil e sociedade política se identificam.

É nessas relações que podemos compreender de que maneira os interesses da classe dominante se materializam de forma tão completa na configuração e nas ações empreendidas pelo poder público. Assim, no interior da sociedade civil, na complexa rede de elementos ideológicos que a compõem, é constantemente elaborada e reelaborada uma concepção hegemônica de sociedade, segundo a qual se justificam as diferentes condições de apropriação da riqueza humana produzida, e calcada em uma lógica linear da história. Quando não são suficientes os arranjos pela elaboração de um senso comum e a construção hegemônica é posta em risco por revoltas e contestações, o uso do elemento coercitivo – das armas, dos decretos e das máquinas de demolição – é o recurso para a manutenção da “ordem”.

Tal seria a enormidade de conflitos silenciados, em nome da suposta linearidade da cidade administrável, que Michel de Certeau viria a tratá-la como a ilusão de um conceito de cidade, que tentaria se impor às particularidades abafadas das contraditórias práticas sociais. Os grandes edifícios dos quais se olha a multidão

de carros e humanos como um todo único correspondente ao planejamento que triunfou, em uníssono, parece imprimir a lógica de funcionamento aliada ao ideal do progresso. Certeau provoca. A cidade é apresentada, assim, como uma violenta tentativa de enquadramento conceitual e funcional do inexorável fato humano que é a aglomeração urbana, na sociedade capitalista:

“Nesse lugar organizado por operações ‘especulativas’ e classificatórias, combinam-se gestão e eliminação. De um lado, existem uma diferenciação e uma redistribuição das partes em função da cidade, graças a inversões, deslocamentos, acúmulos, etc.; de outro lado, rejeita-se tudo aquilo que não é tratável e constitui portanto os ‘detritos’ de uma administração funcionalista (anormalidade, desvio, doença, morte etc.) Certamente, o progresso permite reintroduzir uma proporção sempre maior de detritos nos circuitos da gestão e transforma os próprios déficits (...) em meios de densificar as redes da ordem.” (CERTEAU, 1998, p. 173)

Na pretensão de instituir uma racionalidade técnica e administrável, sua definição utópica perpassará, necessariamente, por um estabelecimento não temporal, que anule as manifestações de relações sociais, que remetam a outras formas de permanência, de viver e estar no espaço, processo para o qual Benjamin já atentara na sua tese XIII sobre o conceito de história, como podemos notar: “A representação de um progresso do gênero humano na história é inseparável da representação do avanço dessa história percorrendo um tempo homogêneo e vazio. A crítica à representação desse avanço tem de ser a base crítica da representação do progresso em geral.” (BENJAMIN, 1994, p. 229)

A urbe ocidental, como intenção de planejamento, é, pois, a materialização espacial da concepção histórica que imprime ao contraditório e conflituoso processo da vida em sociedade uma faceta ilusoriamente linear.

Revela-se, pois, a partir do fator extrínseco e unidimensional que é o progresso, a conveniente ineficácia em solucionar os inerentes conflitos urbanos surgidos da materialidade da concentração de riqueza. Desse modo, a execução do que deveria ser um planejamento da cidade, que, como lugar público e comum de existência de seus entes, pretensamente atenderia ao bem comum, vai, historicamente, ganhando e exacerbando o contorno de exclusão, ao ser entendido, concebido e organizado como espaço de relações sociais lineares e não contraditórias. Essa elaboração social necessita de constantes arranjos, alianças,



construções de estratégias de convencimento em torno da elaboração de um ideal dito comum.

Nesse sentido, é interessante observar, por exemplo, que o mesmo documento nacional responsável por regulamentar o capítulo sobre Política Urbana da Constituição Brasileira promove também as bases legais para a instauração do mecanismo usado para sustentar o papel ativo dos investidores privados nas transformações urbanísticas. O Estatuto da Cidade, estabelecido em lei 10.257 de 10 de julho de 2001, em parágrafo único de seu primeiro artigo, que sua função é a de estabelecer “normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.” É também, no mesmo documento, que está regulamentada a ferramenta da Operação Urbana Consorciada, prevista na Constituição de 1988, que, entre outras coisas, aponta as bases legais para o empreendimento de intervenções urbanísticas de alteração estrutural de determinada área da cidade, cuja regulação estará fora da área de alçada do poder público tradicional, conforme previsto no Art. 33, inciso VIII, parágrafo 2º: “A partir da aprovação da lei específica de que trata o caput, são nulas as licenças e autorizações a cargo do Poder Público municipal expedidas em desacordo com o plano de operação urbana consorciada.”<sup>8</sup>

A primeira vez no estado do Rio de Janeiro em que se optou pela adoção de uma Operação Urbana Consorciada para a reformulação de uma área foi em junho de 2009, com a assinatura da OUC Porto Maravilha, para empreender um grandioso projeto de revitalização da Zona Portuária carioca, considerada degradada e obsoleta, em parceria das esferas municipal, estadual e federal. Com todo o impulso ensejado pelo recebimento de eventos como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, tal iniciativa iria corroborar para finalmente ocorrer a inserção do Rio no circuito das cidades globais, a partir da maior Parceria Público-Privada já realizada até então no país<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> A íntegra do Estatuto da cidade pode ser consultada na página do Planalto, através do endereço [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)

<sup>9</sup> <http://portomaravilha.com.br/materias/entenda-o-negocio/e-o-n.aspx>

## 1.2 Projeto Porto Maravilha e empreendedorismo urbano

A Operação Urbana Consorciada da região portuária do Rio de Janeiro é apresentada na página do projeto Porto Maravilha como uma iniciativa, em área de 5 milhões de metros quadrados, entre as Avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco e Francisco Bicalho, objetivando reestruturar a localidade, por meio da requalificação dos espaços públicos da região. A iniciativa é exaltada como uma “ação estratégica e inovadora da Prefeitura do Rio de Janeiro”, que trará maior qualidade de vida para os antigos e novos moradores da região, além de fomentar expressivamente o seu desenvolvimento econômico.<sup>10</sup>

Em nome desse propagado desenvolvimento no contexto socioeconômico neoliberal, muitas nações, incluindo o Brasil, vêm submetendo suas políticas às diretrizes do Consenso de Washington, como garantia de inserção no mercado global, em busca de fomento financeiro de entidades internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico e o Fundo Monetário Internacional. (AZEVEDO; FAULHABER, 2005)

Sob essa ótica, as tentativas do poder municipal de intervenção na região portuária já apareciam nos planos da primeira gestão do prefeito César Maia, porém a falta de articulação de sua gestão com os poderes estadual e federal atravancou o processo. Dentre as dificuldades citadas, destaca-se o fato de haver muitos terrenos públicos pertencentes à União e a complexidade de terrenos e imóveis tombados, com proprietários não identificados ou com dívidas (XAVIER, 2012, p. 56). Na gestão de 2009 do prefeito Eduardo Paes, contudo, motivada pela política de aliança política entre os partidos que compõem as esferas federal, estadual e municipal – leia-se o presidente Lula, do PT, e o governador Sérgio Cabral, do PMDB, mesmo partido do prefeito – e pela euforia desencadeada pela escolha do Rio para sediar os Jogos Olímpicos de 2016 e constar entre as 12 sedes de jogos da Copa do Mundo

---

<sup>10</sup> Informações obtidas na página oficial do Porto Maravilha, no endereço: <http://portomaravilha.com.br/web/sup/OperUrbanaApresent.aspx>

de Futebol, é assinada a parceria para a realização da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha, como o grande projeto de revitalização da zona portuária carioca.

Respalhada no plano da opinião pública pela construção de um apoio cívico pela promoção da cidade frente a um protagonismo mundial, no plano legal a OUC da zona portuária representa a suspensão dos protocolos legais, com a elaboração de uma série de leis de caráter emergencial, no ano de 2009<sup>11</sup>, que, em sua maioria, abrem o caminho para uma radical alteração dos usos do solo, visando a atribuição de maior rentabilidade e facilitação das atividades da construção civil e do ramo imobiliário.

Esse modelo de intervenções no sentido de “requalificar”, “revitalizar” ou de “reconversão funcional e socioeconômica” em áreas centrais ou portuárias de grandes cidades, tocadas pelo poder público municipal, a partir de parcerias público-privadas, não é novidade no cenário urbano neoliberal. A experiência carioca busca inspirações em iniciativas destinadas a áreas portuárias, que iniciaram na década de 1970, consideradas bem-sucedidas em outras grandes cidades, dentre as quais têm destaque os exemplos de Baltimore, Barcelona, Buenos Aires, Cidade do Cabo, Roterdã e Hong Kong. As Zonas Portuárias revitalizadas trazem muitas vezes a prerrogativa de recuperar a relação da cidade com o mar, numa região que convenientemente já possui centralidade física em relação às tomadas de decisão empresariais.

Portanto, faz parte do processo um acentuado procedimento de investimento em um centro de negócios, que recebe atualmente grande aporte em infraestruturas, redes técnicas e equipamentos de uso coletivo além de projetos imobiliários de

---

<sup>11</sup>Lei Complementar 101 de 23 de Novembro de 2009. Institui a Operação Urbana Consorciada, cria a Área de Especial Interesse Urbanístico do Porto (AEIU), possibilita a Outorga Onerosa do direito de construir e de alteração de uso de solo, regulamenta a utilização dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs), expande os limites e parâmetros construtivos para a região (possibilitando a instalação de prédios de até 30 andares em alguns setores e até 50 andares em outros), e confere outras atribuições; - Lei Complementar 102 de 23 de novembro de 2009. Cria a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro — CDURP — e aponta outras providências; - Lei 5.128 de 16 de dezembro de 2009. Concede Benefícios Fiscais relacionados à Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio (sob a área administrada pela CDURP); - Lei Complementar de 22 de dezembro de 2009. Institui o Programa Municipal de Parcerias Público Privadas (PROPAR-RIO), destinado a disciplinar e promover a realização de Parcerias Público-Privadas no âmbito da Administração Pública do Município, e dá outras providências. (SILVA, 2012)

grande vulto destinado para usos de habitação, administração estatal, comerciais e terciárias. Segundo os ditames do empreendedorismo urbano, vemos a instalação de uma distinta composição do cenário material e imaterial, com o surgimento de novos objetos geográficos; a reestruturação da paisagem, em direção a um espaço no qual as autoridades municipais possam mais facilmente articular conjuntamente à dinâmica produtiva e circulatória do resto da cidade e, certamente também, à rede das grandes metrópoles internacionais. As propostas e execuções do Porto Maravilha têm tantas ambições e é tamanha a magnitude do empreendimento, que o Projeto se apresenta como um laboratório de inovações em termos de planejamento, produção e gestão do espaço urbano, em direção à inserção do Rio de Janeiro no cenário dos negócios mundiais. (MONIÉ; SILVA, 2015)

Neil Smith já apontara que, embora os meios de comunicação tenham alcançado enorme eficiência e rapidez, o ritmo instável e irregular da economia especulativa torna necessária uma proximidade física dos núcleos corporativos decisórios e os serviços auxiliares a essas atividades. Esse processo é elemento central nos processos de gentrificação, uma vez que faz parte do processo de reestruturação das áreas centrais para o formato corporativo/profissional, determinando a centralização administrativa do capital, em contraposição à descentralização produtiva. (SMITH, 2007).

A transferência para a região da sede do Banco Central do Rio de Janeiro, em construção na esquina da Via Binário com a Rua Rivadávia Corrêa, e a construção das Trump Towers são um exemplo disso. As Trump Towers são

*“um conjunto de cinco torres AAA de 150 metros de altura com 38 andares, 322.400 metros quadrados de área computável de escritórios corporativos e área total construída incluindo espaços comerciais e subsolos cerca de 450.000 metros quadrados. O empreendimento será desenvolvido no Porto Maravilha – a Zona Portuária localizada na região central do Rio de Janeiro. Esse projeto será o primeiro com o nome do TRUMP no Brasil e o maior complexo urbano de escritórios corporativos nos países BRIC são exemplos da materialização desse modelo na Zona Portuária.”<sup>12</sup>*

E ainda definem bem o projeto da governança empreendedora para a Zona Portuária: “ Porto Maravilha é o novo centro empresarial do Rio de Janeiro que está

---

<sup>12</sup><http://www.trumptowersrio.com/pt-br/o-projeto/>

sendo construído com investimentos em infraestrutura de mais de 8 bilhões de reais (cerca de 4 bilhões de dólares) até os Jogos Olímpicos de 2016.”<sup>13</sup>

A reconfiguração prevista pelo projeto não passa somente pelas intervenções na criação direta de um espaço propício às tomadas de decisão do capital. A nova cidade espetacularizada, para pleitear recursos no competitivo mercado internacional das cidades, deve também contar com toda uma gama de equipamentos que compõem uma infraestrutura considerada eficiente para receber turistas vindos do mundo inteiro, em busca de entretenimento. Apenas na região da Praça Mauá e imediações, podemos, já hoje, observar iniciativas suntuosas e de grande impacto para a remodelação cultural do espaço, como a Reforma da Praça Mauá, que hoje ocupa uma área seis vezes maior, recebe o “carimbo” em letras gigantes que dizem “#CIDADE OLÍMPICA”, para que não restem dúvidas; o Museu de Arte do Rio e o Museu do Amanhã – ainda em fase de obras – ambos em parceria com a Fundação Roberto Marinho compõem este novo cenário, de aparência moderna, com muito branco, curvas e espaços vazados<sup>14</sup>

Leopoldo Guilherme Pio (2013), ao tratar do projeto de revitalização do Porto Maravilha, bem aponta para a questão da regeneração cultural:

Segundo Broudehoux (2011), a “regeneração cultural das cidades” se apoia em quatro ações: a busca ativa de status oficial atribuídos pelos organismos internacionais (como a UNESCO), a valorização do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico urbano (especialmente em centros históricos) e das áreas portuárias abandonadas, a construção de infra-estruturas culturais e megaprojetos arquitetônicos e a promoção da cidade como anfitriã uma série de eventos culturais ou festivais. Nesse sentido, as políticas da prefeitura do Rio de Janeiro em geral, e as propostas do Porto Maravilha em particular se adequam perfeitamente ao modelo proposto por Broudehoux: a cidade obteve o título de Cidade Patrimônio da humanidade, delegado pela UNESCO e que permite a valorização da cidade interna e externamente, bem como a intensificação de um civismo em relação à cultura da cidade; a valorização e/ou criação de novos patrimônios e práticas culturais na zona portuária, que contribuem para a requalificação da área como “vetor de crescimento econômico” e simultaneamente, “coração cultural” da cidade; a construção do Museu de Arte do Rio e, especialmente, o Museu do Amanhã, que segue a fim de aprimorar a marca e o prestígio da cidade e de renovar sua oferta turística; por fim, a cidade será sede de diversos eventos esportivos e culturais,

---

<sup>13</sup> Op. Cit.

<sup>14</sup> Estão ainda aprovados no setor do entretenimento o AquaRio, que ocupará o prédio da Cibrazém, orçado em 110 milhões e a Pinacoteca, com custo de 80 milhões, no Palácio Dom João VI, na Saúde.

que podem ser utilizados para colocar em cena talentos culturais locais e internacionais de diversas áreas “criativas” (música, cinema, literatura, artes visuais, gastronomia, além de grupos tradicionais e dos ritos próprios a certas comunidades locais). (PIO, 2013)

E para coordenar todas essas atividades, foi criada a CDURP (Companhia de Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro), uma empresa de economia mista, com regulação da prefeitura e atuação da iniciativa privada. Justamente por estar no íterim entre os processos controlados pelo lugar do Estado e a autonomia do mercado, a companhia está no lugar de operacionalizar com dinamismo as iniciativas e demandas do Porto Maravilha.

O editorial da revista Porto Maravilha de número 1 deixa bem situada a leitura que os idealizadores do projeto fazem das supostas necessidades da região portuária da cidade e em que debate acerca do planejamento urbano estão embasadas as opções políticas e econômicas para o desenvolvimento da região. O Secretário de Desenvolvimento e presidente do Instituto Pereira Passos, Felipe Góes assim abre a publicação:

*“Principal porta de entrada da cidade por muitas décadas, a Região Portuária viverá, nos próximos anos, uma merecida e necessária revolução. A degradação presenciada pelos cariocas por tantos anos começa a ser revertida pelo projeto Porto Maravilha. Fruto de um esforço conjunto entre os três níveis de governo (municipal, estadual e federal), ele pretende trazer novas opções de moradia, trabalho, transporte e lazer para os que ali vivem. Com um investimento inicial de cerca de R\$ 350 milhões da Prefeitura, o projeto tem duas fases e orçamento total de cerca de R\$ 3 bilhões, a serem obtidos por meio de parceria entre a iniciativa privada e o poder público. É uma nova oportunidade de crescimento e desenvolvimento para a cidade, que nos últimos anos sofre com uma demanda reprimida por novos negócios em sua região central. Com o Porto Maravilha, uma localização nobre e historicamente importante para a cidade (sítio de sua fundação e principal local de comércio ao longo dos séculos) volta a receber a atenção merecida. Inspirado em projetos inovadores realizados em zonas portuárias de cidades do exterior, como Buenos Aires e Barcelona, todo o processo das obras de reurbanização e revitalização serão gerenciadas pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), o que vai garantir que os investimentos feitos no local sejam efetivamente aplicados ali; e também que um projeto de tamanho vulto não se perca em desmandos de futuras administrações...”<sup>15</sup>*

---

<sup>15</sup> Revista Porto Maravilha nº 1, Março, 2010, acessada no endereço: <http://portomaravilha.com.br/conteudo/revistas/Boletim%20do%20Porto%201%20web.pdf>

A noção de revitalizar a região portuária, em termos muito primários, está atrelada a uma visão que desqualifica, tomando como algo que não possuía vida, o passado de existência dessa parte da cidade até o momento de atuação do poder público. A construção de uma ideia de estagnação e isolamento, embora embasada em elementos históricos concretos<sup>16</sup>, é necessária para a construção de um consenso em torno da necessidade de intervenção massiva para a recondução de tal lugar à condição de estabelecer relações e trocas com as outras regiões da cidade e ganhar protagonismo no cenário internacional. A degradação, sob esse ponto de vista, torna-se a condição necessária à superação, através da promoção do desenvolvimento da cidade, a partir do lugar da zona portuária, área ora considerada nobre e fonte de ampliação dos negócios na região central.

Vicente Del Rio, urbanista defensor dos processos de revitalização, tendo como foco as intervenções nas zonas portuárias das cidades, considera que os projetos locais nesse sentido tendem a atrair o máximo de investimentos, valorizando a região nas áreas de economia, cultura, habitação e turismo:

Nas últimas décadas, metrópoles do mundo inteiro têm despertado para o novo paradigma do desenvolvimento sustentável, onde a nova fronteira é a própria cidade interior, ou seja, a concentração de investimentos e esforços para a ocupação dos vazios, a reutilização do patrimônio instalado, a requalificação de espaços e a intensificação e mistura dos usos. Neste contexto, o papel da reutilização das áreas portuárias centrais e de suas frentes marítimas é fundamental (DEL RIO, 2001: 1, *in* SILVA, 2012).

A chamada expansão da fronteira interna, dando a direção da expansão do capital para os centros das grandes cidades, aparece nesse discurso como um fenômeno de mobilização dos esforços, que geram atenção às áreas degradadas, para um novo modelo de desenvolvimento da cidade. Sob este aspecto, uma radical transformação sobre as formas de uso dos espaços e aparelhos urbanos é apontada

---

<sup>16</sup> O site de mídia educativa da cidade, MultiRio, Empresa Municipal de Mídias, vinculada à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, traça um histórico das revitalizações – entenda-se Reforma Passos – e marcas históricas da região portuária da cidade. No texto, a construção da Avenida Presidente Vargas, na década de 1940, teria isolado a região portuária da área nobre da cidade e a obsolescência dos armazéns da Avenida Rodrigues Alves teria composto um quadro de isolamento e degradação da região, que virá a ser superado a partir do Projeto Porto Maravilha. A construção da Perimetral e os sucessivos aterros promovidos na região, afastando-a do mar, também são frequentemente apontados como causas da marginalização da zona portuária. Para compreender melhor esta abordagem, conferir o endereço [http://www.multirio.rj.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=414:zona-portuaria-revitalizacoes-e-marcas-historicas&catid=20:cidade&Itemid=115](http://www.multirio.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=414:zona-portuaria-revitalizacoes-e-marcas-historicas&catid=20:cidade&Itemid=115)

como a solução para a “merecida revolução” que alterará as formas de fazer e viver o espaço em questão. Para tanto, movimentos como de reutilização e requalificação aparecem no vocabulário empreendedor urbano como elementos necessariamente positivos, partindo da visão unívoca que entende que a cidade precisa dessas novas formas de utilização e qualificação do espaço urbano para o pleno desenvolvimento do ideal citadino contemporâneo.

A noção de expansão da fronteira é cara à elaboração das teorias da revitalização urbana, como um alinhamento das noções espacial e econômica do desenvolvimento, e também aparece de forma a exaltar a noção de degradação quando estabelece um limite geográfico e social a ser rompido e superado pelas intervenções que servirão para garantir melhorias e “vida nova”. O geógrafo escocês Neil Smith, em texto de 2007, intitulado “Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano”, busca identificar, no quadro atual de desenvolvimento do capitalismo, como um processo global de reestruturação econômica, o fenômeno da gentrificação. Ele aponta como o uso da noção de ampliação das fronteiras internas, em direção aos centros urbanos e suas zonas portuárias, tem como base a noção de desbravamento do selvagem que capitaneava as incursões ao Oeste americano, com base em ações pioneiras. Seriam, portanto, os novos investidores, levados à condição heroica, quase folclórica do desenvolvimento social da ampliação da fronteira social da civilização em oposição à barbárie que representaram, durante décadas, os centros urbanos e seus moradores naturalizados a esse meio físico, no imaginário social, quando o ideal de qualidade de vida e moradia estava nos subúrbios norte-americanos ou nos bairros da zona sul carioca. A construção desse ideário é apontada, enfim, como elemento essencial à legitimação e racionalização da conquista do novo espaço urbano.

A página 7 da Revista Porto Maravilha nº 3, de novembro de 2010, em matéria intitulada “Área de Preservação do Ambiente Cultural da Cidade, Porto do Rio faz 100 anos”, assinada por Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, traz a seguinte constatação acerca do processo de “decadência” da região Portuária e do papel pioneiro e salvador que cumprem os financiamentos dos investimentos feitos para sua requalificação, em tom de batalha do heroísmo contra a ociosidade:



*“Os anos seguintes [à década de 1930] foram marcados por vários acontecimentos que terminaram por dar a configuração que a região como um todo hoje possui. As mais importantes delas foram a construção da Presidente Vargas nas décadas de 1930/40 e da Avenida Perimetral (entre as décadas de 1960/70). A região Portuária entrou em progressiva decadência nas décadas que se seguiram. Suas atividades principais foram transferidas para o porto do Caju e a área inteira mergulhou em intenso processo de ociosidade e degradação. Os anos 2000 marcaram um novo período de discussões e projetos para a área. Finalmente em 2009 a Prefeitura do Rio criou a base legal para a revitalização e requalificação da área. Foi definida uma nova legislação mais adequada ao desenvolvimento da área, criados mecanismos de gestão e financiamento dos investimentos e finalmente iniciadas as obras que deram partida ao Projeto de Requalificação da Região Portuária.”<sup>17</sup>*

Revitalização e gentrificação<sup>18</sup> são, portanto, termos que, aplicados na realidade social, guardam em si uma intrínseca relação, no processo de formulação de novas bases para a acumulação do capital, a partir de um modelo de expansão baseado na apropriação dos ativos dos segmentos mais pauperizados. Assim, a investida da governança sobre a região portuária, propagandeada como a recuperação possível àquele renegado espaço, é uma das principais forças motrizes de expansão do capital na contemporaneidade, que, espacialmente, não se caracteriza pela expansão absoluta, mas pela diferenciação interna, como bem apontou Smith:

A produção atual do espaço ou do desenvolvimento geográfico é, portanto, um processo acentuadamente desigual. A gentrificação, a renovação urbana e o mais amplo e complexo processo de reestruturação urbana são todos parte da diferenciação do espaço geográfico na escala urbana; e, embora estes processos tenham sua origem em um período anterior à atual crise econômica mundial, sua função hoje é reservar uma pequena parte do substrato geográfico para um futuro período de expansão (...)Mas mesmo que ignoremos a renovação urbana e o redesenvolvimento comercial, administrativo e recreacional que vem ocorrendo, e concentremos-nos apenas na reabilitação residencial, é patente o fato de que, onde quer que os “pioneiros urbanos” se aventurem, os bancos, as incorporadoras, o Estado e outros atores econômicos coletivos geralmente chegam antes. (SMITH, 2007, p.17- 18)

---

<sup>17</sup>Cf: <http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/revistas/Boletim%20do%20Porto%203%20web.pdf>

<sup>18</sup> “Forma de apropriação das camadas afluentes e do capital privado do espaço público, “requalificando” concertadamente com outros atores, inclusive o poder público, e criando uma situação de exclusão e especulação, convertendo espaços privilegiados remanescentes degradados em espaços de consumo de uma classe social ascendente.”  
<http://www2.archi.fr/SIRCHAL/glossair/glosdefp.htm#G>

Nesse sentido, cabe ressaltar, como veremos mais adiante que, apesar de a construção desses lugares de poder, de fato, ser uma das maneiras de garantir alguns benefícios ligados principalmente à infraestrutura urbana, ou em empregos e serviços, para populações específicas ou parte delas, acaba, muitas vezes, por retirar a centralidade dos complexos processos que se desencadeiam no território em que se inserem. Evidenciam-se nos documentos e declarações que o aspecto do desenvolvimento econômico, através dos investimentos especulativos feitos pela parceria público-privada, é priorizado, em detrimento do entendimento e resolução das demandas materiais do território em questão, elaboradas e enfrentadas coletivamente, nos momentos em que se considerava que estava “ocioso”, rumo à “degradação total”.

O Estado atua sobre o espaço urbano carioca associado aos interesses do mercado, de maneira a assegurar as maiores garantias para o retorno dos investimentos, na elaboração da cidade neoliberal, garantindo a reprodução da riqueza para setores ligados principalmente à construção civil e ao mercado imobiliário, empresas como Carvalho Hosken, Carioca Engenharia, OAS, Odebrecht, Camargo Corrêa, entre outras. Não se pode acusar o poder público de inércia, ou falta de planejamento: o que temos assistido é uma intensa atuação no sentido de valorizar economicamente determinadas áreas da cidade e que tem nas desapropriações e remoções um dos mais recorrentes artifícios.

### **1.3 Espaços públicos, interesses privados: a lógica desigual da cidade contemporânea**

O modo como se vive nas cidades relaciona-se com a forma como o capital se reproduz; as necessidades humanas são criadas social e historicamente em conformidade com a forma e com o que se produz. Dessa feita, para além do ambiente de trabalho, a lógica do capital está presente em todas as esferas da vida humana e, conseqüentemente, suas contradições se manifestam nos acessos e usos diferenciados do espaço urbano.

A sociedade capitalista gera não somente mercadorias e valor, mas também a transformação de produtores em assalariados. É essa condição material que

determinará a relação do homem com a sociedade e com o espaço, na medida em que, para sua sobrevivência, o homem precisa satisfazer certas necessidades naturais e históricas. (ANTUNES, 2004) São as necessidades, geradoras de ações, um dos eixos explicativos da relação capital-trabalho, pois elas só serão satisfeitas através do salário, condição da reprodução da mão de obra. Fruto de uma sociedade contraditória, o espaço reflete e reproduz a lógica de classes: o consumo desigual do espaço urbano reflete o processo de trabalho coletivo em contraposição à sua apropriação privada.

O que garante o uso/consumo diferenciado do solo é, portanto, a posição ocupada pelo agente no interior do processo produtivo. Isso porque o valor da força de trabalho é definido de acordo com o necessário para reprodução daquela mão de obra, o que garante não somente a reprodução do capital, mas também a reprodução das relações sociais e suas diferenciações.

“ao mesmo tempo que representa uma determinada forma do processo de produção e reprodução de um sistema específico, a cidade é também uma forma de apropriação do espaço urbano produzido. Como materialização do trabalho social, instrumento na criação de mais-valia é condição e meio para que se instituem relações sociais diversas. Como tal, apresenta um modo determinado de apropriação que se expressa através do uso do solo. O modo pelo qual esse uso se dará dependerá dos condicionantes do seu processo de produção” (CARLOS, 1994, pg.83)

Quando se trata do consumo da terra como moradia, Carlos concentra-se em uma importante questão, que parte da compreensão de valor presente no sistema marxiano – onde o valor deriva do trabalho assalariado – e prevalece a dificuldade de definição do valor da terra na medida em que é um bem natural e não trabalhado.

Para dar conta de tal questão, faz-se mister a compreensão do espaço em seu aspecto mais amplo de reprodução social. Dessa forma, a terra não é somente o lugar onde se instalará uma indústria ou uma casa de luxo, mas é condição para reprodução social, na medida em que os lugares articulam-se dialeticamente no todo social. A realização do espaço enquanto condição gera um produto condicionador de novo processo. A “terra-espaço” só pode ser definida se vista em sua articulação com a totalidade; o que está sendo apropriado é o trabalho geral da sociedade contido na totalidade do espaço geográfico. O valor da terra se dá, portanto, na sua localidade e seu papel em relação ao todo espacial.

Esse modelo de cidade, que vinha se conformando como o ideal da vida urbana no século XIX seria, em aparência, o *locus* da elaboração de uma cidadania vinculada a valores humanistas, mas traz em essência os elementos de desintegração de seu próprio modelo. Ao ser o lugar da concentração produtiva e populacional, em contexto político-econômico no qual prevalece a transformação de quase todo elemento em mercadoria, e no qual a classe dominante vai, de mais a mais, tomando a forma do empresariado e ganhando espaço na formulação de políticas públicas para a intervenção no espaço urbano, ela torna-se o lugar da exacerbação da exclusão e da submissão de classe.

Marcio Piñon de Oliveira, em seu texto “O retorno à cidade e novos territórios de restrição à cidadania” (2011), afirma termos chegado ao fim desse paradigma<sup>19</sup>. Ao voltar-se para a cidade do Rio de Janeiro dos anos 90, na gestão Cesar Maia, o autor traz alguns elementos a respeito do significado de “cidade” no atual contexto de relações sócio-políticas. Segundo ele, a cidade – entendida como menor unidade administrativa, em suas feições político-territoriais – assume, hoje, lugar de destaque nas pautas de intervenção urbana, por possuir um novo papel na atual geopolítica mundial e, também por isso, teria lugar central nos debates contemporâneos.

Dentre alguns motivos para esse “retorno à cidade” detectado por Marcio Oliveira, talvez a peça chave para a compreensão do processo como um todo, estaria totalmente atrelado à globalização e ao enfraquecimento do Estado-nação como escala de pertencimento e organização. Desse modo, estaríamos diante de uma nova rede global de trocas econômicas, a partir da qual se entremeiam o câmbio não só de mercadorias, como se disputam entre as cidades o potencial para atrair investimentos de capital.

A cidade, assim, teria atravessado o estágio de gerenciamento, passando a ser empresariada, no sentido de parecer mais atraente e confiável ao capital internacional para a reprodução de seu lucro. Como um produto que deve ser promovido, dentro da lógica do mercado, há de se criar para a cidade estratégias de marketing para que esta preencha – ou pareça preencher – os requisitos de

---

<sup>19</sup> Entendemos que o autor, ao defender uma ruptura de paradigma, toma o discurso por realidade. No entanto, traz importantes contribuições para a compreensão dessa inflexão no discurso político sobre o planejamento que, na realidade, esconde a manutenção da subsunção do ordenamento urbano à lógica de reprodução do capital.

estabilidade necessários para que se voltem a ela os olhos e os investimentos globalizados, diretamente numa relação cidade – mundo. (OLIVEIRA, 2011)

David Harvey identifica o debate do empreendedorismo urbano como importante elemento das transformações porque passa a dinâmica capitalista após a crise do modelo fordista-keynesiano em transição para um regime de acumulação flexível:

A maior ênfase na ação local para enfrentar esses males também parece ter algo a ver com a capacidade declinante do Estado-Nação de controlar os fluxos financeiros das empresas multinacionais, de modo que o investimento assume cada vez mais a forma de negociação entre o capital financeiro internacional e os poderes locais (que fazem o possível para maximizar a atratividade do local como chamariz para o desenvolvimento capitalista). (HARVEY, 2005, p. 169)

Ainda segundo o autor, o principal elemento desse novo empreendedorismo urbano é a parceria público-privada, que é empreendedora em toda a sua acepção, pelo caráter especulativo assumido nas atividades em que o setor público fica com a inerente parcela de risco, enquanto o setor privado pode contar com uma mínima garantia para a reprodução do capital investido.

Ganha, portanto, cada vez mais destaque no funcionamento interno da cidade a já existente parceria entre os setores público e privado. O ataque aos fundos públicos, por parte do empresariado, com vistas de garantir suas elevadas taxas de lucro e desvirtuando sua função de recurso destinado à garantia de direitos básicos coletivos, apresenta-se como um dos principais elementos de extirpação de garantias elementares à existência cidadã plena, como a educação, o transporte, a saúde e a moradia. Além disso, a parceria e/ou a delegação da execução de determinada função social a empresas e consórcios, tendo em vista a lógica de funcionamento do mercado, cujo objetivo é a concentração cada vez maior de capital, acarretará em graves distorções do que se entende como gestão e organização do elemento público.

Essa relação se dá, por exemplo, no sistema de concessões de serviços básicos para o funcionamento da vida pública na cidade, como os de transporte, geração de energia e tratamento de água, segundo os quais o grosso do investimento fica por parte do estado, cabendo às concessionárias o serviço de

manutenção e prestação dos serviços. O transporte representa, hoje, um “calcanhar de Aquiles” no que diz respeito à relação entre os governantes e a população das grandes cidades, pois, nesse quesito, tem estado cada vez mais em evidência a promiscuidade da relação entre o poder público e as empresas. A grande onda de manifestações que tomou o país em junho de 2013 e que teve como elemento detonador o aumento do preço das passagens de ônibus vem demonstrar a inconsistência que tal trato possui frente à população das grandes cidades. O direito ao transporte tem lugar central na questão do direito à cidade, visto que a possibilidade – ou não – de locomoção no espaço urbano é determinante na capacidade dos seres de intervirem e experimentarem a vivência neste ou naquele território.

A parceria público-privada também se expressa sob a lógica de licitações em promoções de melhoria urbana, a partir das quais se decidem e delimitam a expansão de áreas de maior ou menor interesse especulativo. No bojo dos megaeventos que receberá o Rio de Janeiro, com o objetivo de adequar a cidade aos padrões internacionais de mobilidade e dar atenção a serviços apropriados ao recebimento de turistas e delegações, o espaço urbano passa a sofrer diversas intervenções, capitaneadas pelo governo municipal, em parceria com a iniciativa privada, que tem como consequência a remoção de diversas famílias para que se atenda ao interesse de investimento em determinadas áreas da cidade.

Agrava-se, no Brasil, o quadro de subsunção dos interesses públicos à iniciativa privada, em função do modo pelo qual se elaboram os financiamentos das campanhas políticas. Em período eleitoral, até o presente momento<sup>20</sup>, as milionárias campanhas dos candidatos<sup>21</sup> têm a maior parte dos recursos advindos de empresas, que podem “doar” até 2% do faturamento bruto do ano anterior à campanha para candidatos ou partidos. Essa é uma relação que vem sendo recorrentemente questionada pela sociedade, pois estão cada vez mais claras as evidências de deturpação da função pública dos mandatos, em função do atendimento aos

---

<sup>20</sup> Muito recentemente, na noite de 17 de setembro de 2015, o STJ expediu decisão proibindo, por considerar inconstitucional, o financiamento empresarial de campanhas políticas, que já vale para as eleições de 2016. <http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/09/stf-proibe-financiamento-empresarial-de-campanhas-politicas>

<sup>21</sup> Cabe salientar que dentro dos partidos situados no campo político da esquerda, como PCB, PSOL e PSTU, há concordância na construção das campanhas apenas por doação de pessoa física.

interesses daqueles que investiram milhões de reais em suas campanhas políticas. Coincidentemente, ou não, as empresas que “doam” a maior quantidade de recursos costumam ser as vencedoras das licitações de obras e prestação de serviços que interferem diretamente na vida da população.

Na última disputa pela prefeitura da cidade do Rio, o atual prefeito e então candidato à reeleição Eduardo Paes teve como “doações” de campanha um montante vultuosamente superior às de seus concorrentes. Segundo os dados da prestação de contas, disponível no site da justiça eleitoral<sup>22</sup>, foi declarado um total de receitas de mais de 21 milhões de reais e, entre eles:

Mais de 60% das doações dirigidas à sua candidatura e ao Diretório Municipal do PMDB são provenientes de empresas que atuam no mercado imobiliário. Em prestações de campanha, aparecem como principais doadores as empresas com contratos bilionários para gestão de serviços públicos e grandes obras da Prefeitura, entre elas, Carvalho Hosken (Parque Olímpico), Cyrela (Campo de Golfe) e OAS (Porto Maravilha, Transolímpica e Transcarioca). (AZEVEDO; FAULHABER, 2015, p. 30)<sup>23</sup>

Matéria recente da BBC Brasil<sup>24</sup> traz uma entrevista muito reveladora do entendimento do aspecto segregado que deve ter a cidade, a partir da composição social, de um dos grandes investidores da campanha de Eduardo Paes, Carlos Carvalho, acionário único da empreiteira Carvalho Hosken. O empresário participa das obras do Parque Olímpico, no qual construirá empreendimentos imobiliários a partir de 2018, em consórcio com a Odebrecht e Andrade Gutierrez, através de parceria público-privada.

Quando questionado sobre a Barra da Tijuca, se deveria ser um bairro destinado apenas às elites, o dono da Carvalho Hosken foi bastante direto ao responder que:

---

<sup>22</sup> <http://inter01.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2012/abrirTelaReceitasCandidato.action>

<sup>23</sup> Cabe aqui ressaltar que o prefeito Eduardo Paes, em sabatina promovida pelo Portal UOL e pela “Folha de S. Paulo” no dia 22 de Julho de 2015, sem rebater os dados apresentados no livro, disse que o SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico se tratava de um “conjunto de asneiras” e que a Prefeitura lançará um site para rebater as informações apresentadas. O vídeo pode ser acessado no endereço: <http://mais.uol.com.br/view/1575mnadmj5c/elite-brasileira-e-muito-demofobica-e-adora-falar-diz-paes-04020E183070D0A95326?types=A&>

<sup>24</sup> A matéria intitulada “‘Como é que você vai botar o pobre ali?’, diz bilionário ‘dono da Barra da Tijuca’” pode ser acessada na página da BBC, através do endereço: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150809\\_construtora\\_olimpiada\\_jp](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150809_construtora_olimpiada_jp)

*“Aqueles que tiverem a chance de poder morar nessa região serão privilegiados. Se não puderem morar ali, vão para o Bandeirantes, senão vão mais para frente, pegando o BRT. A cidade está aberta para eles. Nós dependemos muito do jardineiro, do pedreiro, e mantemos escolas para formação desse pessoal. Para botar tubulação de água e de luz há um custo alto, e quem mora paga. Como é que você vai botar o pobre ali? Ele tem que morar perto porque presta serviço e ganha dinheiro com quem pode, mas você só deve botar ali quem pode, senão você estraga tudo, joga o dinheiro fora. Há muitos bairros que agasalham pessoas com poder aquisitivo mais modesto.”*

Ou seja, há áreas da cidade – que, no caso, estão recebendo bilhões de reais de investimento da Prefeitura em infraestrutura – que devem ser destinadas àqueles com alto poder aquisitivo, pois, segundo suas próprias palavras logo adiante, o empreendimento não pode dar certo com o favelado convivendo no mesmo espaço; já que ele não teria preparação para viver nesse novo habitat. Porém, empreendimentos urbanos e sua posterior manutenção necessitam de mão-de-obra barata, para executar os serviços que a burguesia julga indignos para si. A cidade aberta para eles significa que eles podem ocupar os lugares “mais adiante” do investimento público-privado; distante o suficiente para não “se misturarem” na convivialidade, mas próximos o suficiente para desempenharem o trabalho de faxineiros, pedreiros, jardineiros. Nesse sentido, os planos de mobilidade, como o citado BRT, desenvolvidos pela prefeitura são essenciais para garantir que a exclusão territorial possa ser acompanhada da manutenção de subsunção da mão-de-obra precarizada. Esse processo atende duplamente aos setores imobiliários e fundiários, pois é vetor de valorização fundiária dos locais que são desfavelizados e abrem uma nova fronteira para a expansão do capital em direção a áreas pouco ocupadas da cidade<sup>25</sup> que tem passado a receber investimentos em habitações populares, principalmente através do programa federal de habitação Minha Casa, Minha Vida.

A instalação de tubulação de água e luz é serviço de regulação pública, previsto no Estatuto da Cidade como alguns dos requisitos básicos da política urbana, direito constitucional, sendo objetivação do pleno desenvolvimento das

---

<sup>25</sup> “O programa federal Minha Casa Minha Vida em diversas cidades do país tem sido apropriado pelas empreiteiras e pelo mercado imobiliário de forma semelhante. A maioria dos empreendimentos, devido ao desinteresse econômico, não atinge a maior camada do déficit habitacional das cidades, isto é, famílias que recebem até três salários mínimos (0-3 SM).” (AZEVEDO; FAULHABER, 2015, p. 70)



funções sociais da cidade, conforme o inciso I do Art. 2º: “I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;” (BRASIL, 2001) Contudo, a função pública e gestão de recursos públicos é tão confundida com os interesses empresariais que o empresário acha natural declarar que as áreas com essa garantia de recursos devem ser destinadas a quem pode pagar caro por uma região bem servida, pelo Estado, da garantia de direitos constitucionais.

Em outro momento da entrevista, o empresário, conhecido como “dono da Barra”,<sup>26</sup> é questionado sobre o plano de remoção da Vila Autódromo<sup>27</sup>, localizada às margens do Parque Olímpico, para a transformação do local em uma área verde, a compor uma “vista aprazível” para os apartamentos do empreendimento imobiliário que estará à sua frente após os Jogos Olímpicos. A resposta é taxativa:

*“Alguns dos prédios vão ser construídos aqui nesta área (apontando para a faixa de terra em frente à Vila Autódromo, transformada em área verde no plano, diante dos condomínios de alto padrão). Mas tem gente que não concorda, que acha que isso não é bom, e que tinha que deixar os que estavam lá, mas esse problema não é meu. É um problema político, que eles sabem como resolver. Quem está dando o tom é o prefeito, e nós naturalmente estamos juntos, e achamos que as providências são adequadas. É uma opinião técnica, e não política. (...) Você não pode ficar morando num apartamento e convivendo com índio do lado, por exemplo. Nós não temos nada contra o índio, mas tem certas coisas que não dá. Você está fedendo. O que eu vou fazer? Vou ficar perto de você? Eu não, vou procurar outro lugar para ficar.”*

Esta declaração deixa bastante claro como a gestão pública assume para si os interesses empresariais de seus financiadores. O plano do empreendimento imobiliário prevê a remoção de famílias que, na visão empresarial, atrapalha a possibilidade de vender apartamentos em uma área exclusiva às famílias ricas da cidade. A suposta imparcialidade “técnica” da necessidade de remoção das famílias

---

<sup>26</sup> Na década de 70, Carvalho comprou muitas terras na, então, desabitada Barra da Tijuca e, apesar de já ter construído diversos empreendimentos, como shoppings, hotéis e condomínios, ainda possui 2,5 milhões de metros quadrados de área vazia. Pertence também à Carvalho Hosken o terreno onde está sendo construído o Parque Olímpico.

<sup>27</sup> A Comunidade conhecida como Vila Autódromo nasceu como uma comunidade de pescadores na década de 1960 e já contou com 583 famílias até fevereiro de 2014, quando a prefeitura do Rio iniciou o plano de desocupação da área. Hoje, são 192 famílias que, vivendo entre os escombros deixados pela Prefeitura, resistem às violentas tentativas de remoção. [http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/20/politica/1434753946\\_363539.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/20/politica/1434753946_363539.html)

da área é a formalização legal por parte da prefeitura do Rio que, através de decretos de remoções em regime de urgência, prerrogativa de ação do poder executivo, supre os interesses da construção civil e o braço repressivo do Estado, através da polícia e da guarda municipal, assume a violenta tarefa de cumprir as desapropriações nos casos de resistência<sup>28</sup>. “Naturalmente juntos”, porque partilham da mesma concepção de que a gestão municipal e o solo urbano são instrumentos para a garantia da reprodução do capital, poder público e iniciativa privada assumem a mesma face da governança empreendedora.

As chocantes declarações de cunho extremamente racista e preconceituoso acerca da composição social dos habitantes são apenas a suspensão momentânea dos discursos hipócritas que escamoteiam atrás dos aparatos técnicos as reais motivações econômicas e o segregacionismo socioespacial que motivam as reais intenções. Não é novidade que boa parte dos discursos políticos e empresariais varia bastante, tanto de forma quanto de conteúdo, dependendo do público ao qual se dirige.

O Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro<sup>29</sup> bem destaca essa linha de prioridades, com o espaço urbano sendo orientado como um grande balcão de investimentos:

“As violações ao direito à moradia no Rio de Janeiro sob a justificativa dos megaeventos esportivos persistem e tendem a se agravar com a proximidade dos jogos – Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016. O acompanhamento da dinâmica das remoções no Rio de Janeiro – associada a grandes obras urbanas, empreendimentos para habitação de interesse social e sua localização preferencial na periferia urbana –, nesse período transcorrido entre o primeiro dossiê e o atual, reforça o que já vinha se demonstrando. Trata-se de uma política de realocação dos pobres na cidade a serviço de interesses imobiliários e oportunidades de negócios” (COMITÊ POPULAR COPA RIO E OLIMPÍADAS, p. 19)

A avaliação do Comitê Popular - conjunto de organizações e lideranças populares que discute estratégias para enfrentar o modelo excludente de política

---

<sup>28</sup> Em 3 de junho desse ano de 2015, por exemplo, ação de remoção e demolição da casa da família do motorista Ocimar Miranda resultou em diversos moradores feridos por cassetetes e balas de borracha disparadas pelos agentes do Estado. <http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/06/moradores-resistem-demolicao-e-entram-em-confronto-com-guarda-municipal-no-rio>

<sup>29</sup> O Comitê é “um conjunto de organizações e lideranças populares vem discutindo estratégias para enfrentar o modelo excludente de política urbana implementada no Rio de Janeiro, motivada pela construção de imagem de cidade global” <https://comitepopulario.wordpress.com/apresentacao/>

urbana implementada no Rio de Janeiro – vem somar-se ao segundo elemento apontado por Márcio de Oliveira para o retorno da cidade no debate contemporâneo: o da segregação socioespacial. O autor aponta que “... os rumos tomados pelo desenvolvimento urbano nas grandes aglomerações, sobretudo, tem acentuado o processo de segregação socioespacial, com a compartimentação cada vez maior da cidade em territórios estanquizados.” (OLIVEIRA, 2011, p. 173)

Sob a lógica de valorização especulativa do solo urbano neste cenário em que a cidade precisa ser moldada a uma padronização de mercado, o desenho do solo urbano passa a ganhar cada vez mais os contornos da divisão de classes. Do eixo central, onde se investe a maior parte dos recursos adquiridos, são deslocadas as famílias provenientes das classes trabalhadoras mais pauperizadas; quando o processo de gentrificação – com o aumento do custo da moradia, alimentação e elitização dos espaços públicos – não dá conta de afastá-las, as remoções forçadas são empreendidas pela ação do estado com auxílio da força policial. Na cidade espetáculo, o explosivo fator das classes populares traz consigo não só todos os elementos do contraditório funcionamento social, como também o fator do particular, do inesperado, do incontrolável há de ser excluído, cerceado e controlado.

A cidade, povoada de ruas, esquinas e praças, lugar dos encontros, do fluxo e do espontâneo, passa, então, a expressar territorialmente as cisões de classe expressadas pelas suas contradições. Cria-se uma subdivisão clara em face de fatores de renda e prestígio social. De um lado, aqueles que podem pagar pelo preço de viver nas áreas de maior investimento de recursos, onde circulam as maiores possibilidades de acesso a serviços básicos de infraestrutura urbana e opções de lazer, onde se localiza a maior parte das vagas de emprego e circulam os grandes montantes de capital. Do outro, as periferias, das quais se chega com dificuldade aos locais de trabalho, convive-se com a carência dos mesmos serviços públicos destinados à outra parcela e onde justifica-se com mais ênfase a prática da violência de estado, praticada por seus braços armados. Pois, na cidade cindida, o medo figura como protagonista da segregação.

São ameaçadas, então, as práticas da convivialidade e fortalecem-se os círculos de particularização das práticas sociais; dissolvem-se possíveis laços de troca recíproca, elaboração conjunta e tolerância entre aqueles que, por viverem

diferentes condições materiais, trazem consigo diferentes maneiras de estar no mundo através de distintas expressões culturais. Nessa dinâmica, o outro torna-se o desconhecido, aquele que traz consigo as particularidades das formas de existência contraditórias às dominantes e, portanto, aquele cuja voz já pouco ressonante pela exclusão sofrida pode ser abafada a tiro e carros blindados.

A segregação residencial e a forma como as classes se organizam para resolver seus problemas de moradia não correspondem a uma questão individual de consumo, mas à questão da moradia submetida à lógica de mercado. Essa segregação cumpre o papel não somente de manutenção de privilégios e controle social, mas também de garantir acesso diferenciado a bens e serviços. (CORRÊA, 1995)

Por outro lado, os diferentes usos do espaço não se dão sem conflito, pois os interesses do capital e da sociedade são conflituosos. Não obstante seu caráter reprodutor, o espaço também expressa as disputas e conflitos sociais, demonstrando dialeticamente as possibilidades de transformação. Quando Marx falava em *Aufhebung* da alienação do trabalho, falava, ao mesmo tempo, em transcendência e preservação, nas possibilidades dialéticas que as contradições dos modos de produção abrem. O espaço quando se torna mercadoria, e alienável portanto, mostra-se, tal qual o trabalhador assalariado, igualmente reificado. Por outro lado, a alienação como auto-alienação do trabalho expressa espacialmente está inseparável da transcendência positiva da mesma. (MÉSZAROS, 2006)

Os movimentos sociais urbanos são exemplos dessas potencialidades ditas teóricas. Como nos afirma Carlos (1994), os movimentos que nascem no urbano, relacionados a demandas pontuais de reprodução da vida, não estão diretamente inseridos na luta de classes. No entanto, essas reivindicações podem ceder lugar a lutas por transformações profundas da sociedade, na medida em que elas próprias transformam as relações entre homens, desenvolvendo a coletividade e a solidariedade.

## **Capítulo 2: Classe, identidade e história no território portuário**

Os espaços pelos quais circulamos no dia-a-dia de nossas vidas não são elementos estáticos, nem apenas matéria morta sobre a qual circulam as mais variadas formas de vida; em verdade, são eles categorias primordiais ao entendimento das histórias dos homens e mulheres que inscreveram as marcas de suas vivências ao longo do tempo. Aliás, espaço e tempo são elementos tão básicos da vida humana que tendem a ser naturalizados pelos que habitam as ruas das grandes cidades nos dias de hoje. Porém, a forma como as sociedades se organizam e organizam as apreensões e materializações da vida de acordo com essas categorias não são elementos naturais – são o resultado das disputas de modos de existir e representar a vivência dos homens em seus conflitos materiais.

Nesse aspecto, a cidade se divide em pontos de produção, valorização e circulação de capital, compondo a divisão técnica e econômica do espaço. Na medida em que o processo de valorização depende da circulação, já que a objetivação da mais valia se dá na troca, o espaço é condição para a reprodução do capital como capital fixo. A valorização do capital, num determinado período, não é condicionada somente pelo tempo de sobre-trabalho, mas também pela quantidade de “ciclos de capital” possíveis de se realizar no período. (CARLOS, 1994)

O desenvolvimento das forças produtivas gera uma aglomeração necessária à sua realização, o que não significa isolamento, mas articulação dos diversos espaços especializados, através dos avançados meios de transporte. Não obstante, a globalização, universalizando o espaço, concentra o acesso a esse mesmo espaço. As demandas do desenvolvimento tecnológico e a consequente urbanização unem as pessoas fisicamente na mesma proporção que as separa socialmente; o espaço reitera a lógica de classes. (SANTOS, 1982)

Desse modo, as composições espaciais que ocupam funções específicas nas nossas vidas, nas quais habitamos, trabalhamos, transitamos, sociabilizamos trazem na sua configuração uma história permeada de eventos decisivos e embates cotidianos que, ao longo do tempo, dão a forma da dinâmica social e se concretizam nas distintas formas de intervenção e compreensão sobre os mesmos territórios. Sendo espaço de construção das diversas formas de sociabilidade humana, os territórios assumem assim o caráter de esfera de conflito, que não se silencia a partir

de vitórias dos projetos de classe específicos; articuladamente ele carrega a história dos conflitos momentaneamente vencidos e dá espaço para o surgimento de novas contradições e transformações em sua lógica.

O território, entendido como lugar dotado de sentido, através das múltiplas ações do homem ao longo do tempo, não apenas carrega as marcas dos inúmeros processos sociais que nele se inserem. Na infinita dialética da relação em que o homem estabelece com o seu meio, a organização do espaço também oferece força de determinação sobre os processos históricos: as condições geográficas de um espaço específico, como a localização no litoral ou no interior, sua topografia e sistema de irrigação, historicamente assumiram acentuada relevância nos parâmetros de ocupação e distribuição humana, investimentos de recursos materiais e sociais. As disputas pelas significações dos espaços passam, portanto, por conflitos que dizem diretamente sobre a capacidade ou não de intervenção nas formas de ocupá-los, tendo em vista o acesso à produção e distribuição das riquezas, fruto de trabalho humano coletivo ali depositado. E é nessa dinâmica que os homens não apenas reproduzem materialmente a sua existência, como também elaboram as diversas maneiras de compreensão, transmissão e reelaboração dessa materialidade, a sua cultura, entendida como elemento intrínseco à própria condição da construção objetiva da vida humana como um todo.

Por isso, se estamos preocupados em entender o papel que desempenham os diferentes atores políticos e classes sociais nas disputas contemporâneas, é essencial que compreendamos como essa relação se materializa nas diferentes configurações sócio-espaciais ao longo do tempo. A história dos homens se dá em um complexo campo de relações situadas entre as categorias de tempo e espaço. Desse modo, o trabalho que se queira dar conta da dinâmica rede de fatos cotidianos, relações de produção e trabalho, atividades artísticas, fenômenos de ordem da religião ou dos costumes, ou de quaisquer atividades humanas que se considere relevante destacar para fins de análise, não pode abdicar de lançar mão de métodos que possibilitem relacionar a intrínseca mescla de determinações que advém da inexorável temporalidade incidindo sobre a atuação humana em sua atuação no território.

O Rio de Janeiro que temos hoje como cidade para a qual se voltam os olhos do mundo, pela importância que vem adquirindo o capital financeiro na sua estruturação e também pelas conseqüentes políticas públicas que asseguram a restrição do acesso às áreas da cidade privilegiadas de investimento, já carrega no seu traçado e na sua distribuição sócio-espacial as marcas do processo de acumulação capitalista, que ganha corpo nacionalmente na virada entre os séculos XIX e XX. Esse processo de configuração da cidade burguesa, entretanto, não se dá de maneira linear, pois representa a vitória do ideal de uma classe específica se manifestando na organização territorial, em detrimento de outras formas de configuração e vivência do mesmo território. No caso específico da classe trabalhadora advinda dos tempos da escravidão, a região portuária carioca era palco de um gritante conflito entre essas classes, por materializar significativa importância tanto para o processo de acumulação do capital, quanto para a construção da sua identidade. A história da região portuária do Rio de Janeiro tem, portanto, intrínseca relação com a história dos homens que ali vivenciaram toda a amplitude de aspectos que compõem a vida de um ser humano.

O que buscaremos demonstrar nesse capítulo é como as manifestações culturais reconhecidamente ligadas ao que conhecemos hoje, como o samba carioca e outros elementos da cultura formadora dos trabalhadores portuários enquanto classe, estão ligadas à experiência cotidiana dos homens e mulheres que tinham a sua vivência ligada, de diversas maneiras, à vida portuária do Rio de Janeiro e como essa mesma cultura, por representar a substância da coesão, estruturação e resistência dessa classe, foi atacada pelo projeto político burguês, materializado nas intervenções públicas.

## **2.1 O Porto do Rio de Janeiro: histórico e formação do capitalismo brasileiro**

A cidade do Rio de Janeiro, a partir da segunda metade do século XVIII, passa a assumir o protagonismo no cenário político e econômico da então colônia e posterior nação brasileira. Tendo-se firmado como sede da administração colonial no ano de 1763, sua localização geográfica atendia perfeitamente às condições

consideradas necessárias para abrigar as atividades portuárias essenciais à economia de então. Tendo na Baía de Guanabara a proteção dos mares bravios, para a atracação de embarcações, o Rio, ano a ano, passava a centralizar o escoamento da produção agrícola e extração mineral da região centro-sul e a importação de mercadorias e navios trazendo negros escravizados tanto da África quanto de outras regiões do Brasil.

Já no século XIX, com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, ampliando-se o fluxo comercial, em decorrência do processo de abertura dos portos, e firmando-se ainda mais a centralidade política da cidade, foi necessária uma reformulação da dinâmica de embarque e desembarque das mercadorias, bem como um aumento do controle e fiscalização alfandegários. Para esses fins, a então concentração das atividades portuárias na Praça XV de Novembro era limitadora, fazendo com que Dom João passasse a tomar medidas que estimulassem a transferência do embarque e desembarque dos grandes volumes para as enseadas que havia na região que hoje conhecemos como zona portuária carioca, entre o Morro da Conceição e da Saúde, no Valongo. (HONORATO, 2011, p. 3)

Dadas as especificidades históricas e que podem variar das formas de interagirem os entes entre si e com o espaço em questão, Cezar Honorato chega a tratar da existência de uma “comunidade portuária”, cuja formação em muito tem a ver com o processo de configuração da própria cidade, definida da seguinte forma:

“Ao longo do tempo – junto com a formação da própria cidade – foi se desenvolvendo uma “comunidade portuária”, ou seja, um conjunto heterogêneo de pessoas dentre os negociantes (grandes e pequenos), donos de negócios ligados à alimentação, hospedagem, entretenimento, bem como operários portuários (estivadores, arrumadores, mestres, etc.), operários, comerciários, trabalhadores avulsos, biscateiros. Enfim, toda a gama de pessoas que dependem direta ou indiretamente da atividade portuária e que variam historicamente.” (HONORATO, 2011, p.3)

Neste desenvolvimento, vemos configurar-se, por parte da classe trabalhadora da região, uma organização em face das atividades portuárias, que se conforma em uma dinâmica própria, ainda nesses tempos de escravidão. A relativa autonomia entre os trabalhadores que atuavam no carregamento das sacas de café e outros itens e os que trabalhavam nos trapiches com a organização dos fardos gerou uma proximidade entre carregadores de café e trapicheiros; situação que



remonta aos acontecimentos de 1808 e as medidas tomadas por D. João VI. A introdução do *despacho por estiva*, que retirava do encargo da Alfândega a fiscalização e cobrança de impostos de determinadas mercadorias, aumentava concomitantemente a importância do Trapiche, que tomava para si suas funções. Sendo o café uma dessas mercadorias e o maior produto de exportação da época, a relação entre os trabalhadores de ambas as atividades se tornava cada vez mais intensa. (CRUZ, 1999)

Portanto, torna-se necessário buscar nas especificidades das relações portuárias as questões específicas, anseios e formas de organização dessa classe trabalhadora e que muito tem a ver com a experiência trazida dos últimos anos de escravidão dos trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro. Observa-se que tais relações só tomam o devido sentido em sua ligação com as condições de vida e trabalho do negro no Brasil no início do século XX e em seu passado histórico como escravo e/ou forro: a constituição dos trabalhadores portuários enquanto classe encontra-se intimamente ligada às formas de organização dos negros antes da abolição. Tais formas de organização dos negros no século XIX – que vão desde a criação de vínculos de fundo étnico até associações para uma melhor adequação à lógica do capital – somam-se às questões relativas ao trabalho no porto, favorecendo os laços de solidariedade entre os trabalhadores portuários em geral. (MATTOS, 2001)

Até o ano de 1850, vigorava pelas ruas da cidade a chamada escravidão urbana, segundo a qual a forma de trabalho escravo dominava a maior parte do uso da mão-de-obra, que, a partir de então, tende a concentrar-se nos serviços de transporte e carga, sendo substituída, paulatinamente, nos demais serviços, pelas levadas de trabalhadores imigrantes que começavam a chegar. Essa modalidade específica de exploração da mão-de-obra, chamada escravidão de ganho, era composta por cativos que, ainda que se mantivessem na condição de propriedade de outrem, estavam inseridos em relações monetárias e possuíam especializações profissionais específicas. Tais trabalhadores escravizados tinham sua força de trabalho alugada a trabalhos determinados ou deviam ao senhor boa parcela da remuneração recebida. (MATTOS, 2008)

A existência dos escravos de ganho, que ressalta a complexidade das formas de exploração do trabalho existentes na sociedade escravagista, nos atenta para um

processo que, apesar de manter o trabalhador escravizado atrelado às execráveis práticas de dominação e subordinação inerentes ao escravismo, concebia relativa autonomia à prática diária das atividades desempenhadas. Sobre essa nuance, a historiadora Erika Arantes apontará que, desde o início do século XIX, os escravos de ganho que trabalhavam no porto dominavam o carregamento de café e impunham uma maneira própria de organização do trabalho, em grupos, com liderança interna, que trabalhavam ao som de músicas africanas, imbuindo elementos de sua cultura ao trabalho urbano, num trabalho coletivo estruturado pelos próprios negros, que também negociavam as tarefas e decidiam o tamanho das turmas de acordo com os tamanhos dos fardos.(ARANTES, 2010)

O período que decorre entre as décadas de 1870 e 1890 é trabalhado, pelos analistas das transformações sócio-espaciais ocorridos na cidade do Rio, com um marco em que têm destaque as questões da sua composição demográfica segundo os censos registrados nos anos de 1872 – o primeiro realizado no território brasileiro – e o recenseamento seguinte, do ano de 1890, já sob o regime republicano. Dentre esses dois momentos, a cidade teve sua população multiplicada por dois, em um processo motivado pelas alterações decorrentes da transição de um modelo senhorial-escravista para relações sociais pautadas no modelo-burguês capitalista, em que se nota um crescimento migratório interno de escravizados libertos da zona rural para a urbana; a crescente imigração de portugueses, que também dobra sua população na cidade no período e as incipientes melhorias nos serviços de saneamento. Esse processo de transição é marcado objetivamente pela necessidade de manutenção da subsunção da grande massa de trabalhadores associados ao trabalho então compulsório ao modo de produção capitalista, que prevê a subordinação da mão-de-obra ao regime assalariado. (ARANTES, 2010; CHALHOUB, 2001)

Portanto, o processo de substituição/adequação da mão-de-obra à ordem do capital se inicia ainda na primeira metade do século XIX. Em 1850, a extinção do tráfico negreiro no Atlântico já colocava uma decisão clara: a escravidão chegaria ao fim em breve, ainda que não se soubesse exatamente quando. Em 1871 é dado mais um passo: A Lei do Ventre Livre é aprovada. No entanto, o peso dos proprietários latifundiários escravistas é grande e o direito de propriedade prevalece; a liberdade do ventre escravo prevê indenização aos proprietários pelo braço que

perderá. Juntamente com a lei que extinguiu o tráfico é aprovada a Lei de Terras, que garantirá o monopólio da propriedade e da produção agrícola aos senhores escravistas. Poderíamos citar ainda a proibição da separação de famílias escravas em 1869, o reconhecimento do direito à compra da liberdade e aprovação da Lei do Sexagenário em 1871, e a proibição do açoite em 1886 como exemplos de golpes significativos aos fundamentos da dominação senhorial. Finalmente em 1888 a conjuntura de resistência dos escravos aumenta e, juntamente com pressões externas e necessidade de adequação da mão de obra à nova ordem que começava a surgir, era aprovada a Abolição da Escravatura.

Nesse contexto, é notório o processo histórico referente ao porto que, ao mesmo tempo em que introduziu novas contradições, acirrou relações do passado. O incipiente capitalismo brasileiro, que vinha, ao longo do século XIX, alterando os contornos do porto do Rio de Janeiro veio acentuando as alterações nas relações de produção a partir da metade do século, com a introdução do navio a vapor e a paulatina mudança das relações entre patrões e empregados. Os trabalhadores portuários que antes eram escravos de ganho – ou seja, eram propriedade e empregados ao mesmo tempo – passavam a livres assalariados.

Roberto Moura, em seu trabalho *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*(1985),ressalta a importância da comunidade de negros libertos – majoritariamente vindos de levadas migratórias da Bahia para o Rio, e que se instaura na região da Saúde – na afirmação de laços identitários e organizacionais entre esses ex-cativos, frente à realidade opressora que compunham. Ele aponta a existência de “uma pequena diáspora baiana”, engrossada no pós-abolição e que foi ali instaurando uma comunidade com formas específicas de sociabilidade. São elas práticas, que vão se moldando a partir das suas experiências específicas, carregadas de ancestralidade, somadas aos novos contatos e configurações da, então, distinta realidade histórica, influenciando no contorno das classes populares, que se identificam com o entorno do cais do porto, na região central da cidade. Em depoimento de uma contemporânea do processo, transcrito em sua obra, vemos a importância da localização física e dos elementos de solidariedade firmados na região portuária para o reconhecimento e a afirmação de laços culturais entre aqueles homens e mulheres que tinham à sua frente o desafio de estruturar sua

existência frente ao contexto desfavorável e hostil que os esperava na realidade carioca:

“Tinha na Pedra do Sal, lá na Saúde, ali que era uma casa de baianos e africanos, quando chegavam da África ou da Bahia. Da casa deles se via o navio, aí já tinha o sinal de que vinha chegando gente de lá. (...) Era uma bandeira branca, sinal de Oxalá, avisando que vinha chegando gente. A casa era no morro, era de um africano, ela chamava Tia Dadá e ele Tio Ossum, eles davam agasalho, davam tudo até a pessoa se aprumar. (...) Tinha primeira classe, era gente graúda, a baianada veio de qualquer maneira, a gente veio com a nossa roupa de pobre, e cada um juntou sua trouxa: “vamos embora para o Rio porque lá no Rio a gente vai ganhar dinheiro, lá vai ser um lugar muito bom”. (...) Era barato a passagem, minha filha, quando não tinha, as irmãs inteiravam pra ajudar a passagem. (...) Dois, três dias de viagem, a comida a gente fazia antes de vir, depois era ali mesmo, tomava camaradagem com aqueles homens de lá de dentro do navio, sabe como é baiana, mais uma graça, mais outra” (Depoimento de Carmem Teixeira da Conceição, arquivo Corisco Filmes, *in* MOURA, 1995, p. 61).

Estar no entorno do cais, na região do porto carioca, para os trabalhadores urbanos, já se tornara importante desde os tempos da escravatura, dentre os escravos de ganho, pela configuração específica da forma de contratação que se dava para o trabalho de carregamento dos fardos. Na composição do setor portuário, as empresas, através de um intermediário, o feitor ou capataz, faziam o trabalho de escolha dos trabalhadores que pegariam o trabalho do dia, através da “chamada livre”. Esse processo, quase que aleatório, era uma seleção de trabalhadores, que se colocavam lado a lado, frente a uma parede à espera da escolha da mão-de-obra que resultaria na composição das “turmas” de trabalho para o ocasional trabalho de carga e descarga das embarcações e arrumação das sacas de mercadoria. Era um sistema altamente competitivo e que gerava acirrada disputa pelas vagas, devido à insegurança em que viviam os trabalhadores. (ARANTES, 2010)

O Rio de Janeiro, portanto, na virada do século XIX para o XX, pode ser entendido como uma cidade bastante complexa e diversificada, no que tange às experiências socioculturais personificadas pelas diferentes levas de migração interna e estrangeira que historicamente aportaram na cidade, a qual passava por franco crescimento urbano-industrial.

No crescente sistema de transporte, a Estrada de Ferro Central do Brasil vinha, desde 1858, fazendo surgir bairros a cada nova estação que se inaugurava, ainda que seu principal objetivo fosse estabelecer, através das linhas férreas, o transporte de carga com os estados vizinhos de Minas Gerais e São Paulo. Desde o início da década de 1870, já é possível contabilizar algumas companhias de transporte de carga e passageiros, através de bondes de tração animal sobre trilhos, e eletrificadas a partir de 1894, cujos trajetos já influenciavam a linha territorial de ocupação e desenvolvimento de novos bairros no entorno da região central, apontando os primeiros indícios da especulação imobiliária carioca. Sobre a configuração espacial do Rio de Janeiro a essa época, colocará Oswaldo Porto Rocha, em seu célebre trabalho sobre o processo de elaboração da reforma empreendida pelo prefeito Pereira Passos, *A Era das Demolições*:

“No final do século XIX, a cidade, fora do centro comercial, está dividida em áreas aristocráticas e populares. Copacabana e Botafogo já se configuram como bairros de elite e os subúrbios, por exemplo Irajá e Inhaúma, como uma alternativa para as camadas menos favorecidas, muito embora a maior parte dos trabalhadores continuasse a residir no coração da cidade, amontoada em cortiços, casas de cômodos ou no fundo do quintal das pequenas fábricas e oficinas onde trabalham.” (ROCHA, 1995, pp. 41-42)

Após um rápido panorama sobre as transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro e, em especial, em sua zona portuária, podemos ter uma noção do cenário carioca que chega aos anos 1900. As necessidades de transformação da estrutura urbana, bem como de uma organização social correspondente à expansão do capital, cresciam por parte da burguesia que então aumentava seu poder de decisão e intervenção estatal, a partir da elaboração teórica e organização técnica, canalizada pelos intelectuais do Clube de Engenharia, que já atuava como um partido na vida política nacional, desde os tempos do Império. A entidade, para além de uma atuação de âmbito representativo profissional, atuava também como uma representante de classe; seu quadro era composto não somente por engenheiros e arquitetos, mas também por comerciantes, industriais e proprietários de firmas de construção civil.

A coroação de tal processo se dará nas reformas empreendidas na então capital do país, entre os anos de 1902 e 1906, sob a administração federal do então presidente Rodrigues Alves, que lançará mão de alguns dos quadros mais

proeminentes da dita associação. O engenheiro Pereira Passos aceitará o cargo de prefeito do Distrito Federal, sob a condição de governar com plenos poderes, a partir da dissolução da Câmara e a carta-branca para empreender alterações na legislação vigente. A construção da Avenida Central, que deveria ligar o novo porto, a ser construído na Praça Mauá, ao resto da cidade que se expandia, ficaria a encargo do então diretor do Clube de Engenharia, Paulo de Frontin; à frente da Comissão de Obras do Porto estará o engenheiro Francisco Bicalho.

Reivindicando compreensão desenvolvida por Engels, Oswaldo Porto Rocha tem, como um dos elementos basilares ao entendimento do processo em que se dá a reforma empreendida por Pereira Passos, a ideia de que as necessidades de controle sócio-econômico da burguesia se refletem de maneira determinante na forma de organização física e estrutural do traçado urbano, que dessa forma refletirá as necessidades de afirmação e expansão dessa classe e, conseqüentemente, do capital. (ROCHA, 1995)

Desse modo, a Reforma urbana do Rio de Janeiro realizada no governo de Rodrigues Alves (1902 a 1906) esteve intimamente ligada a questões econômicas estruturais da capital federal, que tinham como principal eixo econômico o comércio de importações e exportações. O período que compreende a alta dos preços de café no comércio internacional favorece esse governo a tomar medidas de reestruturação do Porto, para que atendesse melhor à demanda de fluxo, remodelando a capital e transformando-a numa cidade moderna, que se enquadraria no modelo capitalista burguês, tanto no sentido de comunicação e transporte dinâmico quanto no sentido estético de modernização. Essa nova proposta ia fortemente de encontro ao que era a realidade do Rio de Janeiro, com rua e vielas estreitas que muito lembravam seu passado colonial. (PEREIRA, 1992)

Trabalhando no sentido de trazer credibilidade, investimentos e mão-de-obra para o Brasil, Rodrigues Alves tratou de resolver a questão salutar da capital – nomeando o médico higienista Oswaldo Cruz à Diretoria de Saúde Pública –, que estava infestada de epidemias, em decorrência de sua estruturação colonial, que aglomerava toda sua malha urbana no centro da cidade ao redor do porto, lugar onde se concretizavam as relações comerciais e todo o cotidiano da cidade, no qual ricos e pobres eram vizinhos. Nesse contexto, onde um novo modelo de capital federal era exigido para que o Brasil se enquadrasse no quadro internacional de

modelo burguês de vida, o Rio de Janeiro teve seus contornos alterados pela administração do prefeito Pereira Passos, que junto da União realizou a maior reforma urbana já vivenciada pela cidade, levando em consideração os impactos de transformação.(ABREU, 1984)

O objetivo *a priori* do projeto de remodelação e saneamento da cidade era a reforma do porto, visto por Rodrigues Alves como o cerne da questão a ser abordada para a modernização da capital, expressado por ele no Congresso de maio de 1903:

“As condições de salubridade da capital, além de urgentes melhoramentos materiais reclamados, dependem de um bom serviço de abastecimento de água, de um sistema regular de esgotos, de drenagem do solo, da limpeza pública e do asseio domiciliar. Parece-me, porém, que o serviço deve começar pelas obras de melhoramentos do porto, que tem que construir a base do sistema e não de concorrer não só para aquele fim utilíssimo, como evidentemente para melhorar as condições de trabalho, as do comércio e, o que não deve ser esquecido, os da arrecadação de nossas rendas.”<sup>30</sup>

Ficaram a encargo do governo federal as principais e mais custosas obras: a construção do cais do porto, a conclusão do canal do mangue, o arrasamento do morro do Senado e a abertura da Avenida Central. A nível municipal, ficou considerada a infraestrutura a ser modelada em decorrência das transformações ocorridas pela reforma portuária, como o melhoramento do Sistema Viário Secundário, que compreendia a ligação dos bairros ao centro e entre si, pela abertura de uma série de ruas no interior da cidade.

A política de construção de avenidas e ampliação das ruas centrais fica então popularmente conhecida como “bota-abaixo”, pelo potencial destruidor e autoritário com que foram empreendidas as demolições dos muitos antigos casarões de tempos coloniais, que serviam de habitação coletiva para milhares de famílias de trabalhadores pauperizados, os conhecidos cortiços. O saldo social dessa intervenção urbana, colocado em frios números, revela a demolição de 1681 habitações e um total de 20 mil pessoas desalojadas de seus locais de moradia, forçadas a deslocarem-se para os subúrbios então acessíveis pela expansão da

---

<sup>30</sup> Câmara dos Deputados. Documentos Parlamentares. Nove Mensagens Presidenciais (1890-1910). Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Publicações. Brasília, 1978, p.312; BENCHIMOL, J. L. (1982) P. 424-426.

malha ferroviária, ou a engrossarem a recente forma de habitação próxima ao local de trabalho que se desenhava nas favelas, numa crise de habitação, então, sem precedentes na história da cidade, assim descrita à época:

Não há quem ignore que, com as demolições e reconstruções que o aformoseamento da cidade exigiu, houve no Rio uma verdadeira 'crise de habitação'. O número de casas habitáveis diminuiu em geral, porque a reconstrução é morosa. Além disso, diminuiu especialmente, e de modo notável, o número de casas modestas, destinadas à moradia de gente pobre – porque substituindo as ruas estreitas e humildes em que havia pequenos prédios pequenos e baratos, rasgaram-se ruas largas e suntuosas, em que se edificaram palacetes elegantes e caros. (...) É uma crise completa e terrível: há poucas casas para os humildes, e essas mesmas poucas casas alugam-se por um preço que não é acessível ao que possuem os poucos favorecidos de fortuna, os que apenas podem ganhar ordenado exíguo ou minguado salário. (BILAC, *apud* CHALHOUB, 2001, p. 131)

Nem mesmo um intelectual marcadamente conservador como Olavo Bilac pôde estar insensível ao processo de exclusão territorial que se delineava no Rio de Janeiro. Notório que, nesse movimento de remodelação da cidade –em que pese a determinação do habitat da população em sua estratificação econômica materializada no território –teremos dois extremos, contraditórios por sua condição e complementares na relação social: de um lado, a situação de desamparo em que se encontram as famílias alijadas de sua capacidade de permanecer sob um teto; de outro, a consolidação e o enriquecimento dos setores ligados à nova burguesia emergente. É observável uma intrínseca relação entre a remodelação urbana da cidade e o processo de valorização do solo urbano, o triunfo dos setores ligados à construção civil, e a abertura do caminho para a consolidação da especulação imobiliária diretamente ligada à crise da habitação.

As consequências das mudanças na malha urbana do Rio de Janeiro favoreceram ao grande capital internacional que viu na capital um lugar “novo” para investir, instalar suas indústrias e favorecer a concentração de capital na cidade nas mãos de uma minoria burguesa. Disseminou a mão-de-obra assalariada, inscrevendo no espaço urbano a relação entre trabalhador e patrão em seus diversos aspectos; dizimou substancialmente o pequeno comerciante e o pequeno proprietário, obrigando-os a categoria de trabalhador empregado, como era a tendência social. Em um artigo referente à perda de mão de obra no meio rural que



migrava para o Rio com o intuito de participar de suas obras urbanização, o Correio da manhã mostra-nos as consequências de uma urbanização não orgânica e planejada de acordo com os interesses do capital:

O êxodo dos trabalhadores agrícolas foi determinado pelas demolições nesta capital, demolições do prefeito e demolições do Club de Engenharia, e pelas extraordinárias obras e embelezamentos, iniciados e empreendidos simultaneamente aqui e ali, por todos os bairros, ao impulso do furor de magicamente transformar o Rio de Janeiro do dia para noite...<sup>31</sup>

A configuração espacial da cidade estará, portanto, se desenhando de acordo com os contornos sociais trazidos pelos ventos de mudança que se operavam na virada do século. As contradições entre as classes, no processo de configuração do capitalismo dependente, que ora se instalava no país, vão delineando os contornos das formas de habitar, trabalhar, festejar e viver os espaços e serão sentidos, principalmente, no Rio de Janeiro, então capital federal. As contradições trazidas pelas mudanças e as permanências oriundas dos tempos de outrora estarão permeando os muitos conflitos que atravessarão os debates ideológicos que se materializarão, tanto nas políticas públicas que buscarão moldar o novo tipo de trabalhador adequado às pretensões do ideal de civilização capitalista, quanto nas formas de existir e resistir dos setores populares, que terão, nas bases de sua experiência histórica de formação de classe, os elementos de consciência e coesão no embate pela significação do território a partir de elementos de sua identidade e cultura.

## **2.2 Cultura de classe e conflitos territoriais**

Após a data de 13 de maio de 1888, um dos principais debates que seriam travados era a questão da mão-de-obra, ou seja, como fazer com que os trabalhadores recém libertos vendessem sua força ao mercado de trabalho em formação, visto que eles poderiam alcançar a subsistência de formas alternativas e associativas. Limitar o acesso à terra foi um pré-requisito já cumprido a partir da Lei

---

<sup>31</sup>Gil Vidal. C. M., 19-04-1905, Penosa Situação, p.1., disponível através da Biblioteca Nacional Digital, acessado pelo endereço [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_01&PagFis=4118&Pesq=19/04/1905](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_01&PagFis=4118&Pesq=19/04/1905) em 13/03/2015, às 8:52.

de Terras, que, lançada junto à extinção do tráfico negreiro, restringia a ocupação de terras a partir da compra e da venda. O que se faz a partir de então, portanto, é a produção de uma nova ideologia que associará o trabalho assalariado a uma dívida que todos os cidadãos têm com a sociedade. E assim, como o trabalho é virtuoso, a vadiagem é um mal a ser combatido. Segundo Sidney Chalhoub:

O conceito de vadiagem se constrói nas mentes dos parlamentares do fim do Segundo Reinado basicamente a partir de um simples processo de inversão: todos os predicados associados ao mundo do trabalho são negados quando o objeto de reflexão é a vadiagem. Assim enquanto o trabalho é a lei suprema da sociedade, a ociosidade é uma ameaça constante à ordem(CHALHOUB, 2001, p. 73)

A visão maniqueísta que junta trabalho ao bem e a vadiagem ao mal e ao crime teria, entretanto, um papel: justificar os mecanismos de controle e sujeição de grupos sociais pobres, visto que junto ao vadio vinha o adjunto de pobre, ou seja, se o cidadão pudesse se manter sem trabalhar este não era uma ameaça à sociedade. Tal política unifica duas táticas no processo de transformação do liberto em trabalhador: a disciplinarização do trabalho, a partir da repressão à vadiagem como política de Estado, e a produção de um discurso ideológico unificador da nação, segundo o qual o trabalho assalariado seria uma forma de contribuição à dinâmica social, mediando o contrato social através de uma tarefa considerada digna e engrandecedora.

Justificando a dominação de classe, complementa-se o raciocínio com o mito de que a preguiça seria uma qualidade inerente aos brasileiros, que deveria ser superada, assim como a promiscuidade sexual, intrínseca às classes populares. Por fim, a relação entre patrão e empregado era colocada de forma paternalista, de modo que o primeiro seria um guia a educar os passos e enquadrar socialmente o trabalhador que, sob sua tutela, aprenderia a atuar e se comportar de maneira adequada, não só no recém-inaugurado mercado de trabalho de molde capitalista, mas em toda a sua experiência como agente social, invisibilizando, assim, a frieza da exploração da força de trabalho e aumentando a intensidade da imposição social sobre a vida do trabalhador.

A música de 1915, composta por João da Baiana, “Cabide de Molambo”, bem demonstra a dinâmica de um personagem que poderia ser enquadrado nos tipos de “vadio” e “malandro” tão perseguidos pelas forças policiais da época:

Meu Deus eu ando  
Com sapato furado  
Tenho a mania  
De andar engravatado  
A minha cama é um pedaço de esteira  
E uma lata velha, que me serve de cadeira

Minha camisa  
Foi encontrada na praia  
A gravata foi achada  
Na ilha da Sapucaia  
Meu terno branco  
Parece casca de alho  
Foi a deixa de um cadáver  
Num acidente de trabalho  
E o meu chapéu  
Foi de um pobre surdo e mudo  
As botinas foi de um velho  
Da revolta de Canudos  
Quando eu saio a passeio  
As almas ficam falando  
Trabalhei tanto na vida  
Pro malandro estar gozando

A refeição  
É que é interessante  
Na tendinha do Tinoco  
No pedir eu sou constante  
Seu português  
Meu amigo sem orgulho  
Me sacode um caldo grosso  
Carregado no entulho

Os vários lugares por que circula e as variadas situações vividas sugerem um personagem que usufrui tempo livre suficiente para vagar pelos espaços da cidade, se aproveitando das situações que encontra para suprir suas necessidades como de vestimenta, alimentação e “mobiliário”, e as roupas que veste, compostas por chapéu, terno e gravata, compõem a figura típica do “malandro”. Em tom bastante zombeteiro, o personagem ironiza as almas daqueles que passaram a vida a trabalhar, cujos trajes hoje o vestem, para que ele passe a vida a gozá-la.

Chegamos, portanto, à conjuntura do fim do séc. XIX e início do séc. XX na cidade do Rio de Janeiro, que se modernizava a passos largos e ganhava cada vez

mais indústrias, comércios, bancos, redes de abastecimento, zonas de moradia e um Porto de grande importância. Com as reformas de Pereira Passos, implementam-se não apenas intervenções na estrutura física da capital, mas também ganha corpo o projeto higienista, que além de buscar resolver os reais problemas de epidemias que, sucessivamente, assolavam a cidade, por questões ligadas a saneamento e habitação, mas também trazia consigo o ideal civilizatório europeu, segundo o qual a mestiçagem e toda a sorte de manifestações das classes populares eram vistos como estigmas degradantes, que deveriam ser extirpados.

As obras que tornariam o Rio de Janeiro uma “Europa possível” mobilizam metade do orçamento da União, e se valem da grande massa de trabalhadores disponível e subutilizada na capital, disputando o “privilégio” do trabalho regular. A retórica elitista que justificava essa remodelação, a estética art-nouveau dos novos edifícios e mansões, como as medidas que em nome da higiene e do saneamento urbano definem a demolição em massa, o “bota-abaixo”, dos cortiços e do antigo casario habitados por populares, e as campanhas de vacina obrigatória, se por um lado ajustam efetivamente a cidade às novas necessidades da estrutura política e econômica montada e aos valores civilizatórios da burguesia, por outro, não consideravam os problemas de moradia, abastecimento e transporte daqueles que são deslocados de seus bairros tradicionais no Centro para a periferia, para o subúrbio, e para as favelas que se formam progressivamente por todo o Rio de Janeiro, definindo um padrão de ocupação e de convívio das classes na cidade que vai se tensionando ao longo do século. (MOURA, 1995, p. 67)

Se o negro, pobre, recém saído da condição de escravizado, era o protótipo da ameaça à ordem civilizatória, por, segundo a visão estigmatizadora da época, carregar em si todos os abomináveis vícios da promiscuidade, vadiagem e propensão à violência, o trabalhador imigrante europeu era compreendido, dentro dessa mesma ótica, como sua antítese, trazendo consigo hábitos à moda dos almejados costumes europeus e o potencial de embranquecer a sociedade, fato que fez com que a política de imigração fosse um dos pontos-chave da reforma Pereira Passos, conforme nos lembra Oswaldo Porto Rocha (1995).

Nesse mesmo cenário, trabalhar no Porto do Rio, portanto, poderia parecer uma boa oportunidade para uma mão-de-obra não-qualificada que precisava de comida e teto. Por isso a competição pelo emprego era sempre uma preocupação que, por vezes, se refletia em conflitos no cotidiano dos trabalhadores. Eram comuns as brigas noticiadas nos jornais que ocorriam na região do porto, onde se ajuntavam centenas de homens disputando dezenas de vagas para trabalhos momentâneos,

arbitrariamente escolhidos, causando uma situação explosiva entre trabalhadores que não possuíam alguma estabilidade ou segurança de sobrevivência. Levantar o braço na parede para candidatar-se ao trabalho era chamado popularmente de “fazer fé”. Nesse cenário embrutecedor, a valentia era aspecto reivindicado pelos próprios trabalhadores, atribuindo-se a eles a fama de brigões e perigosos. Arantes assim descreverá a dinâmica conflituosa dos trabalhadores nas ruas próximas ao porto do Rio, por volta de 1903, e a consequente ação policial repressiva que atuava cotidianamente na região:

Por ficarem próximas ao cais, essas ruas foram endereço destes e de muitos outros trabalhadores cariocas. Situadas nos bairros considerados ‘suspeitos’ pela polícia republicana, essas ruas foram alvo da repressão dessa mesma polícia que prendia aqueles que considerava serem ‘vadios’ e ‘promotores da desordem’. Essa suspeição certamente tinha base no fato de ser aí uma região de habitações populares – muitas vezes coletivas – e especialmente por abrigar grande número de negros. Dessa forma, a associação pela polícia de muitas dessas organizações com os ‘vagabundos’ e ‘desordeiros’ era inevitável e justificava, pelo menos aos seus olhos, a atuação repressiva. (ARANTES, 2010, p. 183)

Esse olhar desconfiado por parte das autoridades somava-se ao da elite e de parte da imprensa, fiéis aos ideais de “civilização” e contrários às manifestações culturais dos negros, com seus “batuques selvagens”. É importante falar que cerca de 78% dos trapicheiros, por exemplo, eram não-brancos. Isso se dava por dois motivos: o primeiro é que a atividade de trapiche era realizada pelos escravos antes da abolição e a origem desta mão-de-obra parece ter sofrido poucas alterações, sendo mantida por descendentes desses escravos; o segundo é que os portugueses que dominavam o ramo do comércio, setor mais dinâmico da economia, preferiam seus conterrâneos para trabalhar nos estabelecimentos e, portanto a mão de obra que sobrava (não-branca) encontrava emprego em outros setores, como no Porto.

A dinâmica de trabalho e organização social, oriunda dos tempos de antes da abolição, em que, na escravidão urbana, os negros que trabalhavam por ganho se auto-organizavam em grupos, chamados de “grupos” ou “turmas”, entoando cantos que ditavam os passos do carregamento da carga, configurava uma ameaça ao ideal burguês civilizatório. A aleatoriedade do trabalho compunha um cenário em que os trabalhadores avulsos se encontravam disponíveis ao contrato imediato no entorno do cais, estabelecendo uma ocupação das ruas que possibilitava encontros e

vivências onde se forjaram suas manifestações de cultura, entre um trago e uma tentativa da sorte na “parede”.(ARANTES, 2010) A coesão destes trabalhadores nos limites da área portuária não girava só em torno de seu passado organizacional referente às questões do trabalho puramente; a permanência de sua cultura, entoada nos cantos puxados pelos capitães, durante o carregamento de fardos, permanecia nos botequins de esquina e servia como vínculo identitário entre aquela classe.

Roberto Moura (1995) ressalta a liderança do grupo de trabalhadores negros que, nas levas migratórias vindas da Bahia, situaram-se na Saúde para buscar vagas na estiva como trabalhadores braçais, na organização dos trabalhadores após a abolição. Para ele, a experiência de liderança trazida por eles dos tempos de alforriados nas ruas de Salvador, nos candomblés, irmandades, juntas ou grupos festeiros foi essencial para a garantia e sobrevivência de muitos desses negros no Rio de Janeiro. É a partir desta forma de coesão social que, sob as novas condições advindas do Estado Republicano e do fim da escravidão, estes indivíduos permanecem se organizando. O novo Estado negligenciaria a esta parcela da sociedade todo e qualquer tipo de assistência, e assim o reconhecimento da liberdade dos mesmos chocar-se-ia com o preconceito e a falta de oportunidade para se ganhar a vida. Muitos ofícios antes exercidos pelos negros de ganho permaneceram sendo ocupados por estes, ainda que não mais cativos; outros conseguiram certo espaço na indústria, polícia, exército e marinha. Todavia a grande maioria vivia à margem destas oportunidades, prostitutas, cafetões, e malandros e outros, que criam uma forma alternativa de subsistirem, aproveitando-se muitas vezes de habilidades aprendidas em manifestações populares, apresentando-se como artistas de circo de teatro e cabarés (MOURA, 1995, p 64).

O processo de adequação do traçado urbano e do modo de viver da população carioca à estrutura política e econômica que se montava gerava, no cotidiano das classes populares, uma disputa diária pelo direito de significação do território, fruto das contradições inerentes ao projeto das classes dirigentes, que associava a falta de perspectiva da República, do que fazer com as grandes massas populares, ao racismo das elites e à necessidade crescente de mão-de-obra barata.

Reprender a ociosidade era, portanto, limitar o acesso das classes populares ao uso dos espaços públicos da cidade, num conflito denominado por Mônica

Velloso de “A Pequena África” X “A Europa Possível”. À época da Reforma de Pereira Passos, o Rio de Janeiro era uma cidade negra, cuja política pública reforçava no plano social a contraditória dinâmica da realidade, forjada na incoerência da imposição de conduta e valores culturais tidos como universais a uma sociedade fragmentada, que possuía diferentes canais de integração marginais às políticas institucionais.

Ao tornar a vadiagem contravenção penal, não se colocava em pauta somente a positivação do projeto civilizador, para o qual as ruas da cidade deveriam apenas cumprir as funções específicas de trabalho e circulação para as classes trabalhadoras; se tornava efetiva a negação das materializações territoriais específicas da cultura dessa classe, pois entendemos que os conflitos classistas e as ferramentas de dominação se concretizam não apenas no plano específico da subsunção do trabalho, mas também na objetividade restritiva do acesso aos espaços, visto que a arquitetura espacial das camadas populares se dá mais pela dinâmica das possibilidades do que pelos códigos formais. A imposição de uma lógica territorial excludente aos trabalhadores portuários cariocas atacava frontalmente os elementos formativos de sua cultura de classe, elemento essencial de coesão e, conseqüente, resistência, através da experiência. É inevitável a associação entre espaço e identidade cultural, num duplo viés: se o espaço é utilizado pela ideologia dominante na construção de seu ideal de nação, ele também é elemento de referência básica aos grupos marginalizados, na luta pelo reconhecimento de sua existência, pois é no processo de territorialização que o homem imprime as marcas de sua ação coletiva no meio, sendo estreitamente ligada à questão da identidade. (VELLOSO, 1989)

Se entendermos o conceito de experiência de Thompson (1981) e o decorrente debate sobre determinação, a análise da experiência permite superar a causalidade entre ser social e consciência social que marca as análises deterministas do marxismo idealista. A determinação adquire, portanto, a faceta metodológica adequada às necessidades do dinamismo da vida social, entendida sob o materialismo dialético, a partir da experiência, sendo o entendimento que dá conta de que os processos formativos de classe e identidade são simultâneos em todos os sistemas e áreas da dinâmica social. É a partir da vivência do existir social e cultural que dialeticamente se operam as transformações da vida material e os

modos e entendimentos dessas transformações, que são determinados pela própria luta e não somente por determinações econômicas ou políticas extrínsecas a ela. Raymond Williams (2005) também amplia o debate sobre determinação, ressaltando que o próprio Marx, ao utilizar tal conceito, posicionava-se contra a ideia de uma consciência abstrata determinante da atuação humana, entendendo que esse processo se opera no interior da própria atividade dos seres, em toda a sua complexidade. Assim, as relações entre o mundo do trabalho e as expressões culturais a ele vinculadas passarão pelo entendimento de que há uma relação de determinação e não de determinismo entre essas esferas, operadas a partir da experiência do trabalhador.

No Rio de Janeiro do início do século XX, mantinha-se como prática entre os trabalhadores portuários as formas de circulação de saberes e organizações do trabalho que se davam nos “cantos” das ruas, regulando o trabalho, servindo como ponto de encontro e ajuda mútua, trazidos da experiência dos tempos de escravidão das ruas de Salvador. Heitor dos Prazeres destaca sobre essa forma de sociabilidade e organização: “Sou do tempo da aprendizagem, que agora é difícil. Quem sabia mais ensinava, o que viria a gerar a formação de grupamentos de pessoas em torno de certos ofícios que se tornam tradicionais no grupo baiano na praça Onze, zona do Peo, da Saúde.” (MOURA, 1995, p. 95)

Nos primeiros anos do século XX, quando podemos observar sobre o território do porto do Rio um primeiro momento de violenta reconfiguração urbana planejada de iniciativa municipal, também se configurava aí a formação da classe trabalhadora carioca. Nas relações sócio-históricas que permeiam o território da zona portuária, destacam-se os batuques relacionados à experiência africana organizada em solo brasileiro como elemento das formas de expressão cultural musical da classe trabalhadora que a compõe, como traço identitário importante na sua formação, organização e atuação, nas esferas material e subjetiva, sendo a região conhecida como “Pequena África”. Tais relações são entendidas como um complexo que envolve a elaboração material daquele espaço e suas formas de apreensão, bem como suas imbricações com a construção da identidade da classe trabalhadora daquela região, forjadas na solidariedade, e também na experiência da exploração em comum.



Nesse sentido, o samba, como experiência ligada às formas de sociabilidade atreladas historicamente aos trabalhadores da zona portuária, em sua relação com o passado de escravidão, torna-se parte constituinte da identidade dessa incipiente classe trabalhadora assalariada. Sua criminalização, no intuito de associar os momentos de ociosidade desses trabalhadores a um perigo social, como forma de forçar sua adequação às normas e ao ritmo de trabalho ora colocado pelas relações capitalistas que se afirmavam, situou o samba num espaço de conflito e resistência, naquele território que também se transformava na primeira onda de expulsão da população pobre de perto de seu local de trabalho. Segregação sócio-espacial mesclava-se com criminalização da pobreza e perseguição às suas manifestações culturais, apontadas como desvio da ordem, reforçando, nesse processo, a organicidade com tais elementos, como o samba, e o espaço de resistência e formação identitária que eles viriam a ocupar dentre esses atores sociais, como pode ser visto em um depoimento prestado por João da Baiana:

Nós não podíamos usar calça bombacha, também. O falecido Mira Lima [Meira Lima, que foi diretor da casa de detenção], pai, velho, proibiu em 1902 – ele devia ser delegado na 2ª delegacia – e não queria que a gente andasse de calça bombacha. Cortava nossas calças. (...) Mira Lima não queria samba. Dr. Querubim também não queria samba. Dr. Virgolino de Alencar, em 1904, no Quebra Lampião<sup>32</sup>, tocava violão e cantava modinha para prender a gente. Usava cabeleira, era delegado. (...) Então ele tocava violão e fazia serenata na rua, seresta, para nós [nos] reunirmos, para depois prender a gente. Usava aquelas mulatas, assim, cabeleira, tocava violão... Prendia o pessoal. Não era investigador, nada; era polícia secreta. Ficavam todos [os policiais] por fora e nós vínhamos [nos] reunindo. Uns gostavam, eram apaixonados (...) pedia[m], vinha[m] chegando, queria[m] cantar e tal. (...) Ficava aquele, ouvia, outro vinha e reunia. Depois a polícia chegava e prendia a gente.<sup>33</sup>

Se as reuniões nos “cantos” de trabalho; a receptividade nas casas de moradores mais antigos da Saúde e Gamboa; as juntas de solidariedade; as lideranças em tornos de novas famílias, organizadas em torno do candomblé e de muitas outras formas de sociabilidade ligadas à cultura dos trabalhadores portuários, como a reunião em torno das modas de violão, são elementos que compõe a experiência da classe, também as são a penúria do trabalho incerto, os ataques das

---

<sup>32</sup> Antigo nome também dado à Revolta da Vacina.

<sup>33</sup> Depoimento de João da Baiana concedido ao Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, em 24/08/1966 – Seção Depoimentos para Posteridade. In: VIEIRA, Juliana Lessa. O Samba e a Cultura da Classe Trabalhadora Carioca (1900 – 1930). Niterói – RJ – 2012. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal Fluminense. p. 35.

marretas derrubando moradias populares e da polícia com a qual tinham que conviver, cotidianamente, reprimindo as maneiras de expressar sua vivência de classe nas músicas, nas vestes, no ócio e na religião. No contraditório processo social, os ataques do estado republicano às formas de sociabilidade dos trabalhadores portuários, em sua dinâmica territorial, estarão em constante conflito com as práticas diárias de resistência e reconfiguração das suas formas de manifestar coletiva e publicamente sua existência.

Esse processo irá forçar uma realocação da lógica de convívio e das manifestações culturais das camadas populares, que se virão forçados a adequar cada vez mais sua dinâmica a lógicas mais privadas de encontro, compartilhadas nas casas das tias baianas, num processo de relativo deslocamento territorial para outras áreas centrais, como, por exemplo, a Cidade Nova. Porém, as moradias populares, que não serão espaço próprio da privacidade, como se organizam as famílias nucleares burguesas, mas também do convívio, numa cidade que não lhes reservava lugar, representarão espaço de compartilhar esforços e tarefas de reunião dos fragmentos de uma cultura cotidianamente ameaçada. (VELLOSO, 1989) Moura descreve da seguinte maneira a composição interna das manifestações culturais na casa da mais famosa das “tias do samba”, Hilária Batista, mais conhecida como Tia Ciata:

Depois de uma sala de visitas ampla, onde nos dias de festa ficava o baile, a casa se encompridava para o fundo, num corredor escuro onde se enfileiravam três quartos grandes intervalados por uma pequena área por onde entrava luz, através de uma clarabóia. No final, uma sala de refeições, a cozinha grande, e a despensa. Atrás da casa, um quintal com um centro de terra batida para se dançar e depois um barracão de madeira onde ficavam ritualmente dispostas as coisas do culto. Na sala, o baile onde se tocavam os sambas de partido entre os mais velhos, e mesmo música instrumental quando apareciam os músicos profissionais, muitos da primeira geração dos filhos dos baianos, que freqüentavam a casa. No terreiro, o samba raiado e às vezes, as rodas de batuque entre os mais moços. No samba se batia pandeiro, tamborim, agogô, surdo, instrumentos tradicionais que vão se renovando a partir da nova música, confeccionados pelos músicos, ou com o que estivesse disponível, pratos de louça, painéis, raladores, latas, caixas, valorizados pelas mãos rítmicas do negro. As grandes figuras do mundo musical carioca, Pixinguinha, Donga, João da Baiana, Heitor dos Prazeres, surgem ainda crianças naquelas rodas onde aprendem as tradições musicais baianas a que depois dariam uma forma nova, carioca. (MOURA, 1995, p. 147)

As chamadas tias baianas eram mulheres negras, que assumiram posição nos terreiros e principais atividades do grupo, trabalhavam com seus tabuleiros de quitutes nas ruas da cidade e tinham grande capacidade de circular pelos espaços, adquirindo respeito das mais diversas camadas sociais; tiveram grande responsabilidade na manutenção das tradições de matriz africana no Rio de Janeiro. Os ranchos carnavalescos, que, desde 1893, surgem na cidade, em profunda ligação com a vida portuária<sup>34</sup>, ocuparão as ruas da cidade em tempos de carnaval operando seu traçado de acordo com a localização dessas casas, pelas quais passavam para pedir a benção antes de seguir cortejo, intercomunicando os espaços da rua e da casa. Foi na casa da baiana Tia Bibiana que se iniciaram os concursos de ranchos carnavalescos, no início do século XX, onde praticava-se a união entre o sagrado e o profano, o público e o privado, nessa que será a forma característica de vivenciar o carnaval, que irá perdurar historicamente na cidade do Rio. (MOURA, 1995)

Nessa dinâmica, o papel das mulheres tinha grande centralidade – não apenas porque em torno delas que se reagruparam muitos dos forros em um novo tipo de configuração familiar, baseada em laços religiosos e de solidariedade, após a desintegração da família africana com a violência da escravidão – também no que diz respeito à manutenção de alguma estabilidade financeira no interior do lar. Havia, assim, uma total dicotomia entre o lugar de protagonismo que as mulheres ocupavam na dinâmica das classes populares e o lugar secundário, ligado à fragilidade e à dependência da figura masculina, que prevalecia no ideal civilizatório burguês. Trabalhando de criadas nos lares abastados, ou nos cortiços onde moravam, como lavadeiras, doceiras, confeitadeiras, costureiras, as mulheres conseguiam, a partir de suas próprias atividades, assegurar importante retorno financeiro para a garantia do sustento diário.

O samba “Quando a Polícia Vier”, de João da Baiana, composto no ano de 1915, ilustra muito bem essa dinâmica familiar. Sob a fala de um eu-lírico feminino, o verso diz o seguinte:

---

<sup>34</sup> O sambista Bucy Moreira, neto de Tia Ciata, conta: “...eles eram de festa, mas também de trabalho (...) A maioria trabalhava na estiva. Tive mais de vinte primos na estiva, conferentes, estivadores. Tive um primo presidente da estiva.” In ARANTES *op. Cit.* p. 187.

Se é de mim, podem falar  
Se é de mim, podem falar  
Meu amor não tem dinheiro,  
não vai roubar pra me dar (bis)

Quando a policia vier e souber,  
quem paga casa pra homem é mulher (bis)

No tempo que ele podia  
Me tratava muito bem  
Hoje está desempregado  
Não me dá porque não tem

Quando a polícia vier e souber,  
quem paga casa pra homem é mulher (bis)

Quando eu estava mal de vida  
Ele foi meu camarada  
Hoje dou casa e comida, dinheiro e roupa lavada

A letra, ao dizer que “quem paga casa pra homem é mulher”, mostra de forma bem clara como a mulher, ao assumir função de manutenção da garantia da necessidade mais elementar, que é a da moradia, possuía, muitas vezes, uma situação de maior estabilidade financeira, frente à irregularidade do trabalho desempenhado pelos homens, como vimos anteriormente. E, sendo elemento constante do cotidiano, como pudemos ver, a polícia aparece como presença garantida, a regular, mesmo o elemento privado da manutenção do lar entre os entes do casal, pois este diz, entre outras coisas, da vinculação ao trabalho e à garantia de um teto, em oposição à vacância nas ruas. Note-se bem que o nome da música não é “se a polícia vier”, mas inicia com a conjunção subordinativa *quando*, indicando a certeza da constante presença da força policial, que a qualquer momento pode aparecer e levantar questionamentos sobre a vida do casal. É interessante observar que a personagem demonstra bastante orgulho de sua condição e não se amedronta com a possibilidade de enfrentar a polícia, afirmando que há tal companheirismo entre ela e seu possível marido, que eles não se incomodam com pessoas que façam fofoca, e reivindica a honestidade e o trabalho como sustento do lar.

Apesar de todas as intervenções do poder público no sentido de remodelar a estrutura urbana do Rio de Janeiro e as formas de vivenciar a cidade, acreditamos que a Zona Portuária manteve muitas características e ocupantes dos tempos narrados de há um século. As heranças culturais manifestas na ancestralidade

africana continuam sendo uma importante marca dos muitos eventos que atraem visitantes de diversos perfis para a região, seus bairros ainda aparentam traços arquitetônicos nostálgicos de uma cidade que não se opera mais no cotidiano. Um cenário peculiar e atraente, que, aliado aos massivos investimentos do poder público em parceria com o setor imobiliário, tem se tornado alvo de interesse de diversas ordens. Além das remoções diretas de ocupações urbanas que compunham aquele território, o aparecimento de setores da classe média, que podem pagar os valores mais altos cobrados pela moradia e custo de vida, por exemplo, torna dificultoso o acesso de moradia e manutenção de setores mais pauperizados que ainda resistem na região.

Por isso, consideramos importante buscar entender de que maneira se estabelecem os encontros entre o atual processo de remodelação da zona portuária carioca e os elementos de permanência daquela composição social proletária, ligada às tradições africanas, que outrora trouxe os embates pela significação do território de acordo com as manifestações culturais da sua classe.

### Capítulo 3: O Porto carioca entre a ancestralidade e a requalificação

Vimos até aqui que os processos que envolvem as tentativas de constituição de um Rio de Janeiro homogêneo, que mascare, ou envie para lugares distantes os atores sociais que evidenciem as inerentes contradições que habitam a desigualdade da cidade capitalista, não são fenômenos novos. Nos primórdios da República, os empenhos de apagar da sociedade carioca as marcas do recente passado escravista e, principalmente, de impedir a perpetuação, na dinâmica social, das formas de vida consideradas “bárbaras” perpetradas pelas mulheres e homens que faziam do seu dia-a-dia nos espaços públicos o oposto do ideal burguês de trabalho, família e propriedade, já eram constantes. Nos dias atuais, compondo as prerrogativas da cidade neoliberal, uma governança empreendedora, que vendo o lugar da cidade como mercadoria em si, a ser explorada, promove processos de remoção e remodelação com vistas à expansão do capital.

A cada diferente temporalidade, as alianças e negociações em torno da construção de hegemonia serão distintas, bem como serão também peculiares as ferramentas discursivas, as motivações específicas e os atores sociais envolvidos. Porém, dentre as questões que atravessam os momentos analisados, toma aqui particular interesse destacar que, assim como em qualquer evento histórico, há uma incapacidade, apesar de todas as tentativas, de fazer existir uma cidade unidimensional, em que tenham espaço de elaboração apenas os sujeitos da classe dominante, ou os governantes a seu serviço.

As mais diversas formas de existência dos sujeitos e de elaboração dos territórios das cidades são elementos inerentes à dinâmica social contraditória que compõem o fazer urbano. Isso se dá não somente porque os sujeitos são subjetivamente distintos entre si, mas também porque eles operam a realidade de lugares diferentes de construção objetiva de suas vidas: a constituição da sociedade em classes sociais é o principal elemento dessa determinação, porém, há inúmeros outros elementos, que envolvem entendimentos de gênero e raciais, que constituem objetiva e subjetivamente os sujeitos, as opressões que sofrem e os elementos de confrontação e negociação na disputa pela intervenção na realidade. A urbe ocidental, como intenção de planejamento, é, pois, a materialização espacial da

concepção histórica que imprime ao contraditório e conflituoso processo da vida em sociedade uma faceta ilusoriamente linear. Os diferentes modos de ‘usar’ a cidade, porém, resistem ao “sistema sincrônico” e a eterna contradição inerente aos modos humanos de viver irrompe nos modos de caminhar e viver esse espaço, tecendo-o em lugares: apropriando-o, realizando-o e fazendo relacionar diferentes modos de concebê-la.

Trata-se, portanto de formas contraditórias de elaborar cotidianamente o espaço da cidade, que jamais possuirá uma essência única e estática, não sendo apenas unidade geográfica neutra. O território é o elemento que carrega toda a dinâmica social para além de sua simples materialidade socialmente construída:

O território é sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político e econômico de um espaço socialmente partilhado (e não simplesmente construído) (...) o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza) (HAESBAERT e LIMONAD, 2007, p. 42)

No território em que observamos a materialização das novas práticas do empreendedorismo urbano, há ainda o fenômeno da espetacularização urbana, que Paola Berenstein Jacques associa “a uma diminuição tanto da participação cidadã, quanto da própria experiência corporal das cidades enquanto prática cotidiana, estética ou artística no mundo contemporâneo”. Também apontada e discutida por Márcio Piñon de Oliveira, a espetacularização está ligada ao processo de mercantilização das cidades, que passam a ser administradas com vistas a disputar investimentos no mercado mundial e, para isso, é promovida uma série de intervenções urbanas no sentido de enquadrá-las aos moldes considerados propícios e estáveis à aplicação de capital:

“Na lógica contemporânea de consumo cultural, a cultura passou a ser concebida como uma simples imagem de marca ou grife de entretenimento, a ser consumida rapidamente. Com relação às cidades, o que ocorre é semelhante: a competição, principalmente por turistas e investimentos estrangeiros, é acirrada e os políticos se empenham para melhor construir e vender a imagem de marca, ou logotipo, de suas cidades, o que podemos chamar de cenografias urbanas.” (JACQUES, 2007, p. 94)

No intuito de promover a “marca urbana” as cidades são alvo de intervenções públicas que visam lhes conferir o caráter de uma pretensa ordem idealizada em moldes tornados estáticos, lhes extirpando as marcas de suas contradições sociais. Nesse momento, observado mundialmente a partir da década de 70, a governança urbana assume uma função empreendedora e as cidades, um papel de marcas a disputarem financiamento no cenário internacional. Para tal, são constantemente cometidos atentados contra os poucos elementos de cidadania garantidos às classes trabalhadoras.

Hoje, em 2015, no momento-chave, situado entre os megaeventos da Copa do Mundo e Olimpíadas, por que passará a cidade do Rio, acompanhamos a intensificação dos processos pelos quais se opera a segregação socioespacial. As remoções de inúmeras famílias de áreas de interesse à especulação imobiliária constituem uma das facetas da intervenção estatal, que promove outras tantas maneiras de criar uma urbe onde o convívio e o compartilhamento comum entre as diversas frações de classe que a compõem se tornem cada vez mais impensáveis.

Sabemos, entretanto, que as cidades não são apenas marcas, e que o território da cidade é permeado por todas as contradições que marcam a reprodução da vida humana. As configurações espaciais materializadas fisicamente na cidade são fruto de incessantes conflitos e negociações, de coerção e consenso, desempenhados historicamente pelas classes dominantes, num processo de construção hegemônica, posto que elas jamais representarão uma forma unívoca de compreender o território.

Se o território da cidade do Rio de Janeiro vem expressando cada vez mais em suas feições as formas de subsunção do homem pelas relações de negócios, não podemos perder de vista que esse processo gera contradições e formas de resistência a esse processo e atuação na disputa por outras formas de elaboração territorial. É essencial, portanto, se atentar a essas rupturas para a confrontação do entendimento hegemônico.

Nesse mesmo sentido, Paola Berenstein Jacques propõe o que ela chama corpografia: uma forma corpórea de experimentar a cidade, como ato de “micro resistência ao pensamento urbano hoje hegemônico”. A autora chama atenção à exacerbação do panorama de padronização das cidades, atingindo seu auge no



fenômeno da espetacularização urbana, segundo o qual busca-se imprimir a esses lugares uma imagem estetizada, que as coloque em lugar de destaque atrativo a investimentos na “atual geopolítica das redes internacionais”. A participação da população na elaboração e vivência dessas cidades fica tão mais prejudicada, quanto mais acentuado se torna o fenômeno; a gentrificação torna inacessível objetivamente o acesso físico a lugares cada vez mais caros e elitizados, e a subjetividade da própria lógica imposta – estática e vazia dos cenários – desfavorece a complexidade da experiência corpórea, densa e atuante.

A corpografia propõe então a intensificação da relação dialética entre o homem e a cidade, sugerindo a importância da exacerbação de uma resistência à forma de existir na opacidade das cidades espetacularizadas; o processo da errância entre/com as ruas e pessoas, atrelado à lógica da experiência urbana vivenciada lentamente pelo corpo dos praticantes da cidade demonstraria uma “postura crítica e propositiva com relação à apreensão e compreensão da cidade”.

“A corpografia é uma cartografia corporal (ou corpo-cartografia, daí corpografia), ou seja, parte da hipótese de que a experiência urbana fica inscrita, em diversas escalas de temporalidade no próprio corpo daquele que a experimenta, e dessa forma também o molda, mesmo que involuntariamente” (JACQUES, 2007, p. 96)

A experiência corporal e a interrupção de uma concepção de linearidade histórica, que imprime aos desenhos urbanos a lógica do espetáculo e da exclusão, se colocam como possibilidade a partir das práticas sociais. Porém, os processos de segregação decorrentes das práticas de mercantilização da cidade vêm tomando feições mais e mais violentas na medida em que tornam-se maiores os interesses econômicos em questão. O ideal de progresso hoje se associa a um lugar de destaque no cenário dos investimentos globais, entretanto essa riqueza investida obviamente não está no marco de reivindicações das populações locais – ela não lhes chegará. Desse modo, a opção por um molde de administração política que prioriza o mercado global em detrimento da “coisa pública” está claramente voltada aos interesses privados dos que colherão os frutos mais diretos da injeção de capitais.

Neste cenário, dentre a cidade como uma vitrine, estática e estética, e as possibilidades de ação que demonstram que a sua dinâmica tem mais possibilidades

do que a vida que atende aos investimentos, encontramos disputas em torno de que cidade teremos de saldo, passada toda a euforia das transformações e dos eventos. Se o Porto Maravilha é a Zona Portuária que a prefeitura deseja, a “Pequena África” é a Zona Portuária que as lutas pela manutenção da população pobre não deixam ficar somente no passado.

E mesmo as ações políticas e culturais que têm a forma de contestação da ordem geram novas contradições, que trazem muitas possibilidades de questionamentos e inversões. Embora possamos muito elaborar sobre as possíveis consequências da política de remoções, dos planos de revitalização e da construção de um território gentrificado na Zona Portuária, os embates do dia-a-dia têm produções diversas e surpreendentes sobre os atores envolvidos. O processo de elaboração territorial é carregado de sutilezas. Embora a história não elabore uma via de mão única e os interesses do capital não prevaleçam sem percalços, sabemos que as relações sociais são bastante desiguais e os sujeitos têm possibilidades distintas de intervenção sobre o processo.

Há, portanto, um cenário de resíduos e permanências da ancestralidade africana, desenvolvidos no presente por atores múltiplos, que se encontram em permanentes disputas pelo protagonismo da representação do território portuário. Isso se dá porque o aspecto cultural, que compõe historicamente aquela realidade, tem papel central no que diz respeito às práticas de mercantilização da cidade, tanto como elemento com enorme capacidade de gerar renda, através do chamado desenvolvimento econômico sustentável, pelo fomento de setores como turismo, entretenimento, moda, gastronomia...como também porque carrega os aspectos essenciais que dizem respeito à elaboração dos símbolos que constroem a apreensão coletiva dos significados de determinado espaço. A elaboração social subjetiva de um novo entendimento urbano coletivo, no processo de requalificação operado pelo Porto Maravilha, perpassa necessariamente pela composição de um repertório cultural que conta com elementos da memória e da identidade local nas suas mais diversas formas de representação.

Não à toa, o projeto conta com diversos braços<sup>35</sup> que são responsáveis pelo incentivo e promoção de eventos que promovam um “resgate” das expressões históricas locais através de atividades que exploram o potencial do patrimônio artístico e cultural da Zona Portuária. Esse movimento compõe a dinâmica de estetização das relações sociais manifestas na elaboração da cotidianidade coletiva, e que, justamente por isso, tem processos que não cabem no movimento estático da patrimonialização. Porém, como o processo de escolha entre aqueles que irão ser os agentes promotores dessas políticas muitas vezes não passa pelos atores sociais de cuja classe historicamente esteve envolvida na manutenção e renovação da cultura portuária, ocorrem constantes disputas pelo protagonismo da representação daquele território.

Desse modo, faremos um esforço no sentido de observar alguns elementos da vida cultural da Zona Portuária hoje, com o intuito de contribuir na reflexão sobre as contradições geradas pelas recentes intervenções sobre as possibilidades de elaboração daquele espaço e analisaremos dois exemplos de como esses embates podem ocorrer.

### **3.1 Embates do tempo e do espaço pela significação territorial**

Na cerimônia de lançamento do Projeto Porto Maravilha, em 23 de junho de 2009, o prefeito Eduardo Paes fez discurso no qual declarou que: “Revitalizar a zona portuária do Rio é prioridade no meu governo e no do governador Sérgio Cabral. As obras que começam aqui hoje levam em consideração as questões urbanísticas e turísticas da cidade. Recuperar o centro de uma cidade é fundamental para

---

<sup>35</sup> O Projeto Porto de Memórias é um projeto sócio cultural, que contempla a realização de espetáculos teatrais nas ruas e praças da Zona Portuária e Centro do Rio de Janeiro; o Porto Maravilha Cultural é um programa implementado pela CDURP que aplica recursos na restauração de bens tombados, em ações do poder público e no apoio a iniciativas de valorização do patrimônio da região; sob coordenação da subsecretaria de patrimônio, o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana é um conjunto de locais marcantes para a memória da cultura afro-brasileira que inclui o Cais do Valongo, os Jardins do Valongo, a Pedra do Sal, o Largo do Depósito e o Instituto Pretos Novos, além do Centro Cultural José Bonifácio.

recuperar também a sua identidade”<sup>36</sup>. Embora o slogan “Somos um Rio” seja recorrentemente usado pela prefeitura como discurso unificador da sociedade carioca em torno de uma cidade de e para todos, sabemos que a exclusão e a violência direcionada à parcela mais pauperizada da população têm sido aspecto marcante dessa gestão. E sabemos também que não há e nem nunca houve um Rio de Janeiro único: como qualquer cidade capitalista, ele é atravessado por distintas realidades que dizem dos aspectos econômicos, sociais e culturais vivenciados pelas diferentes parcelas de classe que compõem o território carioca.

Portanto, conforme pudemos observar ao longo de nossa reflexão histórica, nunca houve uma identidade única carioca; o que sempre existiu foram constantes embates pela forma de viver e significar os territórios. E justamente a região a partir da qual Eduardo Paes propõe a recuperação da suposta identidade carioca teve importância central no processo de formação de identidade da classe trabalhadora em gestação, entre as permanências da experiência do trabalho sob o escravismo e as contradições do capitalismo em processo de elaboração. Já entendemos que não é essa a identidade que ele deseja recuperar para a cidade, como está bem demonstrado nas ações de sua governança empreendedora.

Talvez estivesse o prefeito inspirado pelo imaginário construído em torno de uma suposta tentativa de apagar o passado escravagista com a queima de arquivos da escravidão promovida por Rui Barbosa<sup>37</sup>. Mas nunca foi difícil notar que a figura política de nossa história que inspira o prefeito carioca é mesmo Pereira Passos<sup>38</sup>.

---

<sup>36</sup> Extrato da matéria “Primeira fase de obras do Porto será concluída em dois anos”, disponível em: <http://segurogarantia.net/noticia/primeira-fase-de-obras-do-porto-sera-concluida-em-dois-anos-diz-paes/#.VftJ6N9Viko>

<sup>37</sup> Há uma grande controvérsia histórica em torno da queima de arquivos da escravidão como escrituras e livros de registro, promovida pelo então Ministro da Fazenda Rui Barbosa logo após a proclamação da República. Ainda que haja bastante aceitação em torno da tese que afirma que essa ação teria sido para evitar o acesso a documentos que pudessem ser usados pelos antigos donos de escravos para exigir indenização por parte do estado pelas perdas materiais provocadas pela abolição, essa imagem é bastante evocada para aferir uma tentativa de apagar a “mancha negra” do passado de escravidão de nossa história.

<sup>38</sup> Se já não bastassem as semelhanças na política de remoções e remodelação urbana para inserção do Rio no cenário capitalista mundial, o prefeito Eduardo Paes já quis, de fato, incorporar o papel de Pereira Passos. Na inauguração da primeira fase de obras da Zona Portuária, sua vontade de comparecer à cerimônia fantasiado do antigo prefeito só não foi realizada porque assessores o aconselharam de que poderia não ser a melhor das ideias para um ano eleitoral. Quando questionado sobre o quase incidente, ele respondeu que: “Sob o ponto de vista da modernização da cidade, de grandes intervenções que possam melhorar e recuperar o Rio, acho que tem muita coisa acontecendo como aconteceu no governo Passos.” <http://oglobo.globo.com/rio/em-campanha-paes-tenta-vincular-sua-imagem-as-transformacoes-feitas-por-pereira-passos-5433676>

“Recuperar a identidade” da cidade, conforme suas ações, tem sido, na verdade, o empenho, com muito afincamento, em forjar uma identidade única que, tal qual uma vitrine, ostente a bem-sucedida governança, através de uma Zona Portuária que recupera a relação da cidade com o mar, ocupada, de um lado, por centros de tomada de decisão do mundo financeiro e corporativo e, de outro, por atrativos culturais<sup>39</sup> estruturados para receber turistas de todo o mundo. Remover as contradições da estrutura social da vista dos menos atentos, enquanto é feito uso das permanências dos conflitos socioculturais de outrora como atrativo de entretenimento complementam também o cardápio de intenções desse forjar identitário unívoco e supostamente harmonioso.

Porém, a enorme pintura, que toma boa parte do muro lateral à esquerda de quem olha do alto da Pedra do Sal, deixa claro que há um passado que exige ser lembrado: um navio, como os tantos negreiros, que desembarcaram, logo adiante, no Cais do Valongo, centenas de milhares de homens e mulheres está ali representado. Estima-se que entre fins do século XIX, quando o desembarque de escravos foi transferido da Praça XV e o ano da proibição do tráfico negreiro, 1831, tenham desembarcado no Cais do Valongo cerca de meio milhão de escravizados. (SOARES, 2011) Contudo, o que ele carrega em seu interior não é o porão de um navio negreiro; não são os homens e mulheres que, outrora, foram trazidos de forma compulsória da África como mão-de-obra escravizada, sofrendo todo tipo de violências. O navio concebido na parede da Pedra do Sal está prenhe de lindas mulheres e negras e alguns homens, que, sentadas em volta da mesa, em torno de sua culinária, ou dançando com suas saias rodadas, ou tocando pandeiros, impõem a lembrança de que os navios desembarcados na região portuária trouxeram consigo inúmeras formas de existir na nova terra que lhes era imposta.

---

<sup>39</sup> O Museu de Arte do Rio, já em funcionamento, e o Museu do Amanhã, ainda não inaugurado, por exemplo, se encontram no entorno da também reformada Praça Mauá e são, ambos, realizações culturais do Projeto Porto Maravilha.



Imagem 1: Navio Negreiro da Pedra do Sal, feito por artistas da Zona Imaginária Cooperativa de Artes Visuais, grupo este organizado por Maurício Hora, além de um artista do Morro da Conceição, Felipe Ylpe.

A vivacidade das cores e a leveza dos traços exige que não se esqueça de que, apesar de todo o histórico de brutalidades cometido sobre o povo escravizado e suas gerações posteriores, sua maneira de enfrentar a opressão tem força, potência e bravura, mas também tem fluidez, beleza e a vivacidade de um fazer cotidiano que, nas disputas pela manutenção das condições material e subjetiva de sua existência, nunca deixou apagar suas marcas culturais na elaboração territorial da cidade.

Iemanjá, orixá africano, rainha das águas e dos mares, está representada logo ao lado do navio, no canto direito. A rainha das mesmas águas que conduziram a compulsória diáspora africana e conduziram à Pequena África, local de desembarque de escravizados e área de construção de identidade, resistência, cultura e trabalho ligados ao mar, ao porto e às embarcações. Na obra “Mar Morto”, Jorge Amado destaca a profunda ligação entre este orixá e a vivência dos pretos:

lemanjáã, que é dona do cais, dos saveiros, da vida deles todos, tem cinco nomes, cinco nomes doces que todo o mundo sabe. Ela se chama lemanjá, sempre foi chamada assim e esse é seu verdadeiro nome, de dona das águas, de senhora dos oceanos. No entanto os canoeiros amam chamá-la de D. Janaína, e os pretos, que são seus filhos mais diletos, que dançam para ela e mais que todos a temem, a chamam de Inaê, com devoção, ou fazem suas súplicas à Princesa de Alocá, rainha dessas terras misteriosas que se escondem na linha azul que as separa das outras terras. Porém, as mulheres do cais, que são simples e valentes, Rosa Palmeirão, as mulheres da vida, as mulheres casadas, as moças que esperam noivos, a tratam de D. Maria, que Maria é um nome bonito, é mesmo o mais bonito de todos, o mais venerado, e assim o dão a lemanjá como um presente, como se lhe levassem uma caixa de sabonetes à sua pedra no Dique. Ela é sereia, é a mãe-d'água, a dona do mar, lemanjá, D. Janaína, D. Maria, Inaê, Princesa de Alocá. Ela domina esses mares, ela adora a Lua, que vem ver as noites sem nuvens, ela ama as músicas dos negros. Todo o ano se faz a festa de lemanjá, no Dique e em Monte Serrat. Então a chamam por todos seus cinco nomes, dão-lhe todos os seus títulos, levam-lhe presentes, cantam para ela. (AMADO,s/d. p. 38)

O que está ali representado é, portanto a síntese de um processo de construção identitária, que, como vimos anteriormente, fala da brutalidade da escravidão e do posterior processo de 'adequação' dos trabalhadores negros à sociedade capitalista. Mas, acima disso, também fala dos protagonismos dessas pessoas que, a despeito de todas as tentativas de submissão de sua existência, impuseram, na elaboração do território portuário e carioca como um todo, as suas práticas cotidianas, num processo de mútua construção entre os sujeitos e os espaços.

Vemos ainda se manifestarem muitas formas culturais residuais que trazem na resistência da herança de ancestralidade africana elementos para intervir no atual processo de tentativa de reconfiguração da Zona Portuária, mas que também podem fazer surgir elementos contraditórios quando exercidos na materialidade. Visto que o processo de gentrificação prevê o uso dos elementos tradicionais da cultura local como commodity para conferir originalidade à cidade espetacularizada, o limiar entre tradição e estetização pode ser bem tênue, através do esforço do Estado em transformar resistência cultural em produto, como poderemos observar em exemplos mais adiante.

O Baile Black Bom é um evento de blackmusic e suas vertentes, que ocorre todo segundo sábado do mês na Pedra do Sal: “Idealizado pela Botacara Produções em parceria com a Banda Consciência Tranquila, surgiu com a intenção de fortalecer as manifestações artísticas gratuitas nas ruas da cidade a partir da celebração da música Negra.”<sup>40</sup>

O Instituto Pretos Novos, localizado na Rua Pedro Ernesto, 32, na Gamboa é um sítio arqueológico, descoberto em 1996, quando, na reforma da casa que havia no local, descobriu-se que seu subsolo abrigava o Cemitério dos Pretos Novos, onde eram queimados e enterrados, junto a depósitos de lixo, os corpos das negras e negros escravizados que não resistiam às péssimas condições da travessia atlântica. O local abriga, hoje, um centro cultural para resgate da história da cultura africana e apesar de ser, hoje, um dos pontos turísticos do “Circuito da Celebração da Herança Africana.”<sup>41</sup>, vemos em sua página queixas sobre a falta de apoio do poder público:

*Apesar de haver sido reconhecido de Utilidade Pública municipal, atualmente é mantido exclusivamente pelo esforço dos diretores, auxiliados pelo o trabalho voluntário de pessoas de diversos segmentos da sociedade civil, que estão identificados com os ideais da promoção da igualdade racial e social do Brasil, colaborando assim com a busca de soluções para a ampla problemática social brasileira.*<sup>42</sup>

Existem muitos blocos ligados ao carnaval, mas que também promovem atividades ao longo do ano como o Escravos da Mauá, o Cordão do Prata Preta – cujo nome faz referência ao grande líder da Revolta da Vacina – a Banda da Conceição e que têm adquirido cada vez mais popularidade com o processo de revitalização e a chegada de novos públicos à região.

Neil Smith já apontara que a gentrificação não é apenas uma reconfiguração espacial ou somente um processo de adequação econômica; trata-se, sobretudo de uma construção ideológica com base no real, mas com enorme capacidade de distorção dos elementos. Assim, a gentrificação opera também como um abuso cultural comparável àquele cometido contra os povos originários do oeste na

---

<sup>40</sup>[https://www.facebook.com/baileblackdapedradosal/info/?tab=page\\_info](https://www.facebook.com/baileblackdapedradosal/info/?tab=page_info)

<sup>41</sup><http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/projEspHeranca.aspx>

<sup>42</sup><http://cafehitoria.ning.com/profile/INSTITUTOPRETOSNOVOSIPN>



expansão da fronteira americana(SMITH, 2007). As violações cometidas no âmbito da cultura não se dão somente por ação direta das intervenções práticas na alteração da composição social dos territórios, gerando novas e distintas formas de significá-lo. Sendo a gentrificação uma construção ideológica, ela opera na elaboração distorcida de um imaginário coletivo, socialmente compartilhado, de entendimento da realidade objetiva. Desse modo, as formas de interpretar essa objetividade são atravessadas em grande medida pelas concepções construídas em torno do ideal reificado da cidade, tanto em seu presente, quanto nas interpretações do passado. A partir da construção de um senso comum que reitere cotidianamente nas práticas e representações a transformação da Zona Portuária em Porto Maravilha, a elaboração material de uma reconfiguração territorial estará sendo contraditoriamente praticada para além da atuação do poder público, a partir de uma construção hegemônica materializada.

Por isso, iremos agora analisar dois eventos em que podemos ver brotar essas contradições através de embates pela representação e configuração do território portuário.

Neste aspecto, grande controvérsia se deu em junho desse ano de 2015 em torno de uma peça que fez parte do Projeto Porto de Memórias. “João Alabá e a Pequena África”, espetáculo montado sob a direção de Alexei Waichenberg, que tinha estreia prevista para o dia 20 de junho no Quilombo da Pedra do Sal. Trata-se de uma trama mitológica sobre os orixás enquanto conta a daquele que, provavelmente, foi o primeiro babalorixá, ou pai-de-santo do Rio de Janeiro, João Alabá<sup>43</sup>.

O espetáculo é produzido pelo Projeto Porto de Memórias, que é um “Projeto sócio cultural, que contempla a realização de espetáculos teatrais nas ruas e praças da Zona Portuária e Centro do Rio de Janeiro.”<sup>44</sup> e tem a realização do Instituto Wilson Reis Netto – uma organização sem fins lucrativos cuja sede na Estrada do Joá abriga festas e casamentos chiques e possui a seguinte descrição em sua página da internet “O Instituto Wilson Reis Netto é provedor de manifestações

---

<sup>43</sup> “Babalorixá, ou pai-de-santo, chefiando tanto a parte administrativa do terreiro como sua mística, o corpo de sacerdotes e as cerimônias, a posição de liderança de Alabá era menos comum nos cultos iorubanos no Brasil, quando os principais candomblés, principalmente na Bahia, haviam sido fundados e liderados por mulheres.” (MOURA, 1985, p. 131)

<sup>44</sup> [https://www.facebook.com/pages/Porto-de-Mem%C3%B3rias/469484443154162?sk=info&tab=page\\_info](https://www.facebook.com/pages/Porto-de-Mem%C3%B3rias/469484443154162?sk=info&tab=page_info)

culturais e artísticas consagradas, através de experiências exclusivas e intimistas”<sup>45</sup> – e da Cultural Biz, uma empresa de consultoria e treinamento. O Porto de Memórias é também patrocinado pela Light, Governo do estado Rio, Secretaria de Cultura, recebe apoio de diversas empresas, como Itambé, M.A.C., apoio institucional do Departamento de Cultura da ALERJ, Rio 450 e apoio cultural da organização “Cidades Criativas – Transformações Culturais.”<sup>46</sup>

Todos esses grupos ocupam o lugar que podemos chamar como sendo o da institucionalidade, agentes que, no âmbito da disputa pela representação do território portuário têm interesse na sua requalificação, explorando a estetização da memória e contribuindo para o processo de gentrificação, ao extirpar as contradições inerentes ao processo de construção da sociedade desigualdade, e que se aprofundam na dinâmica atual.

A polêmica iniciou quando a coluna de Patrícia Kogut, no Jornal O Globo, noticiou que uma atriz branca, Cristiana Ubach, iria interpretar a mãe-de-santo do terreiro de João Alabá, numa personagem de nome Mãe Wanda de Omulu.

---

<sup>45</sup><https://www.facebook.com/InstitutoWilsonReisNetto/info/?tab=overview>

<sup>46</sup><https://www.facebook.com/469484443154162/photos/pb.469484443154162.-2207520000.1444398758./607785452657393/?type=3&theater>



A casa de Alabá se localizava na Pequena África, mais precisamente na Rua Barão de São Félix, 174 e representava um dos pontos mais importantes no sentido do reconhecimento e da afirmação para os negros vindos da Bahia, a partir da continuidade do culto aos orixás, essencial para a manutenção do sentido da comunidade com a coesão do grupo religioso. As chamadas tias baianas tinham, nesse processo e, conseqüentemente, na casa de Alabá, inquestionável centralidade:

No caso de João Alabá, freqüentavam as tias baianas que eram os grandes esteios da comunidade negra, responsáveis pela nova geração que nascia carioca, pelas frentes do trabalho comunal, pela religião, rainhas negras de um Rio de Janeiro chamado por Heitor dos Prazeres de “Pequena África”, que se estendia da zona do cais do porto até a Cidade Nova, tendo como capital a praça Onze. (MOURA, 1985, p. 131)

Hilária Batista de Almeida, conhecida como Tia Ciata, era a mãe-pequena, ou IyáKekerê, auxiliar direta do pai-de-santo, que liderava o candomblé em diversas atividades, como a prescrição dos banhos rituais às noviças e a direção das iaôs já iniciadas nas danças dos orixás. A partir de sua força junto ao santo, Tia Ciata reunia também centralidade na organização das jornadas de trabalho e na

organização dos ranchos carnavalescos. (MOURA, 1985) Essa posição ocupada por ela, junto à figura de João Alabá, fez com que diversos movimentos sociais da região portuária, ligados à ancestralidade africana, não apenas identificassem que o lugar ocupado por essa figura tão importante da história fora extirpado pela figura da personagem Mãe Wanda de Omulu, como também acusassem a montagem teatral de racismo.

Estiveram envolvidos nas ações de repúdio à peça diversos coletivos vinculados à disputa pela representatividade das tradições trazidas pelo passado de experiência vinculado à experiência da classe trabalhadora portuária, como os grupos :Coletivo afro de cultura urbana, Coletivo das pretas Beatriz nascimento, IPN, Coletivo dos fotógrafos pretos, CCIR (Comissão de combate a intolerância religiosa), Quilombo X, Quilombo pedra do Sal, Rede Rádio Mamaterra, Sos Racismo Brasil, CEAP.

Estamos tratando de um território cujos embates históricos pela elaboração material e pelas formas de usá-lo são elementos centrais para a sua atual configuração. Essas disputas e o que temos como seus resultados são substrato elementar da conformação das permanências das tradições culturais e das contradições que atravessam a realidade política e cultural que permeia a região portuária hoje. É o substrato cultural que vem sendo explorado como produto pelas iniciativas que reivindicam na chamada economia criativa<sup>47</sup> um dos grandes nichos de desenvolvimento econômico do Porto Maravilha, mas é, sobretudo, substância da luta dos marginalizados do processo histórico desenvolvimentista nos cotidianos enfrentamentos. A página da Radio Mamaterra, grupo de comunicação social livre, em artigo intitulado “Artistas negras somem da paisagem do Rio de Janeiro de 2015”<sup>48</sup>, trata da polêmica envolvendo a peça de teatro, a partir do seguinte

---

<sup>47</sup> O Relatório da Economia Criativa, das Nações Unidas do ano de 2010 assim define o conceito: “As indústrias criativas são definidas pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) como os ciclos de criação, produção e distribuição de bens e serviços que usam a criatividade e o capital intelectual como principais insumos. Elas compreendem um conjunto de atividades baseadas no conhecimento que produzem bens tangíveis e intangíveis, intelectuais e artísticos, com conteúdo criativo e valor econômico.” <http://www2.cultura.gov.br/economiacriativa/wp-content/uploads/2013/06/relatorioUNCTAD2010Port.pdf>

O Projeto Porto Maravilha conta com um braço institucionalizado neste setor, denominado Distrito Criativo do Porto, uma iniciativa de empresas da indústria criativa instaladas na região, no intuito de ampliar a oportunidade de negócios a partir de uma agenda integrada de requalificação urbana e cultural na promoção de eventos da economia criativa.

<sup>48</sup> <https://mamapress.wordpress.com/tag/ato-contra-peca-racista-joao-de-alaba-e-a-pequena-africa/>

raciocínio inicial: *“Rolou Copa, vem aí as Olimpíadas e o “Porto Maravilha”, no Rio de Janeiro, está ficando prontinho para receber milhões de turistas de todo o mundo. As remoções das populações pretas da “PEQUENA ÁFRICA”, que aconteceram do século XX até agora, já não contam, vão cair no esquecimento.”*

Não podemos afirmar que houve intenção ativa por parte dos idealizadores do espetáculo em reescrever o passado da “Pequena África” em novos termos raciais, ou que fosse de seu interesse remover a importância de Tia Ciata da construção da história do Rio de Janeiro. Mas não se pode negar o fato de que, frente ao novo processo de reestruturação da configuração sócio espacial da Zona Portuária, em que assistimos a incontáveis denúncias de violações de direitos sobre a parcela mais pauperizada da população, majoritariamente negra, e igualmente incontáveis esforços no sentido de enfrentamento a esse quadro, ignorar tais processos de exclusão estabelece uma postura negligente em relação ao contexto em que estão atuando.

A peça de teatro, assim como qualquer leitura artística da realidade do passado ou do presente, tem importante lugar na elaboração do imaginário acerca do que se busca representar. Às novas gerações, aos turistas que cada vez mais têm frequentado a região, aos possíveis expectadores de “João Alabá e a Pequena África” será narrado um passado que não apenas não condiz com a realidade – embora, saibamos, a arte não deve e nem é capaz de ser cópia fiel dos acontecimentos –, mas que mascara o protagonismo negro na paisagem cultural carioca.

Os coletivos do movimento negro que reivindicam a ancestralidade como importante ferramenta de luta para enfrentar as investidas contra suas formas de organização no presente rapidamente se organizaram em torno da causa. Houve intensa mobilização na internet, principalmente através de evento do facebook<sup>49</sup> criado para organizar uma manifestação para o dia 20 de junho, quando estrearia a peça. O texto de descrição do evento evidencia algumas problematizações acerca da política de desenvolvimento cultural para a Zona Portuária, e questiona a falsa democratização do acesso ao financiamento promovido pelos editais de cultura: *“Mais uma palhaçada do projeto Porto de Memórias: dinheiro de preto indo para o*

---

<sup>49</sup> A página do evento conta com muitas intervenções e troca de impressões sobre o debate e pode ser acessada através do endereço <https://www.facebook.com/events/853865534662910/>

*bolso dos brancos, em cima dos ossos dos Pretos Novos? São os brancos que ganham dinheiro dos editais de cultura!!! Chega!!!”*

Os produtores da peça acharam por bem marcar uma reunião com os grupos que, minimamente, questionavam se não haveria uma atriz negra que pudesse assumir o papel de Mãe Wanda. Porém, segundo o diretor da peça, Mãe Wanda seria uma personagem fictícia, inspirada na yalorixá de sua referência religiosa e “inspirada nos estudos que eu e minha equipe vimos fazendo para encenar importantes fatos e destacar importantes personalidades da história da formação da sociedade carioca...”<sup>50</sup>. Por isso, sua assessoria de imprensa propunha uma oportunidade para que fosse explicado o conceito do projeto àqueles que, apenas a partir de uma fotografia na imprensa, o estariam julgando. Na reunião, que aconteceu no dia 16 de junho de 2015, no Instituto Pretos Novos, pouco se avançou no sentido conciliatório, a tal ponto que representantes do Quilombo da Pedra do Sal entraram com um pedido de ação e avaliação, junto à Coordenadoria de Igualdade Racial (CEPIR), que estava representada pela presidente Lelette Couto, para averiguar se houve racismo por parte da produção do espetáculo<sup>51</sup>. Segundo Marcos Romão, liderança da Radio Mamaterra,

*“a representante do projeto Porto de Memórias, além de assumir não conhecer bem a história de João de Alabá e admitir que a pesquisa havia sido insuficiente, havia nos dito que estes espetáculos têm a função de fazer um paralelo com a vida dos homenageados e a história como um todo. Sendo assim, encontramos uma grotesca contradição. Não há como homenagear a história apagando o que foi escrito e reescrevendo por cima. É essa a ideia de restaurar a história do porto? O candomblé tem história, tem tradição e isso precisa ser respeitado. Para nós, é muito claro porque não cabe na produção dele, atores negr@s, pelo mesmo motivo em que ele discorre sobre o branqueamento temporal. Vale lembrar também que o candomblé é matriarcal, e para nós negros e aos praticantes da religião é ofensivo ser colocado nessa peça uma mãe de santo que não possui conhecimento, uma vez que Alabá é quem dá a linha do desenrolar da trama. Isto é desrespeitar também a mulher e os múltiplos saberes, e não faz com que a cultura negra prevaleça. Antes, retrata uma visão machista, preconceituosa e discriminatória dos que lá estavam para tentar se justificarem.”<sup>52</sup>*

---

<sup>50</sup> <https://mamapress.wordpress.com/tag/ato-contrario-peca-racista-joao-de-alaba-e-a-pequena-africa/>

<sup>51</sup> <https://mamapress.wordpress.com/2015/06/17/denegrir-nao-e-ofensa-queremos-denegrir-esta-peca-joao-alaba-e-a-pequena-africa/>

<sup>52</sup> <https://www.facebook.com/events/853865534662910/permalink/858246834224780/>



Se havia interesse em, a partir de estudo feito pela equipe, destacar personagens históricos importantes para a formação da sociedade carioca, esse intuito acabou por ser mal sucedido. O pouco conhecimento sobre o tema, admitido pela coordenadora do projeto, resultou em uma deturpação da construção histórica da luta empenhada pelas frações de classe que mais sofreram com a marginalização social em nome dos séculos de construção do Rio de Janeiro “desenvolvido”. A negligência com a importante figura da Tia Ciata contribui com o processo de subordinação na medida em que retira da representação histórica o protagonismo dos agentes que empreenderam significativas rupturas na linearidade ideológica da concepção “civilizatória”.

Vemos, de um lado do conflito, produtores culturais que, em certa medida, se empenham na tarefa de empreender uma intervenção artística de resgate da cultura popular da Zona Portuária. As décadas de pouquíssimo investimento público no incremento cultural da região, em contraposição à recente injeção de recursos em editais de cultura para a área, têm motivado muitas iniciativas com o intuito de promover um resgate histórico das vivências culturais que elaboraram o território. Entretanto, sob o recente processo de espetacularização urbana, tais iniciativas, se não voltarem a atenção para a complexidade das formas de subsunção operadas no plano material e subjetivo, poderão reforçar os processos de exclusão e silenciamento sobre os sujeitos que se busca representar.

Na outra face do embate, aqueles que se reivindicam como os herdeiros da cultura quilombola utilizam de toda a sua capacidade de articulação para impedir que o uso da memória fetichizada de sua própria história se transforme em instrumento de dominação. A atuação contra a objetificação de seu passado, transformado em produto da cultura gentrificada, que, negociando com as heranças africanas, propõe uma forma distorcida de interpretação das lutas passadas, é defendida como uma batalha contra o genocídio cultural<sup>53</sup> do povo negro. Trata-se

---

<sup>53</sup> Carta em resposta à produção da peça “João Alabá e a Pequena África”, elaborada e divulgada por Marcos Romão, após a reunião do dia 17 de julho, inicia da seguinte maneira: “A juventude negra pegou o bastão e luta contra o genocídio cultural e físico do povo negro!” <https://www.facebook.com/events/853865534662910/permalink/858246834224780/> O termo vem sendo amplamente utilizado pelo movimento negro para evidenciar que a sociedade capitalista tem uma prática de extermínio dos povos negros e que isso não se dá somente pelos alarmantes números de homicídios cometidos contra a juventude negra (O Mapa da Violência de 2014 apontou que foram 20.852 homicídios registrados entre 1980 e 2011, número três vezes maior do que o cometido sobre a juventude branca), mas também por práticas de criminalização da sua cultura e da

de um embate pelo reconhecimento do protagonismo histórico das culturas de herança africana e, principalmente, pelo protagonismo nas possibilidades de intervir na elaboração do presente e propor as interpretações de seu próprio passado. As batalhas pela memória são batalhas pela construção do entendimento compartilhado socialmente do passado em comum de uma comunidade.

A estreia do espetáculo “João Alabá e a Pequena África” foi adiado para que a produção avaliasse as questões levantadas e propusesse uma solução para o problema. A peça acabou estreando, de fato, no dia 4 de julho, no Centro Cultural Light. A personagem da Mãe Wanda de Omulu foi retirada e, em seu lugar, entrou a Mãe Christiana de Omulu, interpretada pela atriz negra Kenya Costa<sup>54</sup>.

O “Ato em honra da Pequena África” previsto se manteve com novo caráter de honrar aos ancestrais africanos e afirmar a luta do povo negro no passado e no presente.<sup>55</sup>

Avançando um tanto mais na questão das problemáticas surgidas pela promoção de atividades culturais incentivadas pelo Porto Maravilha, traremos mais um exemplo de contestação da lógica de gentrificação que tais atividades podem ajudar a reforçar, ainda que a intenção seja a oposta. Mauricio Campos, do Fórum Comunitário do Porto, escreveu artigo denominado “Embranquecimento e gentrificação na Pequena África”, em maio de 2014, analisando experiência vivida no evento “Fim de Semana do Livro (FIM)”.

Maurício Campos é um importante militante deste Fórum, que busca atuar nas intensas transformações decorridas na Zona Portuária pelo Projeto Porto Maravilha. Neste contexto, a partir de janeiro de 2011, diversos moradores da região se organizaram para discutir as possibilidades de mobilização e resistência ao projeto. Aos moradores foram somando-se outros atores como ONGs, universidades e mandatos parlamentares e formou-se assim o Fórum Comunitário do Porto (FCP)<sup>56</sup>.

---

apropriação cultural. O debate da apropriação cultural não é, de forma alguma, unânime e tem estado no centro de diversas polêmicas da vida cultural contemporânea, porém não teremos fôlego para debatê-lo com o devido aprofundamento nas páginas deste trabalho.

<sup>54</sup><http://extra.globo.com/tv-e-lazer/peca-com-selminha-sorriso-estreia-apos-polemica-racial-16655869.html>

<sup>55</sup><https://www.youtube.com/watch?v=ku7IRVA4Z9I&feature=youtu.be>

<sup>56</sup><https://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/about/>



No site do Projeto Porto Maravilha, o FIM é descrito da seguinte maneira: “O Fim de Semana do Livro no Porto é um festival que celebra a Região Portuária e sua diversidade cultural. O FIM tem como eixos incentivar a leitura, a pesquisa, a divulgação literária e o estímulo à preservação da cultural.”<sup>57</sup> O evento aconteceu no Largo de São Francisco da Prainha no dia 11 de maio de 2014 e recebeu o Prêmio Porto Maravilha Cultural, contando com o apoio da Prefeitura do Rio, do Governo do Estado, da Secretaria de Cultura, da Concessionária Porto Novo, da Rede Rio Hotéis, entre outros. Assim como o Porto de Memórias, também foi contemplado pelo Edital Porto Maravilha Cultural, na categoria Pessoa Jurídica.<sup>58</sup>

O texto apresentado pelo Fórum Comunitário do Porto traz importantes colocações para o nosso entendimento, pois se coloca no lugar de fala de quem tem o interesse em combater as práticas que promovem a gentrificação na Zona Portuária. Após destacar que a experiência fora engrandecedora em alguns sentidos, pelos encontros, debate assistido e pela apresentação musical ao final, é apontado o entristecimento com algumas questões:

*“O FIM conta com amplo patrocínio oficial, inclusive da Concessionária Porto Novo, e dos governos estadual e municipal. Vi tudo muito organizadinho, jovens trabalhando com camisetas do evento; mas, até a noite, muito pouca presença de moradores (que são em sua maioria negros) das favelas próximas ou mais distantes. O público que predominava na maior parte do tempo era aquela classe média branca progressista, que gosta da cultura negra e de ambientes como Santa Teresa ou Morro da Conceição. Nada contra a participação de tal público, muitos de meus amigos são desse grupo sócio-cultural; mas num evento gratuito com amplo financiamento público, era de se esperar um esforço em buscar a participação de um público mais negro, mais pobre e periférico.”<sup>59</sup>*

Novamente, a questão racial aparece como elemento importante ao questionamento da iniciativa, também incentivada pelo poder público. O que se levanta aqui, inicialmente, não é o cerne da atividade em si, mas a composição social dos frequentadores a quem se atingiu, que pouco contemplou à população local, de maioria negra e periférica. É apontado, portanto, um aburguesamento do público presente, elemento constante dos processos de gentrificação, que compõe

---

<sup>57</sup><http://portomaravilha.com.br/materias/e-o-premio/proj21.aspx>

<sup>58</sup><http://portomaravilha.com.br/materias/premio-porto-maravilha/p-p-m.aspx>

<sup>59</sup><https://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/>

uma remodelação do perfil da população que usufrui dos equipamentos e protagoniza as vivências territoriais, tendendo a extirpar as marcas contraditórias da pobreza que em momento anterior prevaleciam na área para onde o capital ora se expande.

Porém, se essas contradições são parte constitutiva necessária da história local, elas podem aparecer como elementos exóticos, idiosincrasias interessantes a serem exploradas pelo mercado da cultura. A descrição do Fim de Semana do Livro no Porto nos traz algumas questões que indicam essa direção:

*“Aquele papo no botequim da esquina, acompanhado de uma cerveja trincando e de um belisco sem igual, em que alguns amigos de longa data se unem a desconhecidos na troca de opiniões sobre assuntos de suma importância, como carnaval, futebol, malandragem, comida, botequim, macumba, violência, capoeira, jogo do bicho, festa e o que der na corriola. Se você mora na cidade maravilhosa com certeza já esbarrou — ou já se enturmou — com essa cambada em algum momento. Mas se descobrisse que há uma penca de livros sobre isso tudo, escritos por quem pensa e vive o espírito carioca nas universidades, nos terreiros, nas ruas, nos botequins, e que essas pessoas misturam Zé Pelintra, Lima Barreto e Pixinguinha na busca por entender uma cidade com o mesmo ziriguidum que um bebum faz um traçado para desanuviar a vida?”<sup>60</sup>*

Se há o reconhecimento do interesse que despertam os elementos perpetuados pela herança africana, que, desde há dois séculos, sofreram recorrente e intenso processo de perseguição e criminalização, é curioso que não haja preocupação em integrar, hoje, os representantes das mesmas frações de classe que sofrem com novas formas de exclusão. A permanência desses signos em nossa constituição social e, principalmente, das formas de construir o território ligadas ao uso da rua como espaço de convivialidade se devem primordialmente às batalhas cotidianas travadas pelos trabalhadores pauperizados da região portuária.

O Fim de Semana do Porto é organizado pela Casa Porto, espaço de produção cultural, localizado no Largo de São Francisco da Prainha, e sua definição na página é a seguinte: “A Casa Porto é o espaço de afirmação, informação e transformação do carioca, em especial do cidadão da Região Portuária.”<sup>61</sup> E, logo mais adiante, ainda na sessão “O que somos”, o tópico “Força do Lugar” enaltece a força cultural da população local, que, historicamente, impediu que o abandono a

---

<sup>60</sup> <http://casaporto.org/fim/>

<sup>61</sup> <http://www.casaporto.org/o-que-somos/>

que se relegou a Zona Portuária tivesse como consequência o esvaziamento total do território que é tratado como “berço da identidade carioca”. Porém, as décadas de degradação não fazem mais parte do presente e o que se segue é uma mensagem, ao mesmo tempo, de otimismo e cautela em relação ao processo de requalificação em curso:

*“Agora que as condições políticas e econômicas propiciaram para um vigoroso investimento e trazem transformações urbanas nos bairros do Porto, é preciso aproveitar os aspectos positivos da valorização, zelando porém para debelar os negativos, como a descaracterização e a gentrificação descontrolada. A Casa Porto, no papel de fortalecedora da identidade e fórum para as vozes da região, afirma-se como instrumento para a o desenvolvimento consciente e democrático.”*

Podemos observar, portanto, que a definição que o espaço estabelece para o processo em curso guarda semelhanças com o que observamos nos discursos oficiais da prefeitura. Os anos de deterioração do território e a necessidade de uma revitalização que, como irá inevitavelmente trazer alguma descaracterização, deve contar com ações no sentido de mitigar os efeitos da gentrificação, considerada, portanto, inevitável e não uma forma de exclusão a ser negada e enfrentada.

O texto de Maurício Campos segue elaborando os incômodos despertados pela ocasião e chega à conclusão de que esse quadro não era de pura responsabilidade do evento, mas do cenário de gentrificação, que vinha alterando o perfil populacional do entorno do largo e criando uma atmosfera de pouca identificação com o ambiente cultural para os antigos moradores:

*“Já havia ouvido falar de gentrificação (elitização com mudança de perfil populacional) do Morro da Conceição, mas me surpreendi com sua velocidade. Aliás, cabe notar que boa parte dos imóveis do morro pertencem à Igreja Católica (Ordem Terceira), e há poucos anos havia um conflito permanente e sério entre inquilinos, ocupantes e os padres que moviam ações de despejo e aumentavam consideravelmente os aluguéis. No domingo, um amigo contou que até o tráfico está envolvido na expulsão de moradores antigos para abrir espaço para novos moradores de classe média. O fato é que parece que os moradores antigos estão agora em minoria na comunidade; com certeza seu número está diminuindo, e não circulam à vontade em meio à nova fauna branca e relativamente privilegiada que domina amplos espaços do território.”<sup>62</sup>*

---

<sup>62</sup>Op. Cit.

O que estamos apontando é que o lugar ocupado pela “Pequena África” no Projeto Porto Maravilha pode exercer o papel e, muitas vezes, tem sido o de incremento dos atrativos turísticos da Zona Portuária. Vimos dois exemplos de como iniciativas submetidas ao Porto Maravilha Cultural correm o risco de colaborar com formas objetivas e simbólicas de exclusão dos moradores tradicionais da região portuária. Uma política cultural cuja maior expressão democrática se dê pela possibilidade de todas as pessoas físicas poderem concorrer aos editais está bastante distante da real democratização do acesso aos recursos.

Não estamos defendendo aqui que tratemos a cultura como um elemento estático, cujos usos e expressões possam somente se elaborar por aqueles que possuam ligações hereditárias com uma suposta pedra fundamental de seu estabelecimento na sociedade. Contudo, como estamos tratando de um processo político muitíssimo delicado, que traz como consequência o real deslocamento de milhares de famílias, achamos importante observar de que maneira as formas culturais podem ser, ao mesmo tempo, elemento de resistência ou de afirmação ao processo de espetacularização em curso. O que se está afirmando é que a cultura, embora muitos artistas gostem de acreditar que se encontram em uma esfera deslocada das materialidades mundanas, não é um elemento neutro, mas sim, parte constitutiva da realidade material tão importante para as determinações objetivas quanto as demais esferas política e econômica.

Há, de fato, uma intensa vida cultural que se exerce nas ruas e praças da Zona Portuária e que, justamente pelo fato de serem atividades nos espaços públicos, têm o potencial de agregar todos aqueles que desejem usufruí-las. Porém, no contexto em que as menores participações cidadãs são ameaçadas dependendo do lugar de fala de quem as deseje praticar, não basta apenas o aspecto da possibilidade de acesso público para que uma atividade cultural contribua para uma elaboração territorial democrática. E essas disputas estão dadas.

Os embates pela significação desse território não se dão somente, nos dias atuais, entre os agentes locais e o poder público, que ora deseja reconfigurar a área com o objetivo de torná-la mais palatável aos investimentos. Vimos exemplos de que a construção hegemônica do ideal segregador da requalificação pode, contraditoriamente, perpassar mesmo as iniciativas mais bem intencionadas de ocupação cultural do espaço. No cenário de disputa objetiva pela possibilidade de

manutenção da moradia das frações de classe mais pauperizadas da região e das suas possíveis formas de intervenção sobre o que será feito daquele território, isso não tem passado despercebido. Há, portanto, conflitos que perpassam o seio da sociedade civil e dos grupos organizados em torno do debate da cultura e da apropriação do território portuário. Dito isso, fica claro o posicionamento no embate à gentrificação colocado no encerramento do texto sobre o FIM, localizado na página do Fórum Comunitário do Porto:

*“Ajudem a organização e a luta dos moradores tradicionais e pobres da área portuária, para permanecerem em seus territórios em condições mais dignas de vida. Parem de contribuir com a gentrificação da área portuária (...) Ajudem a luta contra as remoções forçadas (levadas a cabo pela mesma prefeitura que financia eventos como o de domingo), e contra o encarecimento da moradia que existe na Providência, Morro do Pinto e várias ocupações e cortiços da região. Pratiquem ações reais de reparação, ajudem os negros a preservarem sua cultura eles próprios, sem “intermediários” ou “representantes”. Deixem a/os própria/os negra/os falarem de si mesmos. Não basta ser “progressista”. É preciso ser revolucionário/a.”<sup>63</sup>*

Essa última fala é muito emblemática no sentido de se aproximar do que estamos elaborando como o limiar entre as práticas culturais que podem, de fato, provocar rupturas ao sentido esmagador das iniciativas empreendedoras e as iniciativas que podem, mesmo sem essa intenção, reforçar a transformação dos elementos históricos de resistência em commodities. Enquanto os atores sociais acreditarem que atuar apenas nas brechas oferecidas pelo novo momento de atuação do poder público é o suficiente para a garantia de uma configuração territorial democrática, novos processos de exclusão continuarão acontecendo. Mas pudemos bem observar que, apesar da correlação de forças desigual, não existem sujeitos passivos, que se deixam levar pelos ventos das transformações históricas operadas pela hegemonia do capital; o cenário está em aberto e as disputas estão colocadas.

---

<sup>63</sup> Op. Cit.

## Considerações finais

A Zona Portuária carioca é, principalmente para os que apelam para seu potencial turístico, recorrentemente, chamada de “berço do samba”, ou “berço da cultura carioca”. Contudo, entendemos que “berço” não seja a denominação mais apropriada para designar o conflituoso processo em que surgiram os elementos reivindicados como basilares para os traços tão característicos de uma cultura reivindicada pela “carioquice” como um todo. A tranquilidade do leito em que dormem os bebês em nada condiz com todos os conflitos e violências que foram enfrentadas pelos protagonistas dessa cultura para que ela tivesse ecos até os dias de hoje para ser usado como um elemento estático de marca urbana.

Se pudemos ver quão conflituoso foi esse processo, também pudemos acompanhar que ele se insere em todo um debate sobre o lugar das cidades no capitalismo ocidental. Os diferentes momentos de acumulação do capital nos configuraram distintas tentativas de moldar os espaços e variados modos de resistir a esse processo. O eterno dinamismo da sociedade e as infinitas possibilidades de atuação humana criam terríveis e fascinantes momentos da história, que devem ser entendidos para além da linearidade discursiva dos vencedores. E foi isso que se buscou fazer.

Por isso a importância de uma perspectiva historicizante, colocando em análise as duas grandes intervenções no sentido de alterar a configuração da Zona Portuária carioca. No início do século XX, assistíamos a uma cidade que buscava adequar sua configuração espacial ao crescente escoamento de mercadorias, as relações de produção à lógica do trabalho assalariado, e o comportamento social aos moldes da Paris da *Belle Époque*. Cem anos depois, nos primeiros anos do século XXI, são outras as motivações dos agentes do capital; na competição internacional pelo fluxo de negócios, a cidade-empresa caracteriza o esforço por estar dentre as capitais de negócios mundiais. No que mais se evidencia para nós, nos dois momentos históricos são marcantes as tentativas de homogeneização dos espaços e das práticas sociais, a partir do uso recorrente do aparato repressivo do Estado, como processos inerentes à dinâmica urbana sob a lógica do capital. E o que os une de maneira ainda mais cruel é que, na lógica atual da gentrificação e da espetacularização urbana, há forte disputa sobre a possibilidade de os bens culturais

que permeiam o território portuário – fruto do enfrentamento ativo e das permanências das formas de sociabilidade das classes populares que resistiram ao primeiro processo de massiva investida do poder público – servirem às particularidades urbanísticas, históricas, paisagísticas e culturais que servem de vantagens competitivas na lógica empreendedora que expulsa deste território os mesmos atores históricos que as mantiveram apesar da violência.

E, de fato, essa comparação entre as gestões de Pereira Passos e Eduardo Paes não é algo inovador nem surpreendente; mesmo por parte da esfera institucional, a busca pelas referências no passado, através da atuação de Pereira Passos não são raras ou mesmo pouco significantes. Para além de todas as práticas políticas que em muito se assemelham ao ideal higienizador empreendido nos primeiros anos do século XX, basta sinalizar para o fato de que chama Instituto Pereira Passos a autarquia da prefeitura municipal do Rio responsável pelo planejamento urbano da cidade.

Esforçamo-nos em analisar um processo que está totalmente em aberto e que tem recebido grande atenção da sociedade, não apenas carioca, mas também de muitos daqueles que estão interessados ou preocupados com as repercussões positivas e negativas que ficarão de legado para a cidade, passada a euforia dos megaeventos. Pelo seu tamanho e pretensão, as intervenções do Porto Maravilha estão no foco de debates diversos, que vão desde a área de investimentos, passando pela geografia e urbanismo, com destaque nos direitos humanos e preocupações históricas, sociológicas e antropológicas.

O que se tentou neste trabalho foi, a partir da conjugação de elementos que poderiam estar dispersos acerca do cenário, enriquecer a discussão sobre como a cultura local, em diferentes momentos históricos pode constar no centro da organização e resistência de agentes locais da classe trabalhadora em seus modos de resistir à lógica hegemônica do capital. Porém, buscamos também atentar que esses mesmos elementos podem, no empreendedorismo urbano, ser utilizados como, não só mais uma mercadoria, mas como uma *commodity* essencial às investidas do atual momento de expansão capitalista. O samba, o jongo, os ranchos carnavalescos, a capoeira, o candomblé, a umbanda, o carajé, o abará, o caruru, a feijoada, a figura da baiana, João da Baiana, Tia Ciata, Heitor dos Prazeres,

Pixinguinha, João Alabá... Da mesma herança do trabalho compulsório trazido de além mar, que se tentou durante décadas extirpar da dinâmica social carioca, se extraem os bens e valores culturais que, despidos das contradições trazidas por seus agentes históricos, são de grande valia para a conformação estética da suposta revitalização.

A preocupação com esse possível processo de reconfiguração da população e da cultura da Zona Portuária, como consequência da gentrificação em curso, trouxe a necessidade de apontar diferentes modos de interpretação sobre as maneiras de se praticar essa cidade, que está em constante disputa. Nos últimos anos, temos visto se multiplicar no cenário político-social múltiplas novas formas de organização na sociedade civil, dispostas a empreender a batalha pela significação dos territórios.

Se há cinco anos reclamávamos de apatia política da população, hoje o panorama é bastante diferente; para todas as direções. Aqueles que têm muito medo de qualquer possibilidade de transformação social cada vez hesitam menos em sair do armário do conservadorismo e bradar seu reacionarismo. Mas aqueles que têm os poros abertos para as constantes renovações sociais e querem ser parte ativa delas, também não têm mais tentado se conter. É um cenário interessante, como se a terremoto que foram as manifestações que tomou conta do país em junho de 2013 e teve seu auge com um milhão de pessoas na rua no Rio de Janeiro estivesse enviando ainda ondas sísmicas com a capacidade de alterar os paradigmas da participação social. Tomou grande relevância o entendimento do lugar central que a construção dos territórios tem na elaboração das formas de dominação ou de emancipação humana. Neste panorama, cheio de incertezas e caminhos em aberto, as disputas pelas significações territoriais têm muito mais sujeitos do que num passado próximo.

Por isso, entendendo que a produção acadêmica deve tomar parte na realidade concreta, tentamos contribuir para o entendimento dos processos de reconfiguração do território portuário. Como outrora nos legou Walter Benjamin, é tarefa do pesquisador escovar o contrapelo da História, trazendo à superfície os sujeitos e processos que a prática desigual da ideologia do progresso e as suas consequentes interpretações tendem a encobrir e silenciar por debaixo da ideologia



dominante. Esperamos que o esforço de aliar a busca de elementos históricos às variantes econômicas que atravessam sua constituição, bem como as disputas políticas e culturais do passado e do presente numa mesma linha reflexiva possa complexificar a compreensão do tema poder e enriquecer as formas de enfrentamento da realidade desigual.

## BIBLIOGRAFIA:

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução Urbana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2006.

\_\_\_\_\_. **Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução**. Seminário “Habitação Popular no Rio de Janeiro: Primeira República.” RJ, 1984.

AMADO, Jorge. **Mar Morto**. s/d Disponível em <https://vivelatinoamerica.files.wordpress.com/2014/07/mar-morto-jorge-amado.pdf> Acessado em 24/07/2015, às 23:40.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho. Escritos de Marx e Engels**. Expressão Popular. SP, 2004.

AZEVEDO, Lena; FAULHABER, Lucas. **SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico**. 1 ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”.. In: **Magia e Técnica, arte e política - ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas, volume I, 2ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano. Artes de fazer**. Petrópolis, Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque***. 2ª edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

CHAUÍ, Marilena. “Cultura, democracia e socialismo”. In: **Cidadania Cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

COMITÊ POPULAR COPA RIO E OLIMPÍADAS. **Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro**. Maio de 2013. Disponível em: [http://comitepopulario.files.wordpress.com/2013/05/dossie\\_comitepopularcoparij\\_2013.pdf](http://comitepopulario.files.wordpress.com/2013/05/dossie_comitepopularcoparij_2013.pdf) acessado em 6 de fevereiro de 2014, às 23:50.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Nova edição ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. “Tradições Negras na formação de um Sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930”. In: **Afro-Ásia**, 24 (2000).

\_\_\_\_\_, “O porto do Rio de Janeiro no século XIX: Uma realidade de muitas faces”, Revista **Tempo**, nº 8, 1999. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_livres/artg8-7.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg8-7.pdf) acessado em 12/03/2015, às 01:40.

FRAGOSO, João Luis e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “A Política no Império e no início da República Velha”. In: LINHARES, Maria Yedda. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

FRASER, Nancy. FRASER, Nancy. “Reconhecimento sem ética?” In SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia, (Orgs). **Teoria Crítica do século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007.

HAERBAERT, Rogério e LIMONAD, Ester. “O território em tempos de globalização”. **Etc, espaço, tempo e crítica**. Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas. 15 de Agosto de 2007, nº 2 (4), vol. 1.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Anablume, 2005. \_\_\_\_\_ . **Condição Pós-moderna**. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola. 2013.

HONORATO, Cezar. “Rio de Janeiro: Porto e Cidade”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo**, julho 2011. Disponível em [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300929019\\_ARQUIVO\\_artigoanpuh2.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300929019_ARQUIVO_artigoanpuh2.pdf) acessado em 22/02/2015

JACQUES, Paola Berenstein. “Corpografias Urbanas: o corpo enquanto resistência”. In: **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, ano 5, nº especial. Salvador: 2007. p. 97-103.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores escravos e livres no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX**, EdUFPel, 2001.

\_\_\_\_\_. **Escravidos e Livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MÉSZAROS, Istvan. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. 2ª edição. Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. “O retorno à cidade e novos territórios de restrição à cidadania”. In: SANTOS, Milton [et al.]. **Território, territórios; ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2011.

PEREIRA, Sonia Gomes. **A Reforma Urbana de Pereira Passos e a Construção da Identidade Carioca**. Rio de Janeiro, UFRJ, ECO, 1992. 273P. TESE:Doutora em Comunicação e Cultura.

PIO, Leopoldo Guilherme. **Novas tendências na revitalização de áreas “históricas: o caso Porto Maravilha**. IV Seminário Internacional – Políticas Culturais. Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, Brasil. 2013. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Leopoldo-Guilherme-Pio.pdf> Acessado em : 19/07/2015 às 01:30.

ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições: Cidade do Rio de Janeiro (1870-1920)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1995.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SILVA, Carolina Rodrigues da. “A dimensão política da revitalização do Porto do Rio de Janeiro: um estudo do Projeto Porto Maravilha”. Disponível em <http://r1.ufrj.br/revistaconti/pdfs/1/ART3.pdf> Acessado em 28 de julho de 2015, às 22:40.

SOARES, C. E. L. **A Pequena África: um portal do Atlântico**. Rio de Janeiro: Ceap, 2011.

SMITH, Neil. “Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano”. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 21, pp. 15 - 31, 2007. Disponível em: [http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp21/Artigo\\_Neil.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp21/Artigo_Neil.pdf) Acessado em 15/08/15, às 18:40.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WILLIAMS, Raymond. “Base e superestrutura na teoria cultural marxista”. **REVISTA USP**, São Paulo, n.65, p. 210-224, março/maio 2005.

XAVIER, Priscilla Oliveira. **Do Porto ao Porto Maravilha: considerações sobre os discursos que (re)criam a cidade**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2012.